



**Câmara Municipal  
de Oeiras**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2022**

**ATA NÚMERO VINTE E SETE/DOIS MIL E VINTE E DOIS**

**ÍNDICE**

- 1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS**
- 2 - SITUAÇÃO FINANCEIRA**
- 3 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**
- 4 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**
- 5 - INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR JOÃO NEVES**
- 6 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA ANA FILIPA LABORINHO**
- 7 - INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR ARMANDO SOARES**
- 8 - INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR PEDRO PATACHO**
- 9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO**
- 10 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA ROCHA**
- 11 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA SUSANA DUARTE**
- 12 - INFORMAÇÕES – SR. VICE-PRESIDENTE**
- 13 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE**
- 16 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES**
- 15 - PROPOSTA Nº. 1018/22 - DPOC - PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2023 - ORÇAMENTO MUNICIPAL - MAPA E ORÇAMENTO DE PESSOAL PARA 2023**
- 16 - PROPOSTA Nº. 1023/22 - DP - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE LINDA-A-VELHA - ABERTURA DE PROCEDIMENTO**
- 17 - PROPOSTA Nº. 1024/22 - DP - AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE UM NOVO ACORDO DE CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL RELATIVO AO CONTRATO DE ARRENDAMENTO Nº. 526/2019**

- 18 - PROPOSTA Nº. 1025/22 - DRU - ARU DE BARCARENA - APROVAÇÃO DA RESPETIVA ORU (OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA) ENQUADRADA PELO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA DE BARCARENA**
- 19 - PROPOSTA Nº. 1026/22 - DGO - CALENDÁRIO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2023**
- 20 - PROPOSTA Nº. 1027/22 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO COMERCIAL - PD Nº. 271-SIMAS/2022**
- 24 - PROPOSTA Nº. 1031/22 - SIMAS - CP 74/2022/11 - PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA DESTINADA À REABILITAÇÃO DA NOVA LOJA PARA INSTALAÇÃO DA SECÇÃO COMERCIAL DA AMADORA DOS SIMAS, NO CONCELHO DA AMADORA - APROVAÇÃO DOS ERROS E OMISSÕES APRESENTADOS PELOS INTERESSADOS - PD Nº. 276-SIMAS/2022**
- 25 - PROPOSTA Nº. 1032/22 - SIMAS - AVALIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA: PROPOSTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS DOS SIMAS DE OEIRAS E AMADORA (DEGI, UGCD, DGP, DCQA) - PD Nº. 279-SIMAS/2022**
- 26 - PROPOSTA Nº. 1033/22 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL, COM DIVISÃO EM LOTES, DESTINADO AO FORNECIMENTO CONTÍNUO DE DIVERSO MATERIAL DE ARMAZÉM - PD Nº. 280-SIMAS/2022**
- 27 - PROPOSTA Nº. 1034/22 - SIMAS - CP 20162/2020 - PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA DE “TRABALHOS DE MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - ACESSÓRIOS, RAMAIS, CAIXAS, E OUTROS, NO CONCELHO DE OEIRAS” - AUTORIZAÇÃO PARA O**



**Câmara Municipal  
de Oeiras**

**REESCALONAMENTO E RECAPIMENTAÇÃO DO PROCEDIMENTO (ANOS DE 2021 A 2023) E APROVAÇÃO DE NOVA MINUTA DO CONTRATO - PD Nº. 287-SIMAS/2022**

- 28 - PROPOSTA Nº. 1035/22 - SIMAS - PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À INSPEÇÃO CCTV E LIMPEZA/DESOBSTRUÇÃO DAS REDES DOMÉSTICAS E PLUVIAIS NO CONCELHO DE OEIRAS - ANOS DE 2022, 2023 E 2024 - REESCALONAMENTO DE CABIMENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA NOVA MINUTA DO CONTRATO - PD Nº. 288-SIMAS/2022**
- 29 - PROPOSTA Nº. 1036/22 - SIMAS - REESCALONAMENTO DE VERBA ASSOCIADA AO CP 20152/2020, RELATIVO AO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GRELHAS, LINHAS DE VIDA E AREJADORES E DE ALTA SEGURANÇA A INSTALAR EM DIVERSAS INFRAESTRUTURAS - PD Nº. 289-SIMAS/2022**
- 30 - PROPOSTA Nº. 1037/22 - SIMAS - CP 20168/2020 - 9ª. REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA NO ÂMBITO DA EMPREITADA DESTINADA À CONSTRUÇÃO DO NOVO RESERVATÓRIO DO ALTO DE SANTA CATARINA, NO CONCELHO DE OEIRAS - PD Nº. 292-SIMAS/2022**
- 31 - PROPOSTA Nº. 1038/22 - SIMAS - CP 20168/2020 - EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO NOVO RESERVATÓRIO DO ALTO DE SANTA CATARINA - REESCALONAMENTO DE CABIMENTO - PD Nº. 293-SIMAS/2022**
- 32 - PROPOSTA Nº. 1039/22 - SIMAS - CP 21175/2021 - AUTORIZAÇÃO PARA O REESCALONAMENTO DO CABIMENTO E APROVAÇÃO DA NOVA MINUTA DE CONTRATO RELATIVO AO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDO-QUADRO PARA A EXECUÇÃO DA EMPREITADA DESTINADA À REPARAÇÃO DE ROTURAS NA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO CONCELHO DE OEIRAS (ANOS 2022 A 2025 - ATÉ AO LIMITE DE 36**

MESES) - PD N.º. 296-SIMAS/2022

33 - PROPOSTA N.º. 1040/22 - SIMAS - REESCALONAMENTO DE CABIMENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA NOVA MINUTA DO CONTRATO RELATIVO AO PROCEDIMENTO, AO ABRIGO DO ACORDO-QUADRO CELEBRADO COM A ESPAP - ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, I. P., COM O N.º. AQ-ELE 2019, PARA O FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE PARA O EDIFICADO DOS SIMAS DE OEIRAS E AMADORA, PARA O PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2023. - - PD N.º. 297-SIMAS/2022

34 - PROPOSTA N.º. 1041/22 - SIMAS - 7.ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA DAS DESPESAS CORRENTE E CAPITAL - PD N.º. 298-SIMAS/2022

35 - PROPOSTA N.º. 1042/22 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDO-QUADRO PARA A EXECUÇÃO DA EMPREITADA DESTINADA À REMODELAÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, RAMAIS DE LIGAÇÃO E ACESSÓRIOS, EM DIVERSOS LOCAIS DO CONCELHO DE OEIRAS - A EXECUTAR NOS ANOS DE 2023 A 2025 - PD N.º. 299-SIMAS/2022

36 - PROPOSTA N.º. 1043/22 - DPE - EMPREITADA 39/DPE/19 - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OEIRAS - NOVO QUARTEL - APROVAÇÃO DA 9.ª. REVISÃO DE PREÇOS

37 - PROPOSTA N.º. 1044/22 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º. 480/2020 - RENOVAÇÃO N.º. 244/2022, JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE OEIRAS E S. JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS - 4.º. BIMESTRE DE 2022

38 - PROPOSTA N.º. 1045/22 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º. 485/2020 - RENOVAÇÃO N.º. 154/2022, JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARNAXIDE E QUEIJAS - 4.º.



**Câmara Municipal  
de Oeiras**

**BIMESTRE DE 2022**

- 39 - PROPOSTA Nº. 1046/22 - DPERU - AQUISIÇÃO DE PRÉDIO URBANO SITO NA RUA FELNER DUARTE, Nº. 6 6-A E 6-B, EM BARCARENA**
- 40 - PROPOSTA Nº. 1047/22 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 31ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA**
- 41 - PROPOSTA Nº. 1048/22 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 32ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA**
- 42 - PROPOSTA Nº. 1049/22 - DPE - EMPREITADA “39/DPE/19 - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OEIRAS - NOVO QUARTEL” - PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO DE EMPREITADA PELO PERÍODO ADICIONAL DE 75 DIAS, AO ABRIGO AO ARTº. 4º. DO DL Nº. 36/2022**
- 43 - PROPOSTA Nº. 1050/22 - DPE - EMPREITADA 07/DPE/2021 - REQUALIFICAÇÃO DO ANTIGO QUARTEL DOS BOMBEIROS DE PAÇO DE ARCOS - AUDITÓRIO JOSÉ DE CASTRO E UNIDADE DE SAÚDE - APROVAÇÃO DA 5ª. REVISÃO DE PREÇOS.-----**
- 44 - PROPOSTA Nº. 1051/22 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 683/20 - RENOVAÇÃO Nº. 146/22 - JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALGÉS, LINDA-A-VELHA E CRUZ QUEBRADA/DAFUNDO - 4º. BIMESTRE DE 2022**
- 45 - PROPOSTA Nº. 1052/22 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 698/20 - RENOVAÇÃO Nº. 142/22 - JUNTA DE FREGUESIA DE BARCARENA - 4º BIMESTRE DE 2022**
- 46 - PROPOSTA Nº. 1053/22 - DPM - AQUISIÇÃO POR OCUPAÇÃO DE VIATURAS ABANDONADAS E DOADAS (7º. ABATE)**
- 47 - PROPOSTA Nº. 1054/22 - UPAG - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE CORTE**

**MECÂNICO DE ERVAS EM PASSEIOS E BEIRADAS NO CONCELHO DE OEIRAS, POR LOTES**

- 48 - PROPOSTA Nº. 1055/22 - PCM - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E AS ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS NO ÂMBITO DA PARTILHA DE INFORMAÇÃO DAS APLICAÇÕES SIGMOS E GESCORP**
- 49 - PROPOSTA Nº. 1056/22 - PCM - COMPARTICIPAÇÃO DAS PROPINAS RELATIVA À FORMAÇÃO DOS BOMBEIROS NA UNIVERSIDADE ATLÂNTICA**
- 50 - PROPOSTA Nº. 1057/22 - UPGO - Pº. 2020/113-DGEP - “EXECUÇÃO DA CICLOVIA DA MEDROSA, ENTRE A ESTAÇÃO DA CP DE OEIRAS E A PRAIA DA TORRE” - RATIFICAÇÃO DO ATO DE APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES, TRABALHOS A MENOS E PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO**
- 51 - PROPOSTA Nº. 1058/22 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA DR. NUNO SIMÕES, Nº. 9, 3º. DTO. NO BAIRRO PÁTEO DOS CAVALEIROS**
- 52 - PROPOSTA Nº. 1059/22 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA DR. ALBERTO PINHEIRO TORRES, Nº. 7, 1º. ESQº., NO BAIRRO PÁTEO DOS CAVALEIROS**
- 53 - PROPOSTA Nº. 1060/22 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NO LARGO ÁLVARO PINHEIRO RODRIGUES, Nº. 14, R/C D, NO BAIRRO ALTO DOS BARRONHOS**
- 54 - PROPOSTA Nº. 1061/22 - DGSH - VENDA DE HABITAÇÃO MUNICIPAL SITA NA RUA SOUSA TAVARES, Nº. 7, 3º. DTO., BAIRRO DO POMBAL, EM OEIRAS**
- 55 - PROPOSTA Nº. 1062/22 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA AV. DOS CAVALEIROS, Nº. 20, R/C B, NO BAIRRO OUTURELA/PORTELA**
- 56 - PROPOSTA Nº. 1063/22 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ACECOA - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DOS CONCELHOS DE OEIRAS E AMADORA PARA OFERTA DE CABAZES DE NATAL ÀS FAMÍLIAS**



**Câmara Municipal  
de Oeiras**

**ARRENDATÁRIAS MUNICIPAIS**

- 57 - PROPOSTA Nº. 1064/22 - DGSB - MEDIDA DE PROTEÇÃO ÀS FAMÍLIAS - ATUALIZAÇÃO GERAL DE RENDAS EM REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO**
- 58 - PROPOSTA Nº. 1065/22 - DTGE - PEDIDO DE APOIO PARA A REALIZAÇÃO DO CONGRESSO EUROPEU NOVA GASTRONOMIA**
- 59 - PROPOSTA Nº. 1066/22 - DD - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A DIVERSAS ENTIDADES PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE GERONTOMOTRICIDADE, NO ÂMBITO DO PROGRAMA FIT SÉNIOR - ÉPOCA 2022-2023**
- 60 - PROPOSTA Nº. 1067/22 - DAEGA - ANÁLISE DE CANDIDATURAS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO DE TRANSPORTE ESCOLAR - ANO LETIVO 2022-2023**
- 61 - PROPOSTA Nº. 1068/22 - DE - APROVAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE OEIRAS**
- 62 - PROPOSTA Nº. 1069/22 - UJ - DESCABIMENTO DE COMPROMISSO ORÇAMENTAL DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 1153/2021, DE 22 DE DEZEMBRO**
- 63 - PROPOSTA Nº. 1070/22 - EPEOCT 2020/2025 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO INSTITUTO DE TELECOMUNICAÇÕES (IT), NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA OEIRAS CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2020-2025**
- 64 - PROPOSTA Nº. 1071/22 - DP - BAIRRO 18 DE MAIO, EM OUTURELA/PORTELA - CONSTITUIÇÃO DE LOTES - ADITAMENTO**
- 65 - PROPOSTA Nº. 1072/22 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FÁBRICA DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DA EDIÇÃO DE 2022 DA FESTA DE SANTA CATARINA**
- 66 - PROPOSTA Nº. 1073/22 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA APOIO À DESLOCAÇÃO EM SERVIÇO DE TRANSPORTE DE TÁXI PARA O**

**CENTRO DE VACINAÇÃO DE CARNAXIDE**

- 67 - PROPOSTA Nº. 1074/22 - DCS - FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL - REFORÇO DE VERBAS A ENTIDADES PARCEIRAS**
- 68 - PROPOSTA Nº. 1075/22 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À LIGA DOS AMIGOS DO HOSPITAL DE SÃO FRANCISCO XAVIER**
- 69 - PROPOSTA Nº. 1076/22 - DCS - REVOGAÇÃO PARCIAL DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 496/2022 - REVOGAÇÃO DA COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE OEIRAS E SÃO JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS - DESCABIMENTAÇÃO DE COMPROMISSO ORÇAMENTAL**
- 70 - PROPOSTA Nº. 1077/22 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ENTIDADES DE ÂMBITO SOCIAL E SAÚDE - ARIA, AJUDE, ASSOCIAÇÃO BYP, CENTRO COMUNITÁRIO E PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES, ACADEMIA DOS CHAMPS E ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO 25 ABRIL, PARA APOIO À MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES - 2022**
- 72 - PROPOSTA Nº. 1079/22 - DGP - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR COMISSÃO DE SERVIÇO NO CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DE SISTEMAS APLICACIONAIS (DSA)**
- 73 - PROPOSTA Nº. 1080/22 - UPGO - 2ª. REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES PARA A PRAÇA DOS LUSÍADAS, EM LINDA-A-VELHA”**
- 74 - PROPOSTA Nº. 1081/22 - UPGO - Pº. 2021/69-DGEP - “LIGAÇÃO DO NÓ DA CRIL A MIRAFLORES - RAMO DE ACESSO SUL E BOLSAS DE ESTACIONAMENTO” - APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES**





**Câmara Municipal  
de Oeiras**

- 75 - PROPOSTA Nº. 1082/22 - UPGO - Pº. 2022/59-DEM - “REQUALIFICAÇÃO DA EB GIL VICENTE, EM QUEIJAS” - APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS PRELIMINAR E FINAL E CONSEQUENTE ADJUDICAÇÃO - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO E NOMEAÇÃO DO RESPETIVO GESTOR**
- 76 - PROPOSTA Nº. 1083/22 - UPGO - Pº. 2022/84-DEM - “CONSTRUÇÃO DO POLO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AGÊNCIA DE EMPREENDEDORES SOCIAIS, EM CARNAXIDE” - DECISÃO DE CONTRATAR E ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO SEM PUBLICIDADE INTERNACIONAL - APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E NOMEAÇÃO DO JÚRI**
- 77 - PROPOSTA Nº. 1084/22 - UPGO - Pº. 2021/147-DGEP - “ESTABILIZAÇÃO DO TALUDE JUNTO AO CAMPO DO SPORTING CLUBE DE LINDA-A-VELHA” - APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES**
- 78 - PROPOSTA Nº. 1085/22 - DAQV - CRIAÇÃO DE PREÇOS DE VENDA DE VINHO VILLA OEIRAS PARA OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - 2022**
- 79 - PROPOSTA Nº. 1086/22 - DGP - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR COMISSÃO DE SERVIÇO NO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE PROMOÇÃO SOCIOPROFISSIONAL (DPS)**
- 80 - PROPOSTA Nº. 1087/22 - DGP - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR COMISSÃO DE SERVIÇO NO CARGO CHEFE DA UNIDADE DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO (USST)**
- 81 - PROPOSTA Nº. 1088/22 - DPS - ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA MUNICIPAL DE BONS SERVIÇOS**
- 82 - PROPOSTA Nº. 1089/22 - DPS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS EDUCACIONAIS ANO**

**LETIVO 2022-2023 - 3ª. TRANCHE (SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2022)**

- 83 - PROPOSTA Nº. 1090/22 - DCA - FIXAÇÃO DO PREÇO DOS BILHETES RELATIVOS À PROGRAMAÇÃO CULTURAL REGULAR NO AUDITÓRIO MUNICIPAL RUY DE CARVALHO PARA DEZEMBRO DE 2022 E DEFINIÇÃO DA ENTIDADE PARA QUEM REVERTE A RECEITA PRODUZIDA COM A SUA VENDA**
- 84 - MOÇÃO DE AGRADECIMENTO AOS HERÓIS DO 25 DE NOVEMBRO**
- 85 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**



Câmara Municipal  
de Oeiras

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2022----

----- ATA NÚMERO VINTE E SETE/DOIS MIL E VINTE E DOIS -----

----- Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais, estando presentes os Senhores Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e Vereadores Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutora Ana Filipa Laborinho da Fonseca, Doutor Armando Agria Cardoso Soares, Doutora Susana Isabel Costa Duarte, Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Doutor João Carmo da Silva Anacleto Neves e Doutora Carla Cristina Teixeira Rocha. -----

----- Faltou a Senhora Vereadora Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, tendo a Câmara considerado justificada a respetiva falta. -----

**1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- Às quinze horas e quinze minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves. -----

**2 - SITUAÇÃO FINANCEIRA:** -----

-----Foi presente o balancete de tesouraria, relativo ao período de catorze de novembro de dois mil e vinte e dois a vinte de novembro de dois mil e vinte e dois, tendo o **Senhor Presidente** informado da disponibilidade orçamental, previsão de tesouraria, compromissos em aberto e execução do orçamento de dois mil e vinte e dois, constatando-se um saldo orçamental positivo de cinquenta e seis milhões novecentos e oitenta e oito mil e trinta e nove euros. -----

**3 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

-----Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, o **Senhor Presidente** deu conhecimento à Câmara da remessa pela Assembleia Municipal dos seguintes ofícios:-----

-----Número quatrocentos e noventa e quatro, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número oitocentos e oitenta e cinco, de dois mil e vinte e dois - DAQV - Encerramento do Mercado de Linda-a-Velha - Relocalização dos operadores do mercado e isenção de taxas, na qual deliberou, por maioria, com trinta e sete votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com um voto contra do Partido Chega, aprovar a isenção do pagamento de taxas relativas às seguintes Bancas do Mercado de Linda-a-Velha:-----

-----Banca - Utilização - Relocalização - Taxa Mensal: -----

-----Oito, nove e dez - Hortofrutícolas - Mercado de Algés - cento e treze euros;-----

-----Vinte e um e vinte e dois - Peixaria - Mercado de Carnaxide - cinquenta e seis euros e cinquenta cêntimos;-----

-----Cinquenta e três - Florista - Quiosque - quarenta e sete euros e oito cêntimos;-----

-----Quarenta e seis, quarenta e sete e quarenta e oito - Sapatos - Loja seis (com número de polícia dez) Mercado de Linda-a-Velha - cinquenta e seis euros e quarenta e nove cêntimos; --

-----Trinta e três e trinta e quatro - Roupas - Loja seis (com número de polícia dez) Mercado de Linda-a-Velha - trinta e sete euros e sessenta e seis cêntimos;-----

-----Trinta e cinco, trinta e seis e trinta e sete - Roupas - Loja seis (com número de polícia



Câmara Municipal  
de Oeiras

dez) Mercado de Linda-a-Velha - cinquenta e seis euros e quarenta e nove cêntimos. -----

----- Relativamente à ocupação de bancas no Mercado de Linda-a-Velha por um período de três meses, bem como que, enquanto durar a realocização, seja pago o mesmo valor referente a taxas anteriormente isentadas.-----

----- Número quatrocentos e noventa e cinco, dando conhecimento que na reunião de quinze de novembro de dois mil e vinte e dois, apreciou a proposta de deliberação número oitocentos e oitenta e sete, de dois mil e vinte e dois - GAEP - Parques Tejo, Empresa Municipal - Transferência financeira por resultado líquido negativo no exercício de dois mil e vinte e um. --

----- Número quatrocentos e noventa e seis, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número novecentos e vinte e um, de dois mil e vinte e dois GAP - Reprogramação financeira do contrato de prestação de serviços número seiscentos e sessenta e cinco, de dois mil e vinte - Aquisição do projeto do Centro de Congressos de Oeiras, na qual deliberou, por maioria com vinte e cinco votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com sete abstenções, sendo quatro do Partido Socialista, duas do Partido Social Democrata e uma do Partido Iniciativa Liberal, com cinco votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um do Partido Chega e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a reprogramação financeira do contrato de prestação de serviços número seiscentos e sessenta e cinco, de dois mil e vinte - “Aquisição do Projeto do Centro de Congressos de Oeiras”, nos seguintes termos: -----

----- Dois mil e vinte e três - Projeto de execução - vinte por cento - cento e vinte e dois mil quatrocentos e sessenta e um euros e vinte e seis cêntimos; -----

-----Dois mil e vinte e quatro - Projeto de execução revisto - quinze por cento - noventa e um mil oitocentos e quarenta e cinco euros e noventa e cinco cêntimos;-----

-----Dois mil e vinte e cinco - Assistência técnica à obra - cinco por cento - trinta mil seiscentos e quinze euros e trinta e dois cêntimos;-----

-----Dois mil e vinte e seis - Assistência técnica à obra - dez por cento - sessenta e um mil duzentos e trinta euros e sessenta e três cêntimos. -----

-----Número quatrocentos e noventa e sete, dando conhecimento que na reunião de quinze de novembro de dois mil e vinte e dois, apreciou a proposta de deliberação número oitocentos e trinta e oito, de dois mil e vinte e dois - GAM - Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão do Município de Oeiras (incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas) - Dois mil e vinte e um. -----

-----Número quatrocentos e noventa e oito, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número novecentos e quarenta, de dois mil e vinte e dois - DCS - Acertos relativos ao processo de comparticipação financeira às juntas das uniões de freguesia e freguesias para funcionamento dos estabelecimentos de infância - terceiro trimestre de dois mil e vinte e um - Retificação, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes com trinta e sete votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a atribuição de comparticipação financeira à União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo no valor de vinte e quatro mil euros, uma vez que há valores em défice face ao montante atribuído para o terceiro



Câmara Municipal  
de Oeiras

trimestre de dois mil e vinte e um.-----

----- A reposição, por parte das Uniões de Freguesias, dos valores abaixo discriminados, uma vez que há valores pagos em excesso, face ao montante atribuído para o terceiro trimestre de dois mil e vinte e um:-----

----- União das Freguesias de Carnaxide e Queijas - mil e quinhentos euros;-----

----- Junta de Freguesia de Porto Salvo - sete mil e quinhentos euros. -----

----- Número quatrocentos e noventa e nove, dando conhecimento que a proposta de deliberação número novecentos e setenta e sete, de dois mil e vinte e dois - DRU - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Carnaxide, foi retirada a fim de ser reformulada na Câmara Municipal. -----

----- Número quinhentos, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número novecentos e oitenta e quatro, de dois mil e vinte e dois - DBPL - Adesão à “European Bureau of Library, Information and Documentation Associations” (EBLIDA), na qual deliberou, por maioria com trinta e dois votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, um do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com uma abstenção do Partido Chega, aprovar a adesão à “EBLIDA - European Bureau of Library, Information and Documentation Associations” com aceitação dos respetivos Estatutos. -----

**4 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** declarou aberto o período para intervenção do público, tendo usado da palavra o seguinte munícipe: -----

-----O **Primeiro** que disse: -----

-----“A minha presença aqui tem a ver com várias situações:-----

-----A primeira tem a ver com a Polícia Municipal, com a apreensão de carros indevidamente dadas as circunstâncias, e depois a sua retenção, que na primeira vez foi durante dois anos e meio que o carro esteve aprisionado na garagem da recolha da Polícia Municipal de Oeiras. -----

-----Ao fim de dois anos e meio o carro está sucitado, sem se mexer, sem ser lavado, sem ser assistido, sujeito aos elementos da natureza, de modo que depois a despesa para o recuperar é sempre grande. -----

-----Numa segunda fase foram dois carros, em simultâneo, que foram aprisionados, depois de eu falar com o Polícia Municipal, que estava na altura da construção da rotunda à entrada de Paço de Arcos, de quem vem da Marginal, de assistência à obra.-----

-----Tinha os carros estacionado em cima do passeio, depois de terem retirado estacionamento em Paço de Arcos e perguntei ao Polícia se havia problema de ali estarem os carros e ele respondeu que não havia problema que não impedia a circulação. -----

-----O empreiteiro da rotunda também dificultou o problema de estacionamento na zona.

-----Um carro foi devolvido com pagamento de multa e o outro ficou lá, porque disseram que tinha que haver um processo, que foi para a Vereação e depois para a Polícia Municipal. -----

-----Os emails que escrevia desapareciam, assim como as cartas, até que a Vereadora Eduarda Godinho me aconselhou que exigisse o recibo de entrega na Câmara.-----

-----A Senhora Vereadora Eduarda Godinho despachou no sentido do carro me ser entregue e um carro que podia ter sido entregue em quinze dias, levou dois anos e meio a ser entregue, cheguei a pedir para ir lá tirar a bateria para a carregar e voltar a colocar e não me autorizaram e ficou estragada. -----

-----O problema atual é que o carro ficou danificado e até um guarda lamas estragado,





Câmara Municipal  
de Oeiras

assim como a bomba de água teve que ser substituída.-----

----- Tenho aqui uma carta que gostaria de entregar sobre o assunto.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** respondeu: -----

----- “Não consigo tratar deste assunto aqui, de modo que deverá deixar o seu contacto e a matrícula da viatura, com a minha adjunta, a doutora Vanessa, eu vou pedir o processo à Polícia Municipal e depois quando tiver o processo comigo contacto-o para falarmos sobre a situação.” -

----- Volveu o **munícipe**: -----

----- “Em todos os Municípios, não é só aqui, um pouco por toda a parte, o transporte público só serve para quem não pode mesmo ter carro privado, por uma questão financeira, de rentabilidade de tempo, etc..-----

----- Temos o quartel de Paço de Arcos, que tem muita área não utilizada diariamente e frequentemente, podia ser utilizado, temporariamente.-----

----- Deploro o que foi feito na rotunda à entrada de Paço de Arcos, porque quem entra, do lado direito, o passeio adelgaça a meio metro num determinado ponto, a meio do círculo, quando depois tem dois a três metros, e quem vai para a praia com crianças, sacos e baldes, a dada altura vai para o alcatrão, e é absurdo, porque do outro lado o espaço para duas vias tem mais metade do que tem desse lado, e penso que desse lado está legal duas vias de rodovia, mas depois encolhe para uma só via e dez metros à frente alarga outra vez para duas vias, o empreiteiro ou quem supervisionou isto não estava com grande lucidez quando isto foi feito.-----

----- Conseguimos travar o derrube das árvores, porque andavam a derrubar as árvores todas. -----

----- Junto dessa rotunda, podia ser feito um trato com o Ministério do Exército eles abriam o portão e deixavam estacionar lá dentro, por um preço simbólico, porque têm muito espaço e temporariamente.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** retorquiu:-----

-----“As instituições militares e o Ministério da Defesa em Portugal, funciona como os gases, todo o espaço disponível ocupam, mesmo que seja com nada, há muitas instituições militares no Concelho de Oeiras sem utilização, é o caso dos Fortes na Marginal, um deles é residência do Chefe de Estado Maior da Armada, o outro é a residência oficial do Ministro da Defesa, o que não faltam é instituições militares em Oeiras, porque no passado as portas da cidade acabavam no limite do Concelho de Oeiras, e nós seguindo a tradição romana, tínhamos as instituições militares nas portas da cidade, naturalmente a cidade já cresceu e as instituições militares em grande medida estão desativadas aqui e estão noutros lugares, mas ainda que possam ter utilização, têm utilização muito escassa, mas passar do ponto em que têm uma utilização escassa, para ser colocado ao serviço do bem comum, eles sentiriam que se estava a entrar numa área deles e não permitiam.”-----

-----Volveu o **Munícipe**: -----

-----“Há um problema com água no prédio da Rua Veiga Beirão, no Bairro J. Pimenta, porque as condutas de esgotos e das águas pluviais estão misturadas e fazem lavagem do cimento que as liga e aquilo não fica ligado, fica justaposto com as saídas. -----

-----Numa densidade grande como a que acontece ali no Bairro é normal haver fissuras, quando comprei o andar o poço do elevador tinha meio metro de água, na altura coloquei o assunto à Câmara e uma Vereadora deslocou-se ao local, e uma das soluções para resolver a situação foi subir o passeio junto às paredes exteriores do prédio dando-lhe inclinação para o escoamento das águas da chuva, mas em simultâneo em vez da calçada à portuguesa, podiam colocar pavimento igual ao que colocaram nos passeios junto à Escola Náutica, era o ideal. -----

-----Há alimentação permanente de água que escorre para ali, o que é estranho, porque foi feita a obra no passeio, na parte de trás do prédio também foi feito um fosso abaixo daquele que já existia nos elevadores, de modo que a Câmara tem que descobrir de onde a água vem, os SIMAS nunca lá foram, disseram que tinham que dar uma compressão maior ao sistema de



Câmara Municipal  
de Oeiras

armazenamento e transporte da água. -----

----- No lavatório da cozinha aparecem micro algas, em plaquetas, pretas, até tenho aqui fotografias, de modo que posso mandar analisar a água, mas a Câmara diz que também tem que analisar, de modo que deixo aqui na Câmara o especial cuidado, porque quanto a mim aquilo é tubagens partidas. -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** concluiu: -----

----- “Deixa os contactos e o que tiver, nomeadamente a carta e as fotografias à minha adjunta e será contactado assim que eu tiver respostas.” -----

**5 – INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR JOÃO NEVES:** -----

----- O **Senhor Vereador João Neves** teceu as seguintes informações: -----

----- “Sendo a primeira reunião em que participo em substituição da Senhora Vereadora Carla Castelo e em representação do nosso Grupo Político Evoluir Oeiras, cumprimento os restantes elementos desta Câmara, bem como, os funcionários e funcionárias que aqui prestam apoio e sendo esta uma reunião pública uma saudação especial para os cidadãos e cidadãs que aqui estão presentes. -----

----- Gostaria de trazer alguns assuntos neste ponto antes da Ordem do Dia, começando pelo aterro junto à Avenida Cesária Évora, em Porto Salvo. -----

----- A Senhora Vereadora Carla Castelo enviou no passado dia dezasseis de novembro um requerimento endereçado ao Senhor Presidente da Câmara, relativo ao pedido de autorização do aterro junto à Avenida Cesária Évora, consideramos que deverá ser enviada com a máxima urgência a documentação relativa a esta autorização assinada pela Senhora Vereadora Joana Baptista que ainda não nos foi remetida e é importante que o seja quanto antes. -----

----- No caso desta gravidade, deve, quanto a nós, haver responsabilidade civil nos atos praticados e não ser o Município, ou seja, o coletivo dos oeirenses a pagar meio milhão de euros para corrigir os erros de quem deu autorização para a realização do aterro em zona interdita, por

ser área de Reserva Ecológica Nacional viola quatro figuras da REN de uma só vez. -----

-----Sobre a questão da consulta pública já realizada em março na sequência do pedido de alteração de loteamento do Projeto Água Terra, em Carnaxide e desde então não se sabe em que fase está o projeto e quando vão notificar os interessados do relatório da consulta pública. -----

-----Chega-nos também preocupações dos moradores de que não sendo a primeira vez voltaram a parar as obras de requalificação do espaço público do Bairro dos Navegadores, em Porto Salvo, situação que preocupa e transtorna os cidadãos e cidadãs afetadas, que se recordam de ver com fundada esperança e otimismo o anúncio desta obra no panfleto na Câmara Municipal de Oeiras com o título obras e projetos dois mil e dezassete/dois mil e vinte e um, assim respondendo aos anseios que nos foram transmitidos o nosso grupo político vem questionar o que originou a paragem, quando é que as obras vão ser retomadas e em que medida é que estas paragens estão a atrasar a sua conclusão.-----

-----Recordava requerimentos que estão por responder, o acesso à informação é fundamental para o trabalho da oposição, estando previsto no Estatuto do Direito de Oposição, pelo que chamamos a atenção para requerimentos apresentados no passado mês de junho ainda sem resposta ou respondidos de forma incompleta. -----

-----O requerimento número um, de um de outubro de dois mil e vinte e dois, referente à “Composição de Gabinetes de Vereadores”, que foi respondido de forma incompleta não estando divulgados os nomes das pessoas que compõem os gabinetes, que não é, longe disso, uma informação sigilosa. -----

-----Também está por responder o requerimento número três, apresentado em seis de outubro, “Dados sobre Eficiência Hídrica do Município de Oeiras”. -----

-----Também o requerimento número cinco, de catorze de outubro, referente ao “Tratamento de Resíduos pela TratoLixo e Estratégia Municipal para os Resíduos”, também a este requerimento não foi recebida ainda a resposta. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Por fim, chamamos a atenção para o prazo de resposta do requerimento enviado já no dia dez de novembro, em que solicitamos os dados reportados pela Câmara Municipal de Oeiras para cada um dos vinte e um indicadores de sustentabilidade local e sub-indicadores, no âmbito, da candidatura do Município ao Programa Eco Vinte e Um da Associação Bandeira Azul da Europa.” -- -----

**6 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA ANA FILIPA LABORINHO: -----**

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** prestou à Câmara as seguintes informações: -----

----- “No dia dez de novembro, estive presente na apresentação do Guia Sustentabilidade na Prática e quero dar os parabéns, porque é um excelente trabalho realizado pela Rede Oeiras Solidária, portanto, quer o Município, quer as empresas que integram a rede estão de parabéns e desejo muito sucesso a todos neste caminho que estão a trilhar para a sustentabilidade e não está cá hoje a Senhora Vereadora Teresa Bacelar, mas deixo aqui esta nota.-----

----- - No dia onze de novembro, participei na reunião do Grupo de Trabalho Metropolitano de Ordenamento do Território Ambiente e Urbanismo, onde se fez um ponto de situação relativamente aos planos de ação para o clima e energia, no qual Oeiras tem estado a trabalhar e esperamos que assim que for possível o possamos também aqui trazer. -----

----- - No dia doze de novembro, estive também na festa de São Martinho, em Algés, no Palácio Anjos, foi, de facto, um excelente momento, tendo em conta que tivemos todos estes anos com todas estas restrições, ver aquele jardim cheio de pessoas e com música foi um momento muito feliz, até porque eu sou algesina, moro ali, aquilo é mesmo perto da minha casa e há muito tempo que não tínhamos um momento destes ali, portanto, dou aqui os parabéns à Senhora Vereadora Carla Rocha por esta iniciativa. -----

----- - No dia dezassete de novembro, estive na apresentação oficial da Associação Oeiras Valley Investment Agency - OVIA e quero deixar aqui os parabéns pela tomada de posse desta

equipa e desejar ao corpo dirigente os maiores sucessos na continuação de trabalho de internacionalização do Município e de atração de investimento para o mesmo. -----

----- - Nos dias dezanove e vinte de novembro, não pude estar presente, mas sei que decorreram as Jornadas Diocesanas da Juventude que antecipam também a vinda do Papa e o “feedback” que tenho recebido é que teve imenso sucesso, a organização tinha muita qualidade e, portanto, tenho que dar também os parabéns a toda a equipa que ali trabalhou e que permitiu que tivéssemos este momento aqui em Oeiras e que certamente também permitirá que tenhamos o próximo grande momento com o Papa aqui no Concelho de Oeiras. -----

----- - No dia vinte e dois de novembro, estive na segunda Conferência Nacional da Rede de Cidades Circulares acompanhada de vários técnicos do Município que apresentaram as iniciativas que Oeiras tem no âmbito desta rede e foi um importante momento de partilha de boas práticas e de reflexão acerca do caminho que é necessário percorrer, tendo em vista a implementação de políticas que promovam a circularidade. Quero também aqui dar a nota e deixar os parabéns aos técnicos do Município que apresentaram os projetos de Oeiras.-----

----- - No dia vinte e três de novembro, hoje de manhã, estive na cerimónia comemorativa do vigésimo primeiro aniversário da Polícia Municipal de Oeiras e deixo aqui os parabéns por todo o trabalho que têm desenvolvido na nossa comunidade.” -----

#### **7 – INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR ARMANDO SOARES:-----**

-----O **Senhor Vereador Armando Soares** informou a Câmara da seguinte: -----

-----“No dia onze de novembro, participei no quinto Congresso da Associação Portuguesa de Empresas de Gestão e Administração de Condomínios, julgo que até era para estar presente o Senhor Vice-Presidente, depois por razões de última hora acabou por não conseguir estar, onde participei num painel sobre a nova lei dos condomínios sobre a garantia de conservação e reabilitação de habitações.-----

-----Foi um congresso bastante participado, como sempre Oeiras demonstra que dá cartas



Câmara Municipal  
de Oeiras

também nessa matéria e aquilo que não pode fazer, não pode apenas por imperativo legal e nada mais.-----

----- - No dia dezasseis de novembro, a convite da deputada municipal doutora Paula Neto, visitei em Lisboa, a Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger, cujo síndrome é um grau de autismo, onde tive a oportunidade de verificar também que o Município de Oeiras tem um protocolo já em curso com esta Associação para integração de pessoas portadoras de deficiência e onde foi combinado aumentarmos ainda mais o leque e se Oeiras tem sido vanguarda em tantos aspetos, nessa matéria também, penso que não haverá muitas câmaras a cumprirem essas prerrogativas, nós cumprimos, não há nenhum impedimento para que não possamos aumentar esse número de efetivos também nas nossas fileiras de profissionais.-----

----- - No âmbito do Pelouro do Empreendedorismo, participei também na décima oitava edição do Projeto Poliemprende, na Escola Náutica Infante Dom Henrique, onde tive a oportunidade de entregar (abordar) a colaboração da Câmara Municipal de Oeiras e o incentivo que dá também a todas as questões do ensino superior, por maioria de razão aqueles que são do nosso Município.-----

----- - Dia dezassete de novembro, realizou-se a apresentação de “Oeiras Valley Investment Agency”, certamente o Senhor Vice-Presidente irá falar disso, não irei tomar tempo sobre essa matéria, foi um prazer lá ter estado, sendo que Oeiras continuará evidentemente a apostar bastante naquilo que é a sua internacionalização, aliás, exemplo disso, tem sido as delegações estrangeiras que nos têm visitado nos últimos tempos e que têm feito o Presidente da Câmara e vários Vereadores se multiplicarem a recebê-los.-----

----- - Depois, foi aqui revelado pelo Senhor Vereador, que saúdo hoje a sua presença em representação da Coligação Evoluir, um dos requerimentos que é matéria que está sobre a minha alçada e com a devida autorização do Senhor Presidente da Câmara eu gostava aqui de fazer apenas uma cronologia rápida e de responder a essa matéria, é basicamente a solicitação dos

membros que compõem os gabinetes de vereação e apenas passar aqui uma imagem que tenho já tentado passar noutras formas e noutras alturas. -----

-----Há total transparência na parte do acesso à informação, da parte da autarquia e, pelo menos, na parte que me compete nos pelouros que estão sobre a minha alçada, o que é que mudou de há uns anos atrás a esta parte?-----

-----A obrigatoriedade de as Câmaras terem um Encarregado de Proteção de Dados e isso surgiu como todos sabem e, aliás, é tema que muitos de nós discutimos muitas das vezes nas reuniões de despacho nos Recursos Humanos. -----

-----Foi um tema que veio ainda mais à baila quando surgiu aquela situação na Câmara Municipal de Lisboa dos dados relativamente à Rússia, etc., então as câmaras ainda passaram a estar mais atentas a essa matéria. -----

-----Cada vez que há uma solicitação de alguém que tenha a ver com dados que possam ser considerados eventualmente pessoais, isto tem que passar por esse crivo e depois o Encarregado de Proteção de Dados emite um parecer e depois é em nome desse parecer que as decisões são tomadas, ou seja, a informação é totalmente transparente, mas tem que passar sempre por esse crivo.-----

-----Eu gostava de fazer essa cronologia para depois então chegarmos à parte do acesso à informação. -----

-----Foi enviado e-mail, o qual foi passado para o Encarregado de Proteção de Dados e o parecer foi este, na altura, "...Salvo melhor opinião, uma vez analisado o requerimento em anexo apresentado pela Senhora Vereadora Carla Castelo, na qualidade de Vereadora Independente eleita pela Coligação Evoluir Oeiras, afigura-se-nos que tratando-se de um pedido de acesso à informação administrativa, o mesmo deveria ser respondido pela responsável do acesso à informação administrativa e não pelos Recursos Humanos.-----

-----Por outro lado, e pese embora, a questão da proteção de dados seja relevante, o facto





Câmara Municipal  
de Oeiras

é que a senhora Vereadora não solicitou uma listagem nominativa, mas apenas informação relativa a pessoas singulares que podem ser identificáveis direta ou indiretamente, mesmo que seja fornecida sem identificação concreta dos membros ou dos gabinetes dos vereadores e que por esse motivo conterà dados pessoais e depois cita o número um ,do artigo quarto do RGPD.---

----- Pese embora a Câmara Municipal esteja obrigada a satisfazer as solicitações de informação formuladas pelos membros dos Órgãos Autárquicos deve, no entanto, averiguar para que efeito é solicitada tal informação administrativa e se o exercício de tal direito, não se revela abusivo, violador do princípio da boa-fé e suscetível de colocar em causa a prossecução do princípio da proteção de dados pessoais a que o Município de Oeiras está vinculado. -----

----- Nesse sentido, e por se afigurar que o pedido apresentado não é suficientemente preciso por não indicar para que efeito pretende ter acesso à informação solicitada, poderá lançar-se mão do disposto no número seis, do artigo décimo segundo, da Lei número vinte e seis, de dois mil e dezasseis, de vinte e dois de agosto, notificando-se a Senhora Vereadora para no prazo de “X” dias se digne indicar para que finalidade concreta é solicitada a referida informação, o que reduzirá o eventual risco de uma posterior reutilização ou divulgação indevida da informação a prestar para esse fim específico. -----

----- Nesse sentido, anexa-se um parecer da CADA - Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e um parecer da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, sem prejuízo do exposto...”. -----

----- Ou seja, cada vez que há um pedido, não é o Presidente nem os Vereadores que têm que tomar a decisão se vão ou não vão dar o pedido, quer dizer o pedido é solicitado e depois tem que passar pelo crivo do Encarregado de Proteção de Dados, nomeadamente, quando tem a ver com o acesso a dados pessoais e este foi o parecer, depois deste ainda veio outro e no meio desses dois pareceres, quando é enviada a informação vem resposta da Vereadora Carla Castelo:-

----- “...Bom dia, venho solicitar que o requerimento número dez, de dois mil e vinte e

dois, seja devidamente respondido com os nomes dos elementos que compõem os gabinetes, não há qualquer razão atendível para que na resposta ao meu requerimento tenham sido omitidos os nomes das pessoas que trabalham nos gabinetes dos vereadores, não se tratam de dados confidenciais, as pessoas que trabalham nos gabinetes têm nome e estão a prestar um serviço público a um Município que deve zelar pela transparência. -----

-----É grave que tenha sido omitida essa informação que não pode, de alguma forma ser sigilosa, agradeço pois que a informação completa me seja enviada o mais rapidamente possível...” e é aqui que as coisas mostram, independentemente da política, e das forças políticas que cada um representa, quem está no poder e quem está na oposição, mas é aqui que começa a vir aquilo que depois acaba por prejudicar o funcionamento das instituições e por lançar anátemas desnecessários junto dos funcionários da Autarquia. -----

-----É que esta resposta, não é uma resposta que depois é o senhor Presidente da Câmara ou os Senhores Vereadores que têm que a ouvir ou que têm que a sentir como dolorosa, quem a sente depois são os funcionários da Câmara, porque prepararam a informação. -----

-----Senhor Vereador João Neves aquilo que eu lhe queria novamente dizer é, primeiro que tudo, não há informação sonogada nenhuma de qualquer espécie da Câmara Municipal, é uma Câmara totalmente transparente, totalmente aberta, aliás, se há Câmara que tem sido escrutinada ao longo de décadas, tem sido esta. -----

-----Nesta matéria, tratando-se de pessoas o que o Encarregado de Proteção de Dados entendeu com a sua equipa era, não se revelando o pedido taxativamente a dizer quero os nomes, não dizendo para que é que queria os nomes, os nomes não foram fornecidos, no entanto, não obstante isso, com conhecimento do Senhor Presidente da Câmara Municipal, eu vou entregar agora ao Senhor Vereador os nomes todos e o que é que eu apenas peço, sabendo que corremos todos o risco de qualquer uma destas pessoas, que são membros dos gabinetes, se virem o seu nome a circular de matéria indevida, poder processar, em primeiro lugar a própria Autarquia, eu



Câmara Municipal  
de Oeiras

dou-lhe esta informação, mas que tenha a consciência para que fins é que a poderá usar.”-----

**8 - INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR PEDRO PATACHO:** -----

----- O **Senhor Vereador Pedro Patacho** prestou à Câmara as seguintes informações: ----

----- “No passado dia doze de novembro comemorámos o vigésimo segundo aniversário do Instituto Superior Técnico, no Taguspark, onde tive oportunidade de estar presente em representação do Senhor Presidente e testemunhar aquilo que é a enormíssima vitalidade deste polo da melhor escola de engenharia portuguesa no nosso Concelho. -----

----- Já são mais de mil e setecentos alunos, um vasto conjunto de licenciaturas oferecidas, exclusivamente, em Oeiras e apenas uma que também existe simultaneamente em Lisboa, vários centros de investigação a fazer um trabalho de excelência e, portanto, um polo universitário de grande dinamismo, que também, julgo eu, está num momento de grande forma, do ponto de vista das relações institucionais com a Câmara Municipal de Oeiras, que sempre foram boas, mas eu arriscar-me-ei a dizer que hoje são melhores do que nunca e nunca antes como hoje o Instituto Superior Técnico esteve tão presente nos programas, projetos e atividades da Câmara Municipal de Oeiras, quer os dirigidos aos cidadãos em geral, quer ao público escolar, quer os de índole cultural, portanto, parabéns ao técnico e continuaremos a trabalhar em conjunto com esta instituição universitária.-----

----- - Nos dias catorze e quinze de novembro tive oportunidade de com a Senhora Vereadora Joana Baptista participar no Congresso Mundial das “Smart Cities”. -----

----- A Senhora Vereadora certamente se irá referir a isto também e onde tomámos contacto com aquilo que têm sido as grandes tendências a nível mundial da governação inteligente integrada dos territórios e verificámos também como várias cidades do mundo, vários países e várias regiões se estão a posicionar nesta matéria, chegando à conclusão que Oeiras tem feito muito e já tem muita coisa implementada, muita coisa em curso e estando agora a ser feito um trabalho de agregação e de integração que certamente tornará mais visível a robustez das

políticas que têm sido seguidas nos últimos anos nesta matéria. -----

----- - No dia dezassete de novembro tive oportunidade de estar também presente como já foi referido, na apresentação da Oeiras Valley Investment Agency - OVIA. -----

----- - No dia dezoito de novembro juntamente com o Senhor Presidente, recebemos um conjunto de jovens universitários que a Câmara Municipal apoiou para participação no “UniRaid” que é um “raid” para jovens universitários entre Portugal e Marrocos e foi uma oportunidade divertida de tomar contacto com as aventuras destes jovens universitários, com o apoio da Câmara Municipal. -----

----- - No dia dezanove de novembro comemorou-se o centésimo oitavo aniversário da Sociedade de Instrução Musical de Porto Salvo, SIMPS, uma importante coletividade desportiva, cultural e recreativa de Porto Salvo, que é uma das nossas grandes referências concelhias na modalidade do andebol.-----

----- - Dias dezanove e vinte de novembro decorreram as Jornadas Diocesanas da Juventude gostava também de assinalar o grande sucesso que foi a nossa participação na organização das Jornadas Diocesanas da Juventude dois mil e vinte e dois em articulação com a Diocese de Lisboa. Nesta ocasião queria expressar o meu reconhecimento e o meu profundo agradecimento aos Senhores Vereadores que colaboraram nesta iniciativa, aos Serviços que tutelam, sem exceção, pelo esforço, pelo trabalho, pelo empenho, porque estamos diante de um extraordinário exemplo de eficaz colaboração inter serviços e entre diversos membros do Executivo que redundaram num extraordinário sucesso, não somos nós que o dizemos, foi a própria Diocese de Lisboa, os várias participantes das várias partes da região que estiveram cá, que reconheceram a qualidade da organização e, de facto, o evento ímpar que conseguimos realizar aqui em Oeiras e que comparando desde dois mil e quatro, creio, que estas jornadas se realizaram, os nossos parceiros unanimemente consideraram e o próprio Cardeal Patriarca de Lisboa na sua alocução no domingo também o disse, sem demérito para as anteriores edições,



Câmara Municipal  
de Oeiras

esta edição em Oeiras tinha superado todas as expectativas, portanto, muito obrigado Senhores Vereadores, obrigado aos Serviços, aos dirigentes e às equipas e foi, de facto, um extraordinário exemplo de colaboração.-----

----- Ontem teve lugar uma reunião do grupo de trabalho específico, no âmbito do Grupo Metropolitano de Educação sobre a questão do rácio das assistentes operacionais nas escolas e quero dar conta apenas daquilo que foram as principais conclusões deste grupo de trabalho e que serão posteriormente apresentadas ao Grupo Metropolitano de Educação.-----

----- Nós não temos um problema de rácio de assistentes operacionais, temos um problema de afetação de recursos, entre os quais de assistentes operacionais para os casos de necessidades educativas especiais, portanto, crianças com deficiência, com problemas severos de carácter permanente, que estão a chegar às escolas numa quantidade enorme, crescente de ano para ano e que, após sucessivos pedidos das Autarquias e sucessivos pedidos dos Agrupamentos de Escolas, a Administração Central não coloca nas escolas os recursos que são necessários para que estas crianças tenham o devido enquadramento e possam estar incluídas.-----

----- A nossa posição é de que isto não é a inclusão, inclusão sem meios e sem recursos é exclusão, porque estas crianças não estão a ter os apoios e o atendimento que necessitam na escola pública e este parece ser um problema transversal à Área Metropolitana de Lisboa.-----

----- Para além disso, discutiu-se também o problema do absentismo nas assistentes operacionais das escolas, que em todos os Municípios da Área Metropolitana de Lisboa anda entre os quinze e os vinte por cento de taxa de absentismo, portanto, não é um problema exclusivo de Oeiras, onde temos dezassete por cento de absentismo, é um problema transversal da Área Metropolitana de Lisboa e também o problema dos aptos condicionados que são em grande quantidade.”-----

**9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO:**-----

----- O Senhor Vereador Nuno Neto prestou à Câmara as seguintes informações:-----

-----“Participei no dia dez de novembro, numa conferência internacional “Social Housing and the Recovery Plans”, uma iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa e da Gebalis, com a “Housing Europe”, onde foram partilhados diferentes cenários da atualidade da habitação em várias cidades portuguesas e europeias e apresentadas algumas experiências e soluções para a requalificação das cidades promovendo a habitação disponível para todos. -----

-----Esta conferência teve especial importância, porque contou com a participação da representante da Comissão Europeia em Portugal para os Assuntos Económicos, que veio reforçar a importância do Plano de Recuperação e Resiliência - PRR, do cumprimento de prazos e explicou a impossibilidade, pelo menos por agora, do adiamento de prazos, a dilação dos prazos do PRR.-----

----- - Nos dias onze e doze de novembro teve lugar o São Martinho em Oeiras e em Algés, é uma tradição já de há muitos anos e durante o dia inteiro, nos dois dias, a adesão das pessoas foi aos milhares, foi prova disso as filas que se faziam, o convívio e a alegria que se fazia sentir, quer no Largo Cinco de Outubro, quer no Jardim do Palácio Anjos. -----

----- - No dia quinze de novembro, estive presente numa conferência Caminhos e Desafios para a Habitação na Área Metropolitana de Lisboa, desta feita promovida pela Área Metropolitana de Lisboa com a Faculdade de Arquitetura, onde foi apresentado o diagnóstico de habitação na Área Metropolitana. -----

-----Esta conferência foi encerrada pela Senhora Secretária de Estado da Habitação, mas foi uma organização da Área Metropolitana de apresentação do diagnóstico metropolitano de escassez de habitação.-----

-----É muito importante referir isto aqui, porque há ainda algumas opiniões que entendem que não é necessário mais habitação pública, que o problema da habitação acessível para todos se resolve com alguma recuperação em centros históricos ou algumas casas, poucas que possam existir ou com fogos disponíveis que se desconhece se têm proprietário.-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- É conclusão deste diagnóstico metropolitano que cerca de cinquenta mil famílias da Área Metropolitana de Lisboa, vivem em condições habitacionais indignas, dignidade pode ter a ver com a habitação em específico ou com a relação do morador com a habitação. Destes cinquenta mil agregados que representam cerca de quatro por cento do total de famílias da Área Metropolitana, mais de metade vive em situações de insegurança e insalubridade e cerca de vinte por cento com condição de precariedade.-----

----- É um diagnóstico ao nível metropolitano preocupante, mas que mostra os dados verdadeiros ou que vêm confirmar aquilo que é o trabalho do Município de Oeiras dos últimos trinta anos, os problemas de habitação resolvem-se pelo aumento da percentagem de habitação pública, resolvem-se com o investimento na habitação pública, é desta forma assim que Portugal entendeu o PRR e é esta a aposta firme que temos feito.-----

----- Eu gostava de terminar com uma frase que termina a apresentação do diagnóstico e que mostra bem a importância disto que é: «Quem não tem casa não tem nada».-----

**10 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA ROCHA:-----**

----- A **Senhora Vereadora Carla Rocha** iniciou o seu período de informações, dando conta do seguinte:-----

----- “Vou começar por falar do Magusto, foi um sucesso, foram dez toneladas de castanhas, vinte mil pessoas em média que estiveram presentes nestes dois dias, tanto em Oeiras, como em Algés e é muito interessante ver esta Oeiras, que é respeitadora dos costumes e tradições e nós sabemos muito bem a importância que os costumes e tradições têm para os nossos seres individuais e coletivos que somos, é um gosto quando as pessoas aderem tão bem àquilo que é feito.-----

----- Já estamos em labuta para o Natal Encantado, que é dias dezassete e dezoito de dezembro, no Palácio, que está tão bonito.-----

----- Chamo a atenção para dia dezanove, gostava muito em nome do Senhor Presidente

convidar todos a estarem presentes na entrega de casas, é mais uma que nós vamos fazer. -----

-----São dezanove casas de habitação social, mais seis de habitação jovem e deixem-me focar na habitação social, quando nós dizemos que vamos entregar casas pode parecer uma coisa muito simples, há uma lista de necessidades, a lista está trancada, há casas e vamos pegar naquelas pessoas e pô-las naquelas casas, não é, é preciso saber se naquela casa que é um T Dois se é uma família com filhos, se a casa fica perto de uma escola, se não fica perto de uma escola tentamos que vá para uma casa que fique perto da escola, tentamos perceber se aquele T Um que é para um idoso pode ou não subir as escadas e isto é um puzzle que, efetivamente, é bastante intrincado, que é emocional, que é muito interessante fazer, mas que não é assim tão fácil como quando eu digo nós vamos dar casas, é simples, pega-se nas chaves, o Vereador Nuno Neto dá-me as casas arranjadinhas e nós damos às pessoas, não, é preciso encontrar que pessoas para aquelas casas e esse trabalho está a ser feito e não é fácil fazê-lo e é, por isso, que eu estou a falar sobre ele. -- -----

-----Gostava que estivessem presentes dia dezanove, porque vocês conseguem entender aquilo que as palavras não dizem, porque há coisas que o olhar diz tudo.”-----

#### **11 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA SUSANA DUARTE: -----**

-----A **Senhora Vereadora Susana Duarte** prestou à Câmara as seguintes informações:-

-----“No dia dezanove de novembro, este sábado, tivemos o primeiro evento, nesta senda de eventos no Mercado de Paço de Arcos, Vinhos e Petiscos, organizado pela Oikos, que no seu negócio social “Smartfarmer” fez ali uma experiência interessante, foi um registo informal de gastronomia e de castanhas, que era o mote deste evento e dizer que não é habitual fazermos este tipo de eventos nestes mercados, mas correu muito bem, houve uma boa adesão, cerca de duas centenas de visitantes e é uma iniciativa que esperamos repetir, não só em Paço de Arcos, mas em outros mercados.-----

-----Dar também nota, à semelhança do que também já foi aqui dito, relativamente a este





Câmara Municipal  
de Oeiras

domingo, sobre a missa de encerramento da Jornada Diocesana da Juventude de Lisboa, com o Cardeal Patriarca Dom Manuel Clemente, para quem lá esteve, foi um momento comovente, não só pela celebração em si, mas por ter mais de quatro mil jovens reunidos no jardim durante aqueles dias e perceber que estava tudo tão bem organizado, como as coisas se procederam, como se tivessem ali meia dúzia de pessoas, de uma forma muito eficaz, isso mostra que realmente a organização está de parabéns e que está preparada para o ano que aí vem.” -----

**12 - INFORMAÇÕES – SR. VICE-PRESIDENTE:** -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** prestou à Câmara as seguintes informações:-----

----- “Começo por referir, o Magusto, que mais uma vez voltou a ser celebrado condignamente em Oeiras, e com bastante apoio popular, com uma organização absolutamente impecável por parte do Município e certamente terá deixado a população do Concelho particularmente satisfeita.-----

----- - No dia dezassete de novembro, teve lugar a apresentação pública da Oeiras Valley Investment Agency. Uma agência de investimento privada, mas criada sob os auspícios do Município, porque o Município apoiou desde o primeiro momento, e poderá ter um papel bastante importante, na internalização, quer de Oeiras, quer da marca Oeiras Valley e na atração de novo investimento para o nosso Concelho e fazendo também o papel de apoiar os nossos empresários particularmente de menor dimensão que não têm acesso a apoio da diplomacia económica do Estado Central.-----

----- - No dia vinte, no domingo passado, assisti à missa campal, que também surpreendeu pela organização excecional, quer todas as jornadas, quer até dos detalhes da missa que foram muito bem organizados, portanto, se a ideia era criar um ensaio geral para as Jornadas Mundiais da Juventude passámos no ensaio geral com honras de excelência, creio que estamos preparados e que será um momento particularmente importante as próximas Jornadas Mundiais da Juventude de confraternização e de diálogo, porque as Jornadas Mundiais da Juventude,

apesar de serem realizadas pela Igreja Católica é também o momento de diálogo ecuménico com outras religiões que no mundo a precisar de paz torna-se particularmente relevante. -----

----- - No dia vinte e um, segunda-feira passada, recebemos uma delegação do Brasil composta por nove Municípios brasileiros diferentes, do Programa de Cooperação Tripartido, o Projeto Inova Junto, composto por muitos Municípios brasileiros, que vieram conhecer a experiência de desenvolvimento e de transformação do Município de Oeiras----- .

-----A Confederação Perfeitos Brasileiros e de Municípios Brasileiros, tem feito um trabalho bastante interessante de internacionalização e de procura de experiências, novas experiências de governação internacional para colher novos métodos para o Brasil.-----

-----Estavam aqui cidades tão relevantes como Santarém do Pará, que para quem não conhece tem o maior Porto exportador de soja do Hemisfério Sul. -----

-----E foi o momento também de podermos mostrar um pouco do que foi a experiência de Oeiras das últimas décadas e para uma sociedade em transformação como a brasileira é particularmente interessante, até porque tentam perceber como é que Oeiras passa de subúrbio para nova centralidade, que, no fundo, é um dos grandes problemas que as novas cidades brasileiras têm de criar centralidade e procurar caminho estratégico a si próprio. -----

----- - Também no dia vinte e um, estive no aniversário da CNN Portugal, mais um canal que está sedado no Concelho de Oeiras. TVI e CNN estão sediados em Queluz de Baixo para quem não sabe e está neste momento em fase de aprovação, o projeto da nova sede do grupo, um canal que teve o apoio institucional do Município desde o primeiro momento da sua criação e que tem marcado o panorama da comunicação social portuguesa, com rigor que tantas e tantas vezes faz falta e muito pouco sensacionalismo. -----

----- - No dia vinte e dois estive presente na sessão de boas vindas da Comitativa de Trabalho do Município de Viana, da Província de Angola, com oito Dirigentes daquele Município que querem também conhecer a experiência de Oeiras, voltamos outra vez à mesma



Câmara Municipal  
de Oeiras

questão que é a transformação da periferia em centralidade e criação do caminho estratégico para o Município. -----

----- O Município de Viana para quem não conhece Angola, creio que a generalidade das pessoas não conhecerão tão bem, o Município de Viana é um município na periferia da cidade de Luanda com cerca de três milhões de habitantes, que tem alguns problemas ao nível da habitação particularmente graves, tem parques empresariais e tem uma zona económica especial com bastante importância para Angola, mas que precisa de articular urbanisticamente e de ordenar o seu território.-----

----- Talvez por acaso, perdoem-me a ironia, escolheu fazer alguma cooperação com o Município de Oeiras, tentando beber alguma da experiência que Oeiras tem ao nível do ordenamento e do planeamento do território. Volto a dizer, talvez por acaso, foi certamente por acaso que um Município daquela dimensão procura Oeiras para encontrar forma de se organizar para as próximas décadas. -----

----- Também no dia vinte e dois, fiz a abertura mais de uma “webinar” da Cofina Jornal de Negócios, desta vez sobre a Energia Eólica Offshore: O Potencial de Portugal e da Europa, que teve lugar no Salão Nobre do Palácio Marquês de Pombal, o Município de Oeiras tem apoiado estas iniciativas enquadradas no âmbito, quer do apoio que o Município de Oeiras dá à Economia Azul Portuguesa, quer da transformação da energia, do modelo energético português, do mix energético português, do qual nós somos grandes apoiantes e que mais uma vez tem lugar em Oeiras, também mais uma vez suponho que, por acaso. -----

----- - No dia vinte e três, hoje teve lugar o vigésimo primeiro aniversário da Polícia Municipal de Oeiras.-----

----- O corpo da Polícia Municipal tem um papel fundamental na aproximação ao cidadão, na regulação da legalidade urbanística e no apoio que todos os dias é dado ao cidadão.-----

----- São verdadeiros embaixadores do Município junto das pessoas e é um corpo muito

especial que temos no Concelho de Oeiras e nós muito acarinhámos e o Presidente Isaltino esteve no primeiro momento da fundação das Polícias Municipais em Portugal e Oeiras tem provavelmente, fora Lisboa e Porto, o corpo de Polícia Municipal mais bem equipado do País, portanto, está de parabéns e a todos os Agentes da Polícia Municipal, os nossos parabéns.” -----

**13 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE: -----**

-----O **Senhor Presidente** iniciou o seu período de informação dizendo o seguinte: -----

-----“No dia onze de novembro estive presente no quadragésimo sétimo aniversário do Dia da Independência Nacional de Angola.-----

----- - No dia dezassete de novembro foi feita a apresentação da Oeiras Valley Investment Agency.-----

----- - No dia dezoito de novembro teve lugar a inauguração do Núcleo de Infância e Juventude da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em Oeiras, que passa, no âmbito de um protocolo com a Segurança Social, a acompanhar as crianças e jovens em risco aqui do nosso Concelho. - -----

----- - Também estivemos na receção da Associação de Alunos da Escola Náutica Infante Dom Henrique que fizeram uma espécie de “rally” a Marrocos e que foram representar a Escola Náutica.-----

----- - No dia dezanove de novembro estive presente na homenagem ao autor José de Castro, em Paço de Arcos e aproveitámos para fazer uma visita ao futuro auditório José de Castro, em fase de conclusão, em Paço de Arcos. -----

----- - No dia vinte de novembro, juntamente com muitos dos Senhores Vereadores e Vereadoras, estive na missa de encerramento das Jornadas Diocesanas de Juventude com a presença do Senhor Cardeal Patriarca.-----

-----A todos os funcionários e Serviços que estiveram envolvidos na organização destas jornadas os meus parabéns e o meu reconhecimento, porque, como de resto já foi salientado pelo



## Câmara Municipal de Oeiras

Senhor Vereador Pedro Patacho, o Senhor Cardeal ficou muito agradado pela forma como tudo decorreu, foi realmente um bom treino para as Jornadas Mundiais da Juventude do próximo ano.

----- - Tivemos hoje o vigésimo primeiro aniversário da Polícia Municipal de Oeiras, que para quem não sabe é nos moldes de funcionamento desta Polícia Municipal, o maior corpo de Polícia Municipal do País, visto que Lisboa e Porto têm Polícia Municipal, mas é uma Polícia Municipal recrutada na PSP, são agentes que vêm da Polícia de Segurança Pública, até porque só havia Polícia Municipal, como sabem, em Lisboa e Porto, a nova geração de Polícias Municipais criadas em mil novecentos e noventa e nove/dois mil, no caso de Oeiras, começou a funcionar em dois mil e um, são agentes que têm uma formação própria, específica, naturalmente diferente daquela que tem a Polícia de Segurança Pública, porque, como aqui já foi referido também pelo Senhor Vice-Presidente, há uma dimensão na área das competências do Urbanismo, do Ambiente, que é uma das dimensões fundamentais da atividade da Polícia Municipal.-----

----- Também tive a oportunidade de dizer isso no meu discurso, certo é que ao longo dos últimos vinte anos, as Polícias Municipais não se conseguiram ainda impor, pese embora as vantagens claras, no caso de Oeiras, que nós sentimos, uma eficiência e uma eficácia de longe superior àquilo que era a atividade de fiscalização municipal, mas certo é que dos trezentos e oito Municípios, nem todos tendo dimensão para ter Polícia Municipal, visto que há Câmaras que têm dois fiscais, obviamente não faz sentido ter dois Polícias Municipais, há que haver alguma massa crítica, mas mesmo assim acho que há apenas trinta Municípios com Polícia Municipal, o que faz com tenha havido de alguma forma, uma certa desatenção por parte do Governo, na medida em que, acaba por gradualmente se ir transformando numa carreira pouco atrativa, porque lhe faltam ali, designadamente dentro da carreira da polícia, uma carreira de técnicos superiores ou de quadros de oficiais que, permitisse vislumbrar a quem lá está que possa progredir na carreira de polícia, vamos ver se isso se modifica com tempo, mas para já, faz com que muitos dos nossos agentes se desloquem para a Polícia Judiciária, para ASAE, enfim, para um conjunto de

organismos da Administração Central depois de receberem a formação aqui no nosso Concelho paga pela Câmara Municipal. -----

----- - Embora o Senhor Vereador Armando Soares já tenha respondido a esta questão, eu não posso deixar de aqui na Câmara Municipal dar conhecimento desta situação, até porque há uma tendência por vezes de personalizar aquilo que acontece na Câmara ou no Presidente da Câmara ou no Vereador A ou no Vereador B, dá a impressão que a Câmara Municipal se resume ao Presidente e aos dez Vereadores e que não há três mil funcionários por trás e constituem toda esta estrutura da Câmara Municipal. -----

-----Mas um dos “mails” que recebi ou que foi enviado para o gabinete do Presidente e, ao mesmo tempo para o Senhor Vereador Armando Soares eu julgo que a propósito da composição dos gabinetes faz-se a dada altura este comentário: -----

-----“...Venho solicitar que o requerimento número um, de outubro de dois mil e vinte e dois, seja devidamente respondido com os nomes dos elementos que compõem os gabinetes. -----

-----Não há qualquer razão atendível para que na resposta ao meu requerimento tenham sido omitidos os nomes das pessoas que trabalham nos gabinetes dos Vereadores, Vereadoras. Não se trata de dados confidenciais, as pessoas que trabalham nos gabinetes têm nome e estão a prestar um serviço público num Município que deve zelar pela transparência. É grave que tenha sido omitida essa informação que não pode de forma alguma ser sigilosa.” -----

-----Ora bem, estas adjectivações eram absolutamente desnecessárias, porque na realidade não foi da responsabilidade, nem do Vereador, nem do Presidente da Câmara o modo de resposta, portanto, o modo de resposta foi aquele que os Serviços consideraram, de todo o modo, penso que o Senhor Vereador dos Recursos Humanos já terá providenciado a entrega dos nomes.

----- - Gostaria de informar que a população estrangeira residente em Oeiras, de acordo com o último relatório, são catorze mil e sete cidadãos, ou seja, ocupamos exatamente o número onze, Oeiras é o décimo primeiro Município em população na Área Metropolitana e está também



Câmara Municipal  
de Oeiras

em décimo primeiro em população, com catorze mil cidadãos estrangeiros. -----

----- Quanto a residentes de origem estrangeira por Município em Portugal, Oeiras tem o décimo primeiro lugar, na Área Metropolitana de Lisboa está em oitavo, o primeiro é Lisboa, segundo é Sintra, Cascais, Amadora, Loures, Odivelas, Almada e Oeiras aparece em oitavo lugar.

----- Da Senhora Vereadora Carla Castelo vem também um pedido a solicitar esclarecimentos relativamente a uma Área de Reabilitação Urbana (ARU):-----

----- “...Uma vez que a proposta de deliberação não informa que a área da ARU de Carnaxide a aprovar não é igual à ARU anterior, e tendo sido proferidas pelo arquiteto Pedro Carrilho afirmações na reunião de Câmara que não correspondem à realidade, vimos solicitar informação e fundamentação relativa à área adicional submetida. -----

----- O que justifica a adição desta nova parcela, e porque não é explicado o motivo em nenhum dos documentos que se anexam à proposta?” -----

----- Por que é que outras zonas adjacentes, igualmente a necessitar de reabilitação, na mesma zona, não foram sido incluídas nesta ARU, nomeadamente, a zona do vale encaixado da Ribeira de Carnaxide até à margem do Jamor?”-----

----- Resposta. -----

----- “...A ARU de Carnaxide anteriormente aprovada, através da proposta de deliberação de Câmara número cento e quarenta e seis, em seis de março de dois mil e dezanove, caducou em nove de maio de dois mil e vinte e dois, após decorridos três anos da data de publicação do respetivo anúncio no Diário da República. -----

----- Uma nova delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Carnaxide é um procedimento independente (não uma revalidação) não tendo por isso sido necessário fazer alusão à anteriormente aprovada. -----

----- No entanto os pressupostos que estiveram na base desta nova delimitação são exatamente os mesmos. -----

-----A nova proposta abrange a mesma área da anterior ARU, contemplando, contudo, uma pequena ampliação, passando a integrar três novos imóveis, que pelas suas características mereciam ser incluídos. -----

-----Dois deles são classificados pelo Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras (PSPCACO), nomeadamente o Palacete da Quinta das Torres e a Casa Gabri, edifícios com valor histórico e arquitetónico e um terceiro imóvel, o número um, da Rua Visconde Moreira Rey, uma construção de cariz tradicional, que faz o fecho natural do perímetro definido. -----

-----A delimitação da ARU de Carnaxide corresponde genericamente à área do Centro Histórico de Carnaxide. -----

-----Para esta zona foi criado um Gabinete Técnico Local de forma a permitir uma gestão global e integrada de maior proximidade com a população. -----

-----Sendo as áreas de intervenção semelhantes, o GTL terá condições para um acompanhamento mais rigoroso das ações que vierem a ser desenvolvidas no âmbito da ARU. ---

-----Em termos de estratégia, o alargamento desta área a novas zonas fora do Centro Histórico de Carnaxide de características diferentes, não nos parecem vantajoso para uma boa gestão destes territórios. -----

-----Esta situação não é impeditiva de que venham a ser criadas novas Áreas de Reabilitação Urbana em tecidos urbanos degradados ou em degradação. -----

-----Face ao exposto, propõe-se o reencaminhamento do presente email ao GAP para esclarecimento das questões colocadas.” -----

-----Será remetido. -----

-----Há aqui um pedido também da Senhora Vereadora Carla Castelo relativamente ao licenciamento de obra na Rua Paulo Duque. -----

-----A Senhora Vereadora Carla Castelo solicita sempre resposta nos prazos legais, nós já





Câmara Municipal  
de Oeiras

vimos que não é possível responder nos prazos legais.-----

----- A um requerimento pode-se responder nos prazos legais agora quando são vinte ou trinta requerimentos, quando se metem requerimentos todos os dias não é possível responder nos prazos legais, porque a Câmara, repito, digo pela quarta ou quinta vez, a Câmara não está aqui ao serviço exclusivo da Senhora Vereadora Carla Castelo, de maneira que, neste caso há toda uma gama de informação que está aqui, aliás, já tinha sido feita uma comunicação, mas pelos vistos não terá sido suficiente e a Senhora Vereadora insiste em mais comunicação. -----

----- Recordo que um dos pedidos foi relativamente ao resultado da qualidade das águas nos últimos cinco anos, na Praia de Algés, obviamente que não é possível em dez dias responder a isto, portanto, tem que se responder, não atrasando as outras coisas que há para fazer também. -

----- Aliás, eu até pensei que a Senhora Vereadora Carla Castelo estava aqui hoje, por isso, trouxe aqui várias informações, o Senhor Vice-Presidente vai ler.-----

----- É para ficar registado em ata porque realmente é muita coisa e isto não pode ser respondido tudo em dez dias.-----

----- O **Senhor Vice-Presidente** leu o mapa dos requerimentos:-----

----- “Mapa de Pedidos à Câmara Municipal da Senhora Vereadora Carla Castelo respondidos.-----

----- Data do pedido inicial - Assunto - Data/pedidos de resposta e insistências: -----

----- Nove de janeiro de dois mil e vinte e dois - Criação de condições para a participação dos/as munícipes - Enviado ao Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência em dez de janeiro de dois mil e vinte e dois; Vereadora Carla Castelo reiterou o pedido em catorze de janeiro de dois mil e vinte e dois - Implementado em reunião de Câmara de dezanove de janeiro;-----

----- Dez de janeiro de dois mil e vinte e dois - Acesso a informação sobre serviços de consultoria prestados pela Core Studio - Enviado aos SIMAS em onze de janeiro de dois mil e vinte e dois; Insistência via email em um de fevereiro de dois mil e vinte e dois; Resposta em um

de fevereiro de dois mil e vinte e dois com nota de envio ao Gabinete Vereação Joana Baptista para elaboração de resposta; Respondido em reunião de Câmara de dois de fevereiro de dois mil e vinte e dois; Enviado pedido de documentação ao SIMAS em oito de fevereiro de dois mil e vinte e dois; Insistência via email ao Gabinete Vereadora Joana Baptista em onze de fevereiro de dois mil e vinte e dois; Respondido pela Gabinete Vereadora Joana Baptista em quinze de fevereiro de dois mil e vinte e dois; Enviado ao Chefe do GAP em quinze de fevereiro de dois mil e vinte e dois; Insistência via email ao Chefe do GAP em vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e dois; Respondido pelo GAP em sete de março de dois mil e vinte e dois; -----  
-----Onze de janeiro de dois mil e vinte e dois - Proposta de deliberação - Aprovar e submeter à Assembleia Municipal de Oeiras a aplicação automática da Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos - Enviado ao Chefe do GAP em onze de janeiro de dois mil e vinte e dois; Respondido pelo Chefe do GAP em catorze de janeiro de dois mil e vinte e dois; -----  
-----Catorze de janeiro de dois mil e vinte e dois - Pedido de acesso aos relatórios de inspeção dos autocarros da Vimeca e outros dados - Enviado ao Chefe do GAP em catorze de janeiro de dois mil e vinte e dois; Encaminhado à Vereadora Joana Baptista para elaboração da resposta em dezoito de janeiro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica junto da Vereação Joana Baptista em um de fevereiro de dois mil e vinte e dois, tendo o assunto sido enviado à Vimeca para elaboração de resposta; Insistência telefónica junto da Vereação Joana Baptista em catorze de fevereiro de dois mil e vinte e dois, aguarda resposta da Vimeca; Insistência telefónica junto da Vereação Joana Baptista em vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e dois, aguarda resposta da Vimeca; Insistência telefónica junto da Vereação Joana Baptista em catorze de março de dois mil e vinte e dois, aguarda resposta da Vimeca; Insistência telefónica junto da Vereação Joana Baptista em vinte e nove de março de dois mil e vinte e dois, aguarda resposta da Vimeca; Insistência telefónica junto da Vereação Joana Baptista em onze de abril de dois mil e vinte e dois, aguarda resposta da Vimeca; Insistência telefónica junto da Vereação Joana Baptista em



Câmara Municipal  
de Oeiras

vinte e seis de abril de dois mil e vinte e dois, aguarda resposta da Vimeca; Insistência telefónica com engenheiro Nuno Graça em dez de maio de dois mil e vinte e dois, aguarda resposta da Vimeca; arquiteto Luís Baptista Fernandes enviou os esclarecimentos da Vimeca ao GAP em dezoito de maio de dois mil e vinte e dois; Insistência via email ao Senhor Chefe GAP em seis de junho de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com GAP em vinte de junho de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com GAP em cinco de julho de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com GAP em dezoito de julho de dois mil e vinte e dois; Respondido pelo Chefe do GAP em vinte e cinco de julho de dois mil e vinte e dois; -----  
----- Dezanove de janeiro de dois mil e vinte e dois - Pedido de esclarecimentos sobre proposta de deliberação quarenta e seis, de dois mil e vinte e dois - Oeiras Viva - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, Empresa Municipal - Relatório Trimestral de Execução Orçamental (segundo e terceiro trimestres de dois mil e vinte e um), Relatório Semestral de Execução Orçamental (primeiro semestre de dois mil e vinte e um) - Enviado ao Gabinete de Acompanhamento das Entidades Participadas - GAEP, em vinte e três de janeiro de dois mil e vinte e dois; Encaminhado ao Presidente do Conselho de Administração da Oeiras Viva, Empresa Municipal para elaboração da resposta em vinte e quatro de janeiro de dois mil e vinte e dois; Resposta enviada pelo Presidente do Conselho de Administração da Oeiras Viva, Empresa Municipal em vinte e seis de janeiro de dois mil e vinte e dois; Reencaminhado ao Chefe do GAP em vinte e sete de janeiro de dois mil e vinte e dois; Insistência via email ao Chefe do GAP em um de fevereiro de dois mil e vinte e dois; Insistência via email ao Chefe do GAP em oito de fevereiro de dois mil e vinte e dois; Insistência via email ao Chefe do GAP em catorze de fevereiro de dois mil e vinte e dois; Respondido pela Chefe da Divisão de Gestão Organizacional em quinze de fevereiro de dois mil e vinte e dois; GAEP enviou aditamento à resposta em dezassete de fevereiro de dois mil e vinte e dois; Enviado ao Chefe do GAP em dezoito de fevereiro de dois mil e vinte e dois; -----

-----Dezanove de janeiro de dois mil e vinte e dois - Pedido de esclarecimentos sobre proposta de deliberação quarenta e um, de dois mil e vinte e dois - SIMAS - Procedimento por concurso público, para a locação de nove viaturas novas, ligeiras de passageiros, cem por cento elétricas - Enviado à Vereadora Joana Baptista para elaboração de resposta em vinte e um de janeiro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica junto da Vereação Joana Baptista em um de fevereiro de dois mil e vinte e dois, a qual informou que a resposta se encontra em elaboração; Insistência telefónica junto da Vereação Joana Baptista em catorze de fevereiro de dois mil e vinte e dois, a qual informou que a resposta aguarda validação; Insistência telefónica junto da Vereação Joana Baptista em vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e dois; Respondido pelo Gabinete Vereadora Joana Baptista em dois de março de dois mil e vinte e dois; Enviado ao Chefe do GAP em dois de março de dois mil e vinte e dois; Respondido na reunião Câmara Municipal de dois de março de dois mil e vinte e dois pela Senhora Vereadora Joana Baptista; ---

-----Dezanove de janeiro de dois mil e vinte e dois - Pedido de esclarecimentos sobre proposta de deliberação quarenta, de dois mil e vinte e dois - SIMAS - Retificação dos valores plurianuais Templo Água e Centro Interpretação Ambiental - Orçamento e Grandes Opções do Plano dois mil e vinte e dois - Enviado à Vereadora Joana Baptista para elaboração de resposta em vinte e um de janeiro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica junto da Vereação Joana Baptista em um de fevereiro de dois mil e vinte e dois, a qual informou que a resposta se encontra em elaboração; Insistência telefónica junto da Vereação Joana Baptista em catorze de fevereiro de dois mil e vinte e dois, a qual informou que a resposta aguarda validação; Falado telefonicamente com Vereação Joana Baptista em vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e dois; Respondido pelo GAP em sete de março de dois mil e vinte e dois; -----

-----Vinte e sete de janeiro de dois mil e vinte e dois - Proposta de deliberação Plano de Pormenor de Salvaguarda para a Quinta de Cima do Marquês - Enviado ao Senhor Presidente em vinte e sete de janeiro de dois mil e vinte e dois; Assunto a ser tratado em reunião de



Câmara Municipal  
de Oeiras

planeamento de trinta e um de janeiro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica junto da Direção Municipal de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano - DMOTDU em catorze de fevereiro de dois mil e vinte e dois, a qual informou que a resposta se encontra em elaboração; Falado telefonicamente com DMOTDU em vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e dois; Agendada para a reunião Câmara Municipal de dois de março de dois mil e vinte e dois, como proposta de deliberação cento e trinta e três, de dois mil e vinte e dois (Retirada);-----

----- Um de fevereiro de dois mil e vinte e dois - Pedido de informação estatística - Beneficiários Tarifa Social da Água - Enviado aos SIMAS em um de fevereiro de dois mil e vinte e dois; Insistência via email aos SIMAS em catorze de fevereiro de dois mil e vinte e dois; Insistência via email aos SIMAS em vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e dois; Insistência via email aos SIMAS em catorze de março de dois mil e vinte e dois; Insistência via email aos SIMAS em vinte e oito de março de dois mil e vinte e dois; Resposta enviada pelo Gabinete Vereação Joana Baptista ao GAP em oito de abril de dois mil e vinte e dois; Respondido pelo GAP em doze de abril de dois mil e vinte e dois;-----

----- Sete de fevereiro de dois mil e vinte e dois - Aterro Vale Ribeira da Lage - Enviado ao Senhor Diretor da Polícia Municipal - PM, em sete de fevereiro de dois mil e vinte e dois; Insistência via email ao Senhor Diretor PM em catorze de fevereiro de dois mil e vinte e dois; Enviado ao Chefe do GAP em dezassete de fevereiro de dois mil e vinte e dois; Insistência via email ao Chefe do GAP em vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e dois; Respondido pelo GAP em sete de março de dois mil e vinte e dois;-----

----- Vinte e um de março de dois mil e vinte e dois - Plano de Habitação Municipal - Respondido pelo GAP em seis de abril de dois mil e vinte e dois;-----

----- Vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e dois - Informações PAESO - Enviado diretamente ao Diretor DMOTDU em vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e dois; Respondido pelo GAP em sete de abril de dois mil e vinte e dois;-----

-----Vinte e dois de abril de dois mil e vinte e dois - Relatórios Plano de Mobilidade Urbana Sustentável e Plano de Acessibilidades do Município de Oeiras - Solicitado na reunião de Câmara Extraordinária de vinte e dois de abril de dois mil e vinte e dois; Enviado via email ao engenheiro Nuno Graça em três de maio de dois mil e vinte e dois; Insistência via email ao engenheiro Nuno Graça em vinte e quatro de maio de dois mil e vinte e dois; Insistência via email ao engenheiro Nuno Graça em seis de junho de dois mil e vinte e dois; Insistência via email ao engenheiro Nuno Graça em vinte e oito de junho de dois mil e vinte e dois; Insistência via email ao arquiteto Baptista Fernandes em vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e dois; Vereadora Carla Castelo reiterou pedido ao GAP em vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e dois; GAP reiterou pedido à Divisão de Mobilidade e Transportes - DMT, em onze de outubro de dois mil e vinte e dois; GAP reiterou pedido à DMT em onze de outubro de dois mil e vinte e dois; Vereadora Joana Baptista enviou resposta para validação ao GAP em vinte e quatro de outubro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica ao GAP em sete de novembro de dois mil e vinte e dois; Respondido pelo GAP em oito de novembro de dois mil e vinte e dois;-----

-----Vinte e sete de abril de dois mil e vinte e dois - Pedido de acesso ao caderno de encargos do procedimento de aquisição de docas de bicicletas e bancos de jardim na modalidade de fornecimento contínuo - Solicitado na reunião de Câmara de vinte e sete de abril de dois mil e vinte e dois; Enviado via email à Vereadora Joana Baptista em três de maio de dois mil e vinte e dois; Insistência via email à Vereadora Joana Baptista em vinte e quatro de maio de dois mil e vinte e dois; Insistência via email à Vereadora Joana Baptista em seis de junho de dois mil e vinte e dois; Resposta enviada pelo Gabinete Vereação Joana Baptista ao GAP em nove de junho de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com GAP em vinte de junho de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com GAP em cinco de julho de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com GAP em dezoito de julho de dois mil e vinte e dois; Respondido pelo GAP em três de agosto de dois mil e vinte e dois; -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Vinte e sete de abril de dois mil e vinte e dois - Pedido de informação contratação - Solicitado na reunião de Câmara de vinte e sete de abril de dois mil e vinte e dois; Enviado via email à Senhora Chefe Divisão de Gestão de Pessoas - DGP, em cinco de maio de dois mil e vinte e dois; Insistência via email à Senhora Chefe DGP em vinte e quatro de maio de dois mil e vinte e dois; Insistência via email à Senhora Chefe DGP em seis de junho de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Gabinete Vereação Armando Soares em vinte de junho de dois mil e vinte e dois; Respondido na reunião Câmara Municipal de vinte e dois de junho de dois mil e vinte e dois; -----

----- Onze de maio de dois mil e vinte e dois - Pedido de discussão do Relatório de Avaliação do Direito de Oposição - Enviado ao Chefe do GAP em onze de maio de dois mil e vinte e dois; Doutora Vera enviou esclarecimento ao GAP em vinte de maio de dois mil e vinte e dois; Insistência via email ao GAP em seis de junho de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com GAP em vinte de junho de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com GAP em cinco de julho de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com GAP em dezoito de julho de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com GAP em vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e dois; Respondido via email pelo GAP em dois de setembro de dois mil e vinte e dois; -----

----- Doze de maio de dois mil e vinte e dois - Situação nas Escolas do Concelho - Reivindicações dos estudantes - Enviado ao Senhor Vereador Pedro Patacho em treze de maio de dois mil e vinte e dois; Insistência via email ao Senhor Vereador Pedro Patacho em seis de junho de dois mil e vinte e dois; Insistência via email ao Senhor Vereador Pedro Patacho em vinte de junho de dois mil e vinte e dois; Vereador Pedro Patacho enviou resposta ao Chefe GAP em dez de junho de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com GAP em cinco de julho de dois mil e vinte e dois; Respondido pelo GAP em seis de julho de dois mil e vinte e dois; -----

----- Vinte e quatro de maio de dois mil e vinte e dois - Pedido de informação aos

Serviços Educação/Cultura - Registo INT-CMO/dois mil e vinte e dois/onze mil duzentos e quarenta e oito - Enviado pela Vereação Carla Castelo ao GAP em vinte e quatro de maio de dois mil e vinte e dois; Insistência via email ao GAP em seis de junho de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com GAP em vinte de junho de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com GAP em cinco de julho de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com GAP em dezoito de julho de dois mil e vinte e dois; Encaminhado à Direção Municipal de Educação, Desenvolvimento Social e Cultura - DMEDSC e Vereador Pedro Patacho em quatro de agosto de dois mil e vinte e dois - Edoc/dois mil e vinte e dois/vinte e nove mil novecentos e vinte e sete; Insistência telefónica com GAP em vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com GAP em dois de setembro de dois mil e vinte e dois; Insistência do GAP à DMEDSC em cinco de setembro de dois mil e vinte e dois; Respondido na reunião de Executivo; -----Trinta e um de maio de dois mil e vinte e dois - Esclarecimentos sobre o cumprimento do Regulamento geral das edificações urbanas - RGEU, Condomínio Mirante, Paço de Arcos - Enviado via “edoclink” ao arquiteto Luís Serpa em dois de junho de dois mil e vinte e dois - Edoc/dois mil e vinte e dois/trinta e um mil oitocentos e noventa e sete; Insistência via email ao Diretor do Departamento de Gestão Urbanística - DDGU, em vinte de junho de dois mil e vinte e dois; Insistência via email à DDGU em dezoito de julho de dois mil e vinte e dois; Respondido via “edoclink” à Vereadora Carla Castelo em vinte e sete de julho de dois mil e vinte e dois;-----

-----Seis de abril de dois mil e vinte e dois - Relatório Consulta Pública do Plano de Pormenor Caxias Norte - Enviado pela Vereação Carla Castelo ao DOT em seis de abril de dois mil e vinte e dois - Edoc/dois mil e vinte e dois/vinte e dois mil novecentos e trinta e dois; Vereadora Carla Castelo reiterou o pedido na reunião de Câmara de oito de junho de dois mil e vinte e dois; Enviado ao Chefe do GAP através do “edoclink” Edoc/dois mil e vinte e dois/vinte e dois mil novecentos e trinta e dois, em treze de junho de dois mil e vinte e dois; Respondido





Câmara Municipal  
de Oeiras

via “edoclink” à Vereadora Carla Castelo em vinte e sete de junho de dois mil e vinte e dois; -----  
----- Oito de junho de dois mil e vinte e dois - Espaço Multiusos Algés - Enviado via email ao Senhor Diretor Barreto Xavier em quinze de junho de dois mil e vinte e dois; Enviado ao Chefe GAP em cinco de julho de dois mil e vinte e dois via “edoclink” - Edoc/dois mil e vinte e dois/trinta e seis mil duzentos e vinte e um; Insistência telefónica com GAP em dezoito de julho de dois mil e vinte e dois; Respondido via “edoclink” à Vereadora Carla Castelo em vinte e sete de julho de dois mil e vinte e dois;-----  
----- Vinte e dois de junho de dois mil e vinte e dois - Pedido de documentação relevante no âmbito da consulta pública do Plano Diretor Municipal - Enviado via email aos arquitetos Luís Serpa e Vera Freire em trinta de junho de dois mil e vinte e dois; Respondido na reunião de Câmara seis de julho de dois mil e vinte e dois;-----  
----- Seis de julho de dois mil e vinte e dois - Lista Regulamentos SIMAS - Enviado via email à Senhora Vereadora Joana Baptista em catorze de julho de dois mil e vinte e dois; SIMAS enviou resposta ao Senhor Chefe GAP em vinte e um de julho de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com GAP em vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e dois; Respondido via email pelo GAP em dois de setembro de dois mil e vinte e dois; -----  
----- Vinte e sete de julho de dois mil e vinte e dois - Parecer jurídico emitido antes da elaboração da proposta de deliberação seiscentos e sessenta e cinco - Atribuição de Bolsas de Estudo e de Mérito para alunos do Ensino Superior - Enviado pela Vereação Carla Castelo ao GAP vinte e sete de julho de dois mil e vinte e dois - Edoc/dois mil e vinte e dois/quarenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e dois; O GAP enviou para o Senhor Vereador Pedro Patacho em três de agosto de dois mil e vinte e dois; Insistência via email à Chefe de Divisão de Apoio às Escolas e Gestão Administrativa - DAEGA, em vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com GAP em dois de setembro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com GAP em vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica

com Vereação Pedro Patacho em onze de outubro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Vereação Pedro Patacho em vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Vereação Pedro Patacho em sete de novembro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com GAP em vinte e um de novembro de dois mil e vinte e dois; Respondido pelo GAP via Edoc/dois mil e vinte e dois/quarenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e dois em vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e dois; -----  
-----Vinte e oito de julho de dois mil e vinte e dois - Proposta de deliberação setecentos e quarenta e dois - DMOGAHNDOM-UPGO - Execução da Ciclovia da Medrosa, entre a Estação da CP de Oeiras e a Praia da Torre - Enviado pela Vereação Carla Castelo à Vereação Joana Baptista em vinte e oito de julho de dois mil e vinte e dois; Vereação Carla Castelo reiterou o pedido em três de agosto de dois mil e vinte e dois; Respondido via email pelo GAP em dezanove de agosto de dois mil e vinte e dois; Vereadora Carla Castelo reiterou o pedido em reunião de Câmara vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e dois; Respondido via email pelo GAP em sete de outubro de dois mil e vinte e dois; -----  
-----Seis de agosto de dois mil e vinte e dois - Gastos de água supérfluos - Enviado pela Vereação Carla Castelo à Vereação Joana Baptista e GAP em seis de agosto de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com GAP e Vereação Joana Baptista em vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com GAP e Vereação Joana Baptista em dois de setembro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica Vereação Joana Baptista em vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e dois; Respondido via email pela Vereadora Joana Baptista em cinco de outubro de dois mil e vinte e dois; -----  
-----Dez de agosto de dois mil e vinte e dois - Caderno de encargos aquisição assessoria técnica Plano Diretor Municipal de Oeiras - Enviado pela Vereação Carla Castelo ao GAP em dez de agosto de dois mil e vinte e dois; Respondido via email pelo GAP em dezanove de agosto de dois mil e vinte e dois;-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Dezassete de agosto de dois mil e vinte e dois - Relatório de avaliação do alinhamento de árvores da Avenida dos Bombeiros Voluntários de Algés, em Algés - Enviado pela Vereadora Carla Castelo à Vereadora Joana Baptista em dezassete de agosto de dois mil e vinte e dois; Respondido via email pela Vereadora Joana Baptista em dezanove de setembro de dois mil e vinte e dois; -----

----- Dezoito de agosto de dois mil e vinte e dois - Ata número dezoito de dois mil e vinte e dois, de vinte de julho - Enviado pelo Vereador Duarte da Mata em dezoito de agosto de dois mil e vinte e dois; Doutora Vera Carvalho enviou resposta ao Chefe GAP em vinte e dois de agosto de dois mil e vinte e dois; Vereador Duarte da Mata reiterou pedido em onze de setembro de dois mil e vinte e dois; Enviada insistência ao Chefe GAP em doze de setembro de dois mil e vinte e dois; Respondido em catorze de setembro de dois mil e vinte e dois;-----

----- Vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e dois - Pedido de esclarecimentos situação inscrição aluno em escola no Concelho de Oeiras - Enviado pela Vereadora Carla Castelo à Vereação Pedro Patacho em vinte e cinco de agosto de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Vereação Pedro Patacho em dois de setembro de dois mil e vinte e dois - Respondido em reunião de Câmara de catorze de setembro de dois mil e vinte e dois;-----

----- Dezasseis de setembro de dois mil e vinte e dois - Situação crianças ainda sem vaga no Ensino Público em Oeiras (adenda) - Vereadora Carla Castelo enviou email ao Vereador Pedro Patacho em dezasseis de setembro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Vereação Pedro Patacho em vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Vereação Pedro Patacho em onze de outubro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com GAP em vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e dois; Respondido pelo GAP em vinte e seis de outubro de dois mil e vinte e dois; -----

----- Dezassete de setembro de dois mil e vinte e dois - Praias interditas a banhos no Concelho de Oeiras - Vereadora Carla Castelo enviou email ao GAP em dezassete de setembro

de dois mil e vinte e dois; GAP enviou email à Vereadora Joana Baptista em vinte e três de setembro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Vereação Joana Baptista em dez de outubro de dois mil e vinte e dois; Vereadora Joana Baptista enviou resposta ao GAP em dez de outubro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com GAP em vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com GAP em sete de novembro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com GAP em vinte e um de novembro de dois mil e vinte e dois; Respondido pelo GAP em vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e dois; -----  
-----Vinte de setembro de dois mil e vinte e dois - Obras Avenida Vinte e Cinco de Abril Linda-a-Velha - Vereadora Carla Castelo enviou email ao GAP e Vereadora Joana Baptista em vinte de setembro de dois mil e vinte e dois; GAP enviou email à Vereadora Joana Baptista em vinte e três de setembro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Vereação Joana Baptista em dez de outubro de dois mil e vinte e dois - Encaminhado ao Vice-Presidente em vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Gabinete Vice-Presidente em vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Gabinete Vice-Presidente em sete de novembro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Gabinete Vice-Presidente em vinte e um de novembro de dois mil e vinte e dois - resposta em validação com o GAP desde dezoito de novembro de dois mil e vinte e dois; Respondido pelo GAP em vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e dois; -----  
-----Vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e dois - Prestação de informação - Relatório de execução orçamental primeiro trimestre dois mil e vinte e dois - Município - Respondido pelo GAP em vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e dois - Edoc/dois mil e vinte e dois/cinquenta e cinco mil quinhentos e quarenta e sete e Edoc/dois mil e vinte e dois/cinquenta e sete mil trezentos e treze; -----  
-----Trinta de setembro de dois mil e vinte e dois - Requerimento número dois, de outubro de dois mil e vinte e dois Motivo(s) da Ausência do Presidente e Vice-Presidente -



Câmara Municipal  
de Oeiras

Vereadora Carla Castelo enviou email ao GAP em um de outubro de dois mil e vinte e dois;  
Insistência telefónica com GAP em dez de outubro de dois mil e vinte e dois; Senhor Presidente despachou para o Senhor Vice-Presidente em onze de outubro de dois mil e vinte e dois;  
Respondido via email pelo GAP em dezassete de outubro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Gabinete Vice-Presidente em vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e dois -  
Falta relatório despesas; Respondido pelo GAP em vinte e seis de outubro de dois mil e vinte e dois; -----

----- Dez de outubro de dois mil e vinte e dois - Requerimento número quatro, de outubro de dois mil e vinte e dois Presente e futuro EB Sophia de Mello Breyner - Vereadora Carla Castelo enviou email ao Vereador Pedro Patacho e GAP em dez de outubro de dois mil e vinte e dois; Senhor Presidente despachou para o Senhor Vereador Pedro Patacho em onze de outubro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Vereador Pedro Patacho em vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e dois - Enviada resposta ao GAP; Insistência telefónica com GAP em sete de novembro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com GAP em vinte e um de novembro de dois mil e vinte e dois; Respondido pelo GAP em vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e dois; -----

----- Doze de outubro de dois mil e vinte e dois - Enquadramento da proposta novecentos e treze - Direção Municipal de Obras, Gestão Ambiental e Habitação\Departamento de Habitação Municipal\ Divisão de Gestão Social da Habitação - Venda de habitação municipal sita na Rua João Maria Porto, um, rés-do-chão, direito, Bairro da Encosta da Portela, em Carnaxide - Vereadora Carla Castelo enviou email ao GAP em doze de outubro de dois mil e vinte e dois; Gap encaminhou email à Vereadora Carla Rocha em doze de outubro de dois mil e vinte e dois - Respondido na reunião de Câmara do dia doze de outubro de dois mil e vinte e dois; -----

----- Vinte e oito de outubro de dois mil e vinte e dois - Pareceres proposta de deliberação novecentos e trinta e um “Constituição do Município de Oeiras como Comunidade de Energia

Renovável” e proposta de deliberação novecentos e trinta e dois “Marginal sem carros todos os domingos e feriados” - reunião de Câmara de Vinte e seis de outubro de dois mil e vinte e dois - Vereadora Carla Castelo enviou email ao Núcleo de Apoio aos Órgãos Municipais - Câmara Municipal - NAOM-CM, em vinte e oito de outubro de dois mil e vinte e dois; Enviado ao GAP (em papel) em trinta e um de outubro de dois mil e vinte e dois; NAOM-CM enviou resposta à Vereadora Carla Castelo em sete de novembro de dois mil e vinte e dois;-----  
-----Sete de novembro de dois mil e vinte e dois - Licenciamento obra Rua Paulo Duque - Vereadora Carla Castelo enviou email ao GAP em sete de novembro de dois mil e vinte e dois; Está a ser elaborada resposta no GAP - vinte e um de novembro de dois mil e vinte e dois; Respondido pelo GAP em vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e dois.”-----  
-----O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----  
-----“Acharam fastidioso? -----  
-----Não, isto é a democracia a funcionar, a democracia é isto.-----  
-----Muitas horas de trabalho, milhares de páginas, centenas de milhares de dígitos, mas é assim. -----  
-----Agora não se pode dizer é que não haja resposta.-----  
-----Faltam responder nove requerimentos, dois deles têm três meses, dois têm dois meses e quatro têm menos de dois meses, sendo que, quatro têm um mês e pouco. -----  
-----Mapa de Pedidos à Câmara Municipal da Senhora Vereadora Carla Castelo não respondidos. -----  
-----Data pedido inicial - Assunto - Data/pedidos de resposta e insistências:-----  
-----Dezoito de maio de dois mil e vinte e dois - Pedido de informação Bairro Autoconstrução, Porto Salvo - Escola EB Um mais JI Custódia Marques - Enviado via “edoclink” à Vereadora Joana Baptista em dezanove de maio de dois mil e vinte e dois - Edoc/dois mil e vinte e dois/vinte e sete mil trezentos e noventa e um; Insistência via email à



Câmara Municipal  
de Oeiras

Vereadora Joana Baptista em seis de junho de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Vereação Joana Baptista em cinco de julho de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Vereação Joana Baptista em dezoito de julho de dois mil e vinte e dois; Insistência via email ao Doutor Nuno Patrão em vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Vereação Joana Baptista em dois de setembro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Vereação Joana Baptista em vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Vereação Joana Baptista em dez de outubro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Vereação Joana Baptista em vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Vereação Joana Baptista em oito de novembro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Vereação Joana Baptista em vinte e um de novembro de dois mil e vinte e dois;-----

----- Oito de junho de dois mil e vinte e dois - Paragem de autocarro Taguspark - Enviado via email à Vereadora Joana Baptista quinze de junho de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Vereação Joana Baptista em cinco de julho de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Vereação Joana Baptista em dezoito de julho de dois mil e vinte e dois; Insistência via email à Vereação Joana Baptista em vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Vereação Joana Baptista em dois de setembro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Vereação Joana Baptista em vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Vereação Joana Baptista em dez de outubro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Vereação Joana Baptista em vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Vereação Joana Baptista em oito de novembro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Vereação Joana Baptista em vinte e um de novembro de dois mil e vinte e dois;-----

----- Trinta de setembro de dois mil e vinte e dois - Requerimento número um, de outubro de dois mil e vinte e dois Composição Gabinetes Vereadores(as) - Enviado via “edoclink” ao

Senhor Vereador Armando Soares em três de outubro de dois mil e vinte e dois (Edoc/dois mil e vinte e dois/cinquenta e sete mil setecentos e cinquenta e nove); Insistência telefónica com Celestina Nogueira (DGP) em vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e dois; Respondido pelo NAOM-CM em oito de novembro de dois mil e vinte e dois; Vereadora Carla Castelo enviou email ao NAOM-CM em nove de novembro de dois mil e vinte e dois; Encaminhado email para o Vereador Armando Soares em nove de novembro de dois mil e vinte e dois; Vereador Armando Soares vai dar resposta na reunião de Câmara, por indicação do Senhor Presidente; -----

-----Seis de outubro de dois mil e vinte e dois - Requerimento número três, de outubro de dois mil e vinte e dois Requerimento dados eficiência hídrica no Município Oeiras - Vereadora Carla Castelo enviou email à Vereadora Joana Baptista em seis de outubro de dois mil e vinte e dois; Vereadora Joana Baptista enviou email ao GAP em onze de outubro de dois mil e vinte e dois - com a seguinte informação: “Em virtude da complexidade da informação, não será viável a sua disponibilização dentro os prazos previstos na Lei”; GAP enviou email à Vereadora Carla Castelo em doze de outubro de dois mil e vinte e dois - Deu conhecimento despacho Senhor Presidente; Insistência telefónica com GAP em vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Vereadora Joana Baptista em oito de novembro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Vereadora Joana Baptista em vinte e um de novembro de dois mil e vinte e dois. -----

-----Vejam bem, como é possível responder em dez dias a uma coisa destas, era preciso a Câmara parar e os SIMAS também.-----

-----O Senhor Presidente fez um despacho a informar que atendendo à complexidade do assunto, demoraria sessenta dias a responder. Passaram quarenta e sete dias desde o pedido. -----

-----Eu dei sessenta dias não foi por acaso, porque na realidade não é possível responder a questões destas sem paralisar Serviços. -----





Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Catorze de outubro de dois mil e vinte e dois - Requerimento número cinco, de outubro de dois mil e vinte e dois Tratamento de resíduos pela Tratolixo e estratégia municipal - Vereadora Carla Castelo enviou email à Vereadora Joana Baptista em catorze de outubro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Vereação Joana Baptista em vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e dois; Vereadora Joana Baptista enviou email ao doutor João Dias (Tratolixo) em dezanove de outubro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Vereadora Joana Baptista em oito de novembro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com Vereação Joana Baptista em vinte e um de novembro de dois mil e vinte e dois; -----

----- Quatro de novembro de dois mil e vinte e dois - Pedido de Informação - ARU em vigor e caducadas - Vereadora Carla Castelo enviou email ao GAP em quatro de novembro de dois mil e vinte e dois; Insistência telefónica com GAP a vinte e um de novembro de dois mil e vinte e dois; -----

----- Dez de novembro de dois mil e vinte e dois - Dados ECO Vinte e Um - Vereadora Carla Castelo enviou email ao GAP em dez de novembro de dois mil e vinte e dois; GAP enviou despacho do Senhor Presidente à Vereadora Joana Baptista em catorze de novembro de dois mil e vinte e dois; Vereadora Joana Baptista enviou resposta ao GAP em quinze de novembro de dois mil e vinte e dois. -----

----- Tem a ver com os prémios na área do ambiente, para terem uma ideia, isto são só quarenta e seis anexos, portanto, é preciso fotocopiar ou digitalizar e remeter os quarenta e seis anexos, por isso, estão a preparar essa resposta. -----

----- Dezasseis de novembro de dois mil e vinte e dois - Requerimento número três, de novembro de dois mil e vinte e dois Origem das terras depositadas em REN Porto Salvo - Vereadora Carla Castelo enviou email ao GAP em dezasseis de novembro de dois mil e vinte e dois; GAP enviou despacho do Senhor Presidente à Vereadora Joana Baptista em vinte e um de novembro de dois mil e vinte e dois. -----

-----O Senhor Vereador João Neves também pergunta sobre este problema do aterro, do depósito de terras no Casal das Chocas.-----

-----É interessante que as terras não foram depositadas em REN, nem como diz aqui em aterro ilegal.-----

-----Não podemos estar a dar esta informação em todas as reuniões.-----

-----O que aconteceu é que a Câmara Municipal num determinado momento pretendia fazer um parque urbano de ligação do Casal das Chocas ao Bairro dos Navegadores e em simultâneo um parque de estacionamento provisório para acolher as viaturas apreendidas e que, durante algum tempo, estiveram num armazém onde a Câmara pagava cento e cinquenta mil euros por ano, entretanto, há dois anos ou três deixou de ter essas instalações, começou a instalar as viaturas no antigo aterro de Vila Fria e propunha-se agora encontrar uma solução alternativa, embora provisória também, até que houvesse uma nave por preços adequados e, portanto, desenvolveram-se esses contactos, houve um empreiteiro que trabalhava com a Câmara que disponibilizou as terras, essas terras foram colhidas, depositadas até um determinado momento, a dada altura, a questão foi suscitada aqui pela Senhora Vereadora Carla Castelo que o depósito daquele local seria Reserva Ecológica Nacional.-----

-----Na realidade, constatou-se que parte era Reserva Ecológica Nacional, mas, afinal, não deveria ser, mas é formalmente, mas não devia ser materialmente, porque trata-se de uma antiga pedreira e depois mais tarde lixeira e foi aí que se depositaram essas terras.-----

-----De acordo com a vistoria feita, haverá uma parte que está na Reserva Ecológica Nacional e ao que parece, no próprio Plano Diretor Municipal, se considerou a Reserva Ecológica Nacional quando ela foi aplicada aqui ao Concelho em dois mil e quinze ou dois mil e dezasseis, essa zona está considerada realmente como Reserva Ecológica Nacional, apesar de ter sido uma pedreira e lixeira e materialmente não deveria ser Reserva Ecológica Nacional.-----

-----Portanto, na altura em que se começou a iniciar esse aterro e a pensar fazer o dito



Câmara Municipal  
de Oeiras

parque de estacionamento, obviamente que nem os Serviços da Câmara, nem as pessoas que estiveram a acompanhar esse assunto tinham a mínima noção de que aquilo seria Reserva Ecológica Nacional, até porque não havia nenhuma informação nesse sentido, quando realmente foi detetada a situação e realmente o primeiro alerta foi dado aqui pela Senhora Vereadora Carla Castelo, eu três ou quatro dias depois desloquei-me ao local aqui com a Senhora Vereadora Joana Baptista, entretanto, havia uma denúncia na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional - CCDR e na Agência Portuguesa do Ambiente - APA, a Câmara Municipal respondeu à CCDR e à APA de acordo com a informação que tinha, em relação à APA não se punha grande problema, porque a linha de água não era atingida, uma linha de água que passa lá que, aliás, não é linha de água, uma linha de água corre lá água quando chove, hoje por exemplo estava a chover e não corria lá água nenhuma, por acaso fizemos lá uma visita com a Presidente da CCDR e técnicos da CCDR e, na realidade aquela linha de água pode existir quando chove muito. -----

----- De todo o modo, há uma zona da antiga lixeira onde está um estaleiro e é curioso como nunca ninguém reparou nisso, está lá um estaleiro que ocupa metade da lixeira ou quase metade da antiga lixeira e pedreira, obviamente que agora se a Câmara Municipal não pode fazer o dito parque de estacionamento também aquele estaleiro não se poderá manter ali, terá que se encontrar uma solução.-----

----- Em relação à APA penso que o assunto ficou resolvido, porque não é afetada a linha de água, em relação à CCDR é a questão da Reserva Ecológica Nacional e a CCDR já notificou a Câmara Municipal para se repor a situação pré existente e mais, para se desenvolverem trabalhos de salvaguarda daquilo que no fundo, a própria REN representa, isto é, criar condições de permeabilidade, de arborização etc., o que significa que a salvaguarda da REN com os trabalhos que a Câmara vai fazer é que ficará salvaguardada, porque o que estava lá eram pedras, quando chovia a água escorre, mas não se infiltra nas pedras, chove e a água escorre imediatamente para a ribeira. -- -----

-----Com a arborização, no fundo, isso é que vai criar condições de permeabilização sem que haja o escoamento que habitualmente havia daquela zona. -----

-----Mas a Câmara foi notificada para fazer esse trabalho, repor a situação, foi aberto um concurso para deslocação daquelas terras que são terras vegetais, a maior parte delas, portanto, terra boa e a Câmara Municipal vai abrir um concurso, provavelmente, vamos ter que fazer alterações a esse concurso, porque ele foi aberto antes da notificação que recebemos da CCDR e vamos repor a situação e aquelas terras iriam ser aproveitadas noutras obras que a Câmara Municipal tem carência de fazer e em vez de estar a comprar terras, tem estas terras ali que vai aproveitar, portanto, é esta a situação. -----

-----Aguardamos o desenvolvimento do projeto de reposição, porque esse projeto terá que ser apresentado à CCDR, eles terão que fazer a aprovação, está em curso, penso que está numa fase adiantada e logo que as coisas estejam em andamento a Câmara Municipal será informada dessa situação. -----

-----Depois um outro requerimento. -----

-----Vinte e um de novembro de dois mil e vinte e dois - Requerimento número seis, de novembro de dois mil e vinte e dois Alteração delimitação ARU de Carnaxide - Vereação Carla Castelo enviou email ao GAP em vinte e um de novembro de dois mil e vinte e dois; Vereadora Carla Castelo enviou email ao NAOM-CM em vinte e um de novembro de dois mil e vinte e dois - Reencaminhado ao GAP. -----

-----Portanto, há aqui nove requerimentos por responder e como já vimos, muito requerimento já foi respondido, portanto, que não se fique com a impressão que a Câmara Municipal não tem respondido aos requerimentos. -----

-----Aliás, hoje pensei que a Senhora Vereadora Carla Castelo estaria aqui, a razão porque eu mandei preparar a resposta a todos estes requerimentos.” -----

**16 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES:** -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- O **Senhor Presidente** respondendo às intervenções dos Senhores Vereadores disse o seguinte: -- -----

----- “Quanto à questão da consulta pública já realizada em março na sequência do pedido de alteração de loteamento do Projeto Água Terra, em Carnaxide, não faço ideia do que se passa, iremos averiguar e será informado. -----

----- As obras no Bairro dos Navegadores, já informamos várias vezes que já estiveram adjudicadas, o empreiteiro foi à falência, tiveram que se abrir novos concursos e agora em vez de ser só um concurso, são dois ou três, é por fases, portanto, está em andamento.”-----

----- Interrompeu o **Senhor Vereador Nuno Neto**: -----

----- “Virá à próxima reunião de Câmara.” -----

----- Volveu o **Senhor Presidente**: -----

----- “Em relação à TratoLixo, eu já falei sobre o assunto. -----

----- De qualquer maneira, qualquer resposta que não tenha dado conhecimento, será dada.” -----

----- O **Senhor Vereador João Neves** disse o seguinte:-----

----- “Eu queria agradecer ao Senhor Vice-Presidente a lista exaustiva e a cronologia que foi feita dos requerimentos pedidos e respostas que foram dadas, e ao Senhor Presidente as justificações que deu e, naturalmente, aos Serviços a quem percebo que isto, de facto, consoma muito tempo. -----

----- Queria também pedir, se fosse possível, que nos fornecessem esses mapas que foram lidos, tanto os respondidos tempestivamente, como os que não foram respondidos e que estão em aberto, se bem que na questão em aberto temos mais ou menos essa noção, sobre os que estão respondidos confesso que havia algumas dúvidas, nomeadamente com esta questão da composição dos gabinetes.” -----

----- O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

-----“Serão remetidos os quadros que eu falei.”-----

**15 - PROPOSTA Nº. 1018/22 - DPOC - PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2023 - ORÇAMENTO MUNICIPAL - MAPA E ORÇAMENTO DE PESSOAL PARA 2023: -----**

-----Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

**16 - PROPOSTA Nº. 1023/22 - DP - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE LINDA-A-VELHA - ABERTURA DE PROCEDIMENTO: -----**

-----I - O **Senhor Vereador João Neves** alegou o seguinte:-----

-----“A proposta apresentada embora se aproprie da proposta ganhadora do Orçamento Participativo de dois mil e catorze, ao contrário da filosofia que presidia a essa proposta, a entrega da exploração do mercado à iniciativa privada.-----

-----O Grupo Político Evoluir Oeiras tem uma proposta para a contribuição para as GOP dois mil e vinte e três, ao nível da União de Freguesias, no sentido de fazer do Mercado de Linda-a-Velha um polo multifuncional de atividades, composto, para além de espaços para vendedores tradicionais e produtores agrícolas da região, palcos para espetáculos musicais, espaço para artesanato, livraria, papelaria, sala com cem lugares para eventos, e outras entidades locais e cozinha comunitária para apoio também a eventos, e manter a gestão do mercado na esfera autárquica que não é o que preconiza esta proposta.-----

-----Discordo assim da atribuição da gestão do mercado a privados e o modelo baseado só em esplanadas, por isso pergunto se a população que tinha dado uma ideia diferente daquela que está agora a ser proposta, o que é que a Câmara pensa fazer em termos de a consultar, nomeadamente em questões como o predomínio de funcionamento de esplanadas, previsto até à uma hora da noite, se terão equacionado isto numa zona que tem residências muito próximas.” --

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** explicou o seguinte: -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- “Quanto aos comerciantes atuais, restavam muito poucos, restavam seis, dois passam para a loja que está no Mercado, mas na parte de cima e os restantes estão integrados noutros mercados.- -----

----- Aquele edifício está num estado que já não permite a sua utilização e, portanto, foi necessário mover os comerciantes para outros mercados, até porque entendemos que são espaços que têm maior capacidade de atratividade de clientes, porque têm muito mais vendedores e mantem-se como espírito de mercado de abastecimento alimentar e possibilita mais rentabilidade para estes comerciantes pequeninos e, dessa forma se garante a sua sustentabilidade. -----

----- O que está previsto no espaço de conceção, não são um conjunto de esplanadas, tem algumas áreas de restauração, tem uma grande área ampla no meio, que permitirá todo o tipo de eventos, tem uma sala grande, que é polivalente, e permitirá eventos de exposições, ginástica, aulas, portanto um armazém grande versátil em termos de atividades. -----

----- Naquele espaço irá manter-se, quer as instalações municipais dos Serviços de Higiene Urbana, quer o armazém da Junta da Freguesia, onde se faz a distribuição do banco alimentar.- -----

----- De igual forma nas seis lojas de cima mantêm-se as instituições que já lá estão, além do restaurante, as Joanitas, que é uma instituição social de apoio a pessoas com deficiência, está também a Loja Solidária da Junta de Freguesia, portanto, aquele edifício não perde a sua vocação social, sem prejuízo de vir a ganhar vocação comercial. -----

----- É muito simpático haver ideias, mas as ideias têm que ser realistas e sustentáveis. ----

----- Dizer-se que seria ótimo fazer e, agora estou a tirar para o ar as coisas que já lá existem, para não serem fora da realidade, temos que perceber que todos esses tipos de equipamento social têm que ter uma gestão por alguma entidade interessada em fazê-la e com capacidade para o fazer.-----

----- Um edifício daquele tamanho, deve ser um salão de baile? -----

-----É preciso perceber que é um edifício com custos de funcionamento gigantes, pela sua dimensão, pela energia que obriga a gastar, pelos espaços de limpeza, pela segurança, por todo o encargo de manutenção do edifício daquela natureza.-----

-----É um edifício, também ao nível do volume, gigante, no que toca às necessidades de requalificação.-----

-----Tentamos que não perca esta vocação social, em algumas áreas, é verdade, propostas que apareceram na Câmara, ao longo dos anos, dois ou três anos, incluía até a questão da venda das frutas e a venda de produtos biológicos, e, estamos a abrir um concurso para que todas essas ideias, possam vir a concurso e possam ser apreciadas.-----

-----Requalificar um edifício daquela natureza, daquelas dimensões, sem ter depois uma entidade gestora que garanta a sustentabilidade do que se passar lá dentro, do meu ponto de vista, seria uma atitude pouco responsável.-----

-----Concluindo, queremos manter algumas funções sociais, garantir que exista alguma atividade com rentabilidade dentro do edifício, não estamos a falar só de esplanadas, devolver aquele edifício ao serviço da população, criando áreas de usufruto, criando áreas de exposição, criando áreas onde se possa fazer ginástica sénior, mas também queremos ser realistas e garantir que existe alguém que além de requalificar, possa explorar aquele edifício de forma sustentável.”

-----O **Senhor Presidente** argumentou:-----

-----“O que está a acontecer naquele mercado é o que está a acontecer nos mercados por toda a Europa, há uma reconversão dos mercados tradicionais, e aquele mercado, nos últimos quatro/cinco/seis anos já não era propriamente um mercado, entrou numa fase de degradação muito grande e na realidade ultimamente tinha dois vendedores de jeito, era a Senhora do peixe e a da fruta, de todo o modo corre-se um risco enorme do concurso ficar deserto, e se o concurso ficar deserto terá que ser a Câmara Municipal a fazer obras e depois coloca-se outro problema, a Câmara não tem capacidade, nem tem vocação para gerir mercados modernos, porque hoje está





Câmara Municipal  
de Oeiras

um, amanhã está outro, daqui a um mês vai embora e depois vem outro e a Câmara Municipal tem que fazer concursos, os concursos demoram muito tempo, é muito complicado e vamos ver se há alguém que concorra, e a ideia não é ter os mercados todos iguais, em Paço de Arcos vamos tentar encontrar uma solução para Paço de Arcos, aqui para Oeiras temos andado a pensar várias hipóteses, porque já está na mesma situação, na realidade o único mercado, bem ou mal, que está a funcionar, é o mercado de Algés. -----

----- Carnaxide tem um mercado e o Presidente da União das Freguesias têm-se esforçado por dar vida aquele mercado, porque está entregue à Freguesia, o mesmo acontece com o mercado de Queijas, há uma série de situações no Concelho, em termos de mercados, que é muito difícil, por isso, ou são os privados a agarrar nisso ou a Câmara Municipal não tem condições para gerir. -----

----- Muita gente fala na importância dos mercados tradicionais, mas depois ninguém lá vai fazer compras, vão tomar café, vão almoçar, vão jantar, mas depois fazem as compras nos hipermercados. -----

----- Nalguns casos é muito típico, no mercado de Oeiras havia uma senhora muito conhecida no País todo, porque ia à touradas todas e nunca enriqueceu a vender galinhas e ovos, porque gastava o dinheiro na compra de flores, porque atirava rosas aos toureiros. -----

----- Vamos ver se alguém agarra nisto, porque se não agarrar vai ter que ser a Câmara, e é um investimento na ordem dos três milhões e cem euros mais IVA, e no Orçamento Participativo falava-se em trezentos mil euros.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra do Senhor Vereador João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar e submeter à Assembleia Municipal: -----

-----A decisão de contratar, através de um procedimento, por concurso público, para a requalificação e exploração do Mercado Municipal de Linda-a-Velha; -----

-----O programa do procedimento e respetivos anexos e o caderno de encargos e respetivos anexos do concurso público em causa; -----

-----A designação dos elementos que compõem o júri, a quem compete a condução do procedimento; -----

-----A delegação de competências no júri do procedimento;-----

-----Fixar em sessenta dias o prazo para apresentação de propostas; -----

-----Designar os gestores do contrato para o acompanhamento da execução do projeto de requalificação do Mercado Municipal e para o acompanhamento da gestão e funcionamento do Mercado Municipal. -----

-----Nos termos da alínea b), do número um, do artigo sexto e alínea j), do artigo décimo quarto, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

-----Artigo vigésimo quarto, alínea i) e alínea p), do número um, do artigo vigésimo quinto, alínea f), alínea qq) e alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigo trigésimo segundo, da Lei número trinta e um, de dois mil e catorze, de trinta de maio. --- -----

-----Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto. -----

-----Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

-----III - O **Senhor Vereador João Neves** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Votamos contra esta proposta porque, embora se aproprie, oportunisticamente, do sentido da proposta ganhadora do Orçamento Participativo de dois mil e catorze, intitulando o projeto como “Mercado Social e Cultural de Linda-a-Velha”, é apenas uma entrega da exploração do mercado à iniciativa privada para atividades de restauração e comércio, em que o



Câmara Municipal  
de Oeiras

“social” se resume à presença da Loja Solidária e o “cultural” decorre das animações que o concessionário vier a fazer no espaço e praça circundante. -----

----- Pelo contrário, a proposta enviada à Junta de Freguesia pelos membros do Grupo Político Evoluir Oeiras como contribuição para as GOP vinte e três, a nível da União de Freguesias vai no sentido de: “...fazer do mercado de Linda-a-Velha um polo multifuncional de atividades, composto, para além dos espaços para vendedores tradicionais e produtores agrícolas da região, por palco para espetáculos musicais, espaço para artesanato, livraria/papelaria, sala com cem lugares para eventos/reuniões das associações e outras entidades locais e cozinha comunitária para apoio a eventos. Manter a gestão do mercado na esfera autárquica. Melhorar a visibilidade e comunicação do mercado com as vias circundantes”. Defendemos a importância da requalificação e revitalização dos mercados municipais, como rede de abastecimento alimentar de proximidade no quadro também da dinamização de projetos de agricultura local/regional, mas também como locais de encontro e polos sociais e culturais da comunidade. -----

----- Tendo ficado deserto o concurso lançado em dois mil e dezanove, a Câmara tenta aliciar privados para uma concessão longa (trinta anos) com um confortável período de carência de renda de doze anos.-----

----- Não discordamos de haver uma boa parte do espaço do Mercado arrendada a privados (lojas diversas, cafés, artesanato...), mas discordamos da atribuição da gestão do mercado a privados e até da viabilidade de um modelo baseado só em restauração, esplanadas e lojas de comércio, numa vila onde muitos restaurantes não têm subsistido e onde os estabelecimentos comerciais de qualidade têm tido dificuldade em manter as portas abertas. -----

----- É de ponderar igualmente a questão do ruído, pois o modelo proposto baseia-se no funcionamento das esplanadas até à uma hora da noite, seis ou sete dias por semana, com animação em esplanadas exteriores que pode estender-se à praça circundante, sendo certo que há prédios residenciais muito próximo e não se conhece nenhum estudo de avaliação do ruído no

exterior.-----

-----Finalmente, tendo havido uma proposta aprovada em Orçamento Participativo, é lamentável que a Câmara avance com projeto e modelo de Mercado diferente, sem consultar ou sequer informar a população.” -----

**17 - PROPOSTA Nº. 1024/22 - DP - AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE UM NOVO ACORDO DE CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL RELATIVO AO CONTRATO DE ARRENDAMENTO Nº. 526/2019:-----**

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção do Senhor Vereador João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a cessão da posição contratual da cedente “Sabores Abastados, Limitada”, no âmbito do contrato de arrendamento para fins não habitacionais número quinhentos e vinte e seis, de dois mil e dezanove, de vinte e seis de outubro e do respetivo acordo, plasmado no contrato número seiscentos e noventa e dois, de dois mil e vinte e um, de vinte e oito de julho, a favor da cessionária, “Supermercados dos Arcos, Limitada”, assumindo esta última a posição de contratante, e conseqüentemente o complexo de direitos e obrigações que advêm desse contrato.

-----A minuta do acordo de cessão da posição contratual.-----

-----Nos termos da alínea g) e alínea ee), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto. -----

**18 - PROPOSTA Nº. 1025/22 - DRU - ARU DE BARCARENA - APROVAÇÃO DA RESPETIVA ORU (OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA) ENQUADRADA PELO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA DE BARCARENA:-----**

-----I – Sobre a ORU - Operação de Reabilitação Urbana enquadrada pelo Programa



Câmara Municipal  
de Oeiras

Estratégico de Reabilitação Urbana de Barcarena, o **arquiteto Pedro Carrilho** fez uma apresentação em “Power Point”, a qual fica inserida no Salão Nobre Digital.-----

----- “A ORU - Operação de Reabilitação Urbana é a segunda fase de todas as ARU, nós delimitamos as áreas de reabilitação urbana e depois temos três anos para fazer as ORU e elas constam essencialmente das operações que vão implementar a ORU, o que nós entendemos é que dentro da área delimitada deve ser construído, recuperado e tudo mais.-----

----- Há ORU para centros históricos, há ORU para reabilitação das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, por exemplo, a de Porto Salvo tem a ORU aprovada, é para esse fim.-----

----- Nós temos o Concelho repartido com vários Gabinetes Técnicos Locais, quer para centros históricos, quer para Áreas Urbanas de Génese Ilegal e a delimitação destas áreas decorre ou de linhas de água, de linhas de cumeada ou de grandes infraestruturas e deverá coincidir teoricamente, o mais possível, com as Áreas de Gestão Integrada que são aquelas áreas onde nós fazemos as infraestruturas, fazemos as eletricidades, fazemos a dinamização sociocultural.-----

----- Com as áreas já criadas nos Gabinetes Técnicos Locais, quer para centros históricos, quer para AUGIS em consonância com o plano de salvaguarda, se conseguirmos juntar isto tudo, conseguimos dar resposta àquilo que tem alguma coerência que é recuperarmos as casas, reabilitar ou infraestruturar.”-----

----- O **arquiteto António Abreu** referiu o seguinte:-----

----- “Esta apresentação incide sobre a proposta de criação de uma Operação de Reabilitação Urbana, no Centro Histórico de Barcarena.-----

----- Em termos do Concelho de Oeiras, neste momento, temos em vigor a ARU de Barcarena que é aquela mancha mais pequena e temos a ARU de Porto Salvo que é a mancha maior, abrange o Casal das Chocas e o Bairro da Lage.-----

----- A ORU foi aprovada já há mais de cinco anos, está em implementação, está-se a cumprir dentro do possível a calendarização das ações que estavam preconizadas.-----

-----Quanto à ARU de Barcarena, estamos agora a fazer a proposta de aprovação da ORU e está em vigor.-----

-----Em termos de enquadramento, a criação de uma ARU e de uma ORU é, no âmbito do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana, como já disse o arquiteto Pedro Carrilho a delimitação de uma ARU obedece a uma zona que tenha edifícios de infraestruturas, equipamentos e espaços verdes degradados ou em processo de degradação.-----

-----No caso de Barcarena, estamos a falar de um centro histórico que tem uma série de patologias que acreditamos que com esta proposta poderão ser corrigidas.-----

-----Em termos de enquadramento jurídico é criada a ARU, temos um prazo de três anos para implementar a ORU, no caso de Barcarena foi criada a vinte de fevereiro de dois mil e vinte, foi publicada em Diário da República a vinte de fevereiro, de dois mil e vinte.-----

-----Pela delimitação da ARU são conferidos aos proprietários dos edifícios abrangidos uma série de apoios e benefícios fiscais ao nível do IMT, do IVA, do IMI e a implementação posteriormente da ORU possibilita ao Município a operacionalização de uma série de instrumentos que ficam facilitados na sua implementação.-----

-----Resumidamente, esses instrumentos em termos de expropriação, em termos de direito de preferência, em termos de servidões e em termos de venda forçada.-----

-----Agora já temos a experiência de Porto Salvo algumas destas facilidades, chamemos-lhe assim, foram úteis na implementação de algumas ações que já estão executadas, nomeadamente, no caso do Casal das Chocas.-----

-----A ORU pode ser um módulo simples ou uma ORU sistemática, nós aqui o que estamos a propor é uma ORU sistemática, como o nome faz subentender é uma ORU que tem uma abrangência mais global, a reabilitação do edificado, a qualificação das infraestruturas, dos equipamentos, dos espaços verdes e é enquadrada por um Programa Estratégico de Reabilitação.-----

-----Com a criação da ORU temos de criar uma entidade gestora, que neste caso, a



Câmara Municipal  
de Oeiras

exemplo do que se passou em Porto Salvo é o Município. -----  
----- Vamos agora fazer uma caracterização da zona, genericamente, esta é a área que está abrangida pela ARU e, conseqüentemente, a ORU tem exatamente a mesma área, tem mesmo de ser assim, não pode haver alterações. -----  
----- Vamos aqui identificar alguns dos edifícios mais notáveis como seja a Igreja de São Pedro de Barcarena, a antiga cooperativa que neste momento está em obra, o edifício dos Bombeiros que está devoluto, o Bairro dos Pescadores que está em avançado estado de degradação e o Lavadouro Municipal que é uma memória de um tempo que, em todo o caso, no nosso entender, tem algum sentido fazer a preservação desta memória.-----  
----- Depois temos algumas zonas que são características como é o Bairro da Travessa do Rio, que é um bairro muito vernacular, temos alguns dos eixos mais importantes que é a Rua dos Bombeiros Voluntários, a Rua Felner Duarte que é aquela que atravessa a zona histórica, a zona da ribeira junto à margem da ribeira, que é uma zona com grande potencial e que neste momento está no estado em que se vê e que se conhece e temos aqui uma capela que já foi recuperada, uma pequena capela, além da igreja de que já falámos, mais a norte existe uma pequena capela denominada São Sebastião.-----  
----- Já implementámos também no âmbito da ORU um Programa de Habitação Jovem e recuperámos uns edifícios que é o número onze, para habitação jovem, que está acima da capela, neste momento, estão ocupados e estão entregues aos candidatos a quem foi atribuído.-----  
----- Na ARU, na nossa proposta ela tem de ter um prazo, nós optámos pelo prazo máximo que é de dois mil e vinte e três a dois mil e trinta e oito, são quinze anos. -----  
----- Fizemos uma listagem de uma série de ações que iremos implementar neste prazo com esta operação de reabilitação urbana.-----  
----- A primeira, é o Parque Urbano, que abrange aquela zona que está ali a verde e abrange aquela zona junto à ribeira que tem esse potencial e que poderá não ficar só para esta

zona, mas neste caso estamos a falar de Barcarena, é uma área que não é municipal, teria que ser adquirida.-- -----

-----A segunda proposta, tem que ver com a casa dos pescadores e a ideia é criar aqui um polo de habitação jovem, as casas estão no estado em que se vê, mas a proposta é reconvertê-las a exemplo do que fizemos com o edifício que está junto à Capela de São Sebastião de Barcarena, que estava num estado muito semelhante a este. -----

-----A requalificação de todo um conjunto de percursos pedonais são caraterísticos desta zona, que quem conhece com certeza, quem consegue identificar, é que estão ali duas imagens de referência também junto ao Bairro dos Pescadores e junto ao futuro Parque Urbano. -----

-----Um pouco mais acima existe um terreno em que a ideia é fazer a requalificação daquele jardim, esse terreno já é municipal, está neste momento ocupado de forma mais informal com hortas e afins. -----

-----A ação número cinco, a requalificação de um estacionamento naquela zona ali que está identificado. -----

-----Paralelamente, há a ideia de fazer uma reestruturação dos sentidos de trânsito daquela zona onde as ruas são muito estreitas, são traçados antigos e uma parte significativa destas ruas ainda têm dois sentidos, o que dificulta bastante a circulação, nomeadamente dos veículos pesados, das camionetes da Vimeca. -----

-----Aqui estão resumidamente as seis ações que nós elencamos aqui nesta operação de reabilitação urbana, evidentemente que a implementação desta ORU e isto já se sente também em Porto Salvo cria uma dinâmica de reabilitação que não é só da Câmara. -----

-----No Casal das Chocas ou mesmo na Lage, paralelamente às ações que nós vamos implementando, há uma série de proprietários que também pelos benefícios fiscais que são conferidos nestas zonas começam a querer reabilitar as suas casas e a melhorar todo o edificado. -----

-----Aqui resumidamente, está uma programação das várias ações que se distribuem ao





Câmara Municipal  
de Oeiras

longo dos quinze anos, antecipar é sempre possível, prolongar além dos quinze anos é que será difícil. -----

----- Este espaço temporal é um bocado extenso, mas em todo o caso algumas destas ações são em zonas e incidem em áreas que não são do Município, haverá aqui uma aquisição de terrenos, tudo isto são processos que são bastante demorados, além da questão financeira.” -----

----- O **Senhor Vereador João Neves** referiu o seguinte:-----

----- “O nosso grupo político é a favor destas iniciativas, achamos, no entanto, que a proposta é mínima, tanto no seu âmbito geográfico, porque a lei não impõe que se cinja à questão do património histórico, mas também no que vem definido em termos dos incentivos fiscais para os moradores na recuperação dos seus próprios imóveis. -----

----- Daremos a seguir a notação de votar a favor com declaração de voto. -----

----- Em que fase de discussão pública está o regulamento para atribuição de benefícios fiscais, entronca nesta questão que a AT - Autoridade Tributária obriga as Câmaras a terem?” ----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** referiu o seguinte:-----

----- “O Partido Socialista gostaria de perguntar porque é que não se inicia esta intervenção mais cedo, obviamente, que nós somos favoráveis a estas operações de reabilitação, porque defendemos a necessidade de revitalização dos centros históricos e, neste caso, o centro histórico de Barcarena há muito que necessita desta intervenção, mas não compreendemos porque é que a data mais recente começa apenas no final quase do próximo mandato.” -----

----- O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “Se percebi bem, perguntou porque é que vem agora?” -----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** reiterou: -----

----- “Porque é que só começa em dois mil e vinte e seis, porque é que não começa já, nomeadamente, coisas como a reformulação dos sentidos de trânsito ou até a implementação do parque de estacionamento, que se calhar, até são propostas mais simples, porque é que é só

iniciamos em dois mil e vinte e seis?”-----

-----Volvendo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Em todos os centros históricos a reabilitação urbana já começou há muitos anos, não há nenhum centro histórico neste Concelho que não tenha já prédios reabilitados, independentemente, de haver a ARU ou ORU.”-----

-----O **arquiteto Pedro Carrilho** explicou:-----

-----“Nós já recuperámos a Igreja de São Pedro de Barcarena, é o maior património que lá temos, São Sebastião de Barcarena está toda recuperada, a habitação jovem já está lá implementada e está a funcionar, o Centro Cultural de Barcarena, que é uma coisa que me está muito atravessada, finalmente o Senhor Presidente vai anunciar, vai reiniciar-se outra vez, porque o empreiteiro abriu falência, vai correr bem, são as coisas mais importantes naquele núcleo.-----

-----Por exemplo, fazer o equipamento para os Bombeiros, foi uma encomenda recente, não decorre da ORU ou da ARU, temos estado a trabalhar em todos os centros históricos, como é notório e não vai começar só mais tarde e tem havido alterações de trânsito, ainda agora em Paço de Arcos já foi cortado um troço da Rua Costa Pinto, isto é paralelo.-----

-----Penso que o mais importante desta operação são os benefícios fiscais que a população vai ter, o resto nós, com ORU ou sem ARU, fazemos tudo na mesma e temos feito muita coisa.”-----

-----Alegando a **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho**:-----

-----“A minha questão era relativamente a esta ORU e relativamente àquilo que está nesta proposta da ORU, era essa a minha questão.”-----

-----Atalhando o **arquiteto Pedro Carrilho**:-----

-----“Estes edifícios a que me referi em Barcarena estão integrados aqui nesta obra.”-----

-----O **Senhor Presidente** aludiu o seguinte:-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- “Obviamente, que a maior parte das intervenções nestas zonas são da responsabilidade da Câmara Municipal, a aprovação de uma ORU ou ARU visa, essencialmente, estimular os privados a entrarem também na requalificação urbana, têm algumas vantagens de natureza fiscal.-----

----- Ao ser aprovada uma ARU e a respetiva ORU, está-se a abrir a possibilidade de as intervenções de requalificação urbana naquela zona possam ser isentas ao nível do IVA e do IMI, por exemplo, mas o que tem acontecido ao longo dos últimos vinte e cinco ou trinta anos com uma incidência mais forte na recuperação de património, desde logo património religioso, Barcarena é um bom exemplo a recuperação da Igreja de São Pedro, possivelmente, é capaz de ser a maior intervenção que fizemos no Concelho.”-----

----- Acrescentando o **arquiteto Pedro Carrilho**:-----

----- “São Romão também é, e a Igreja Matriz de Oeiras, são as três maiores.”-----

----- Voltando o **Senhor Presidente**:-----

----- “Depois há os prédios degradados para habitação jovem, aquilo que se pretende agora é o estímulo a proprietários privados que a pretexto das vantagens que podem ter do ponto de vista fiscal avancem para operações de reabilitação urbana.-----

----- Em Barcarena não sei se há algum já identificado, mas no Dafundo/Cruz Quebrada há pelo menos quatro ou cinco interessados em avançar ao beneficiarem da existência da ARU.”

----- O **arquiteto Pedro Carrilho** disse:-----

----- “Ainda não há.”-----

----- Alegando o **Senhor Presidente**:-----

----- “Nós estamos a fazer ARU e ORU em todos os centros históricos.”-----

----- Voltando o **arquiteto Pedro Carrilho**:-----

----- “O objetivo é esse e à medida que vamos fazendo, não me parece que seja competência da Câmara recuperar todos os edifícios, o que se nota é que em Paço de Arcos já

recuperámos cinco ou seis e a dinâmica da população é muito maior, a iniciativa já começa a ser deles e isso é bom, que eles próprios estejam a recuperar sem precisar que seja tudo feito pela Câmara.” -- -----

-----Referindo o **Senhor Presidente**:-----

-----“A ideia é o estímulo dos particulares.”-----

-----O **Senhor Vereador João Neves** referiu o seguinte: -----

-----“Agradeço que a apresentação que foi feita, fique também vertida em ata.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o projeto da Operação de Reabilitação Urbana de Barcarena, enquadrada pelo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana. ----

-----Estabelecer um prazo de execução de quinze anos para a Operação de Reabilitação de Barcarena a desenvolver por esta Edilidade. -----

-----Remeter o projeto ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana para emissão de parecer não vinculativo. -----

-----Submeter o projeto a discussão pública. -----

-----Submeter à aprovação da Assembleia Municipal, após tramitação do procedimento administrativo. -----

-----Nos termos do Decreto-Lei número trezentos e sete, de dois mil e nove, de vinte e três de outubro, com a redação da Lei número sessenta e seis, de dois mil e dezanove, de vinte e um de maio, nomeadamente os seus artigos quinto, sétimo e décimo sétimo.-----

-----Artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas m) e n), vigésimo quinto, número um, alíneas h) e r), bem como artigo trigésimo terceiro, número um, alíneas a) e ccc), da Lei



Câmara Municipal  
de Oeiras

número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- III - O **Senhor Vereador João Neves** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O Grupo Político Evoluir Oeiras aprova a proposta. Somos a favor da reabilitação urbana em detrimento de construção de novas frentes urbanas, e consideramos a necessidade de aprovar esta Operação de Reabilitação Urbana, que não sendo realizada no prazo de três anos após a aprovação da Área de Reabilitação Urbana faz caducar a delimitação da ARU de Barcarena. -----

----- Consideramos, no entanto, que a ARU criada em Barcarena em dois mil e dezanove foi pouco ambiciosa, o que agora condiciona sobremaneira a ORU criada. Uma área maior traduzir-se-ia em incentivos para os moradores recuperarem os próprios imóveis com vantagens para toda a comunidade.” -----

**19 - PROPOSTA Nº. 1026/22 - DGO - CALENDÁRIO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2023: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o calendário das reuniões ordinárias da Câmara Municipal de Oeiras para o ano de dois mil e vinte e três: -----

----- Janeiro - onze - vinte e cinco - pública; -----

----- Fevereiro - oito - vinte e dois - pública; -----

----- Março - oito - vinte e dois - pública; -----

----- Abril - cinco - dezanove - pública; -----

----- Maio - três - dezassete - trinta e um - pública; -----

----- Junho - catorze - vinte e oito - pública; -----

----- Julho - doze - vinte e seis - pública; -----

-----Agosto - (\*)-----

-----Setembro - treze - vinte e sete - pública;-----

-----Outubro - onze - vinte e cinco - pública;-----

-----Novembro - oito - vinte e dois - pública;-----

-----dezembro - seis - vinte - pública.-----

-----Notas:-----

----- - Calendarizou-se como “pública” a última reunião de cada mês.-----

----- - Todas as reuniões terão início pelas quinze horas. Eventuais alterações, cumprirão o previsto no número quatro, do artigo quadragésimo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----(\*) Para o mês de agosto, como é habitual, não foram previstas reuniões.-----

-----Nos termos dos artigos quadragésimo, números um e dois e quadragésimo nono, número dois, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

**20 - PROPOSTA Nº. 1027/22 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO COMERCIAL - PD Nº. 271-SIMAS/2022:-----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da deliberação do Conselho de Administração da reunião de sete de novembro, na qual autorizou a abertura de procedimento por concurso público internacional, para a aquisição de um sistema de gestão comercial, pelo preço base de quinhentos e oitenta e quatro mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de doze meses, renováveis por mais um período de vinte e quatro meses, num total de



Câmara Municipal  
de Oeiras

trinta e seis meses, a executar nos anos de dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e seis, com início em maio de dois mil e vinte e três, devendo, face ao carácter plurianual da prestação de serviços em causa, ser afeto para efeitos cabimentais o valor de cento e vinte e nove mil setecentos e setenta e sete euros e setenta e oito cêntimos, ao ano de dois mil e vinte e três, o valor de cento e noventa e quatro mil seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos a cada um dos anos de dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco, e o valor de sessenta e quatro mil oitocentos e oitenta e oito euros e oitenta e nove cêntimos ao ano de dois mil e vinte e seis, todos acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- As peças do concurso, compostas pelo programa do procedimento e caderno de encargos.-- -----

----- A celebração de contrato escrito. -----

----- O júri do procedimento, a quem deverão ser atribuídas e delegadas competências para todos os atos processuais inerentes ao mesmo, no âmbito da abertura, relatórios preliminar e final a que haja lugar, sendo que o primeiro dos vogais efetivos substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos, a designação de gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo, em todos os seus aspetos, e ainda delegar no mesmo a adoção de todas as medidas conducentes à sua boa execução, nomeadamente, as necessárias à correção de desvios, defeitos ou outras anomalias, detetadas na sua execução, tendo como substituto, nas suas faltas e impedimentos, o seu superior hierárquico; bem como a delegação no Senhor Presidente do Conselho de Administração o ato de deliberação de caucões, materializado nos ofícios de notificação do cocontratante e da entidade bancária, na sequência do definido no relatório de execução do contrato, elaborado pelo gestor do contrato. -----

----- Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. ---- -----

-----Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

-----Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

**21 - PROPOSTA Nº. 1028/22 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, DESTINADA À REMODELAÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ÁGUAS RESIDUAIS E PLUVIAIS DO BAIRRO ALTO DO MOINHO, FREGUESIA DE ALFRAGIDE, CONCELHO DA AMADORA - PD Nº. 273-SIMAS/2022: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a despesa o teor da deliberação do Conselho de Administração da reunião de sete de novembro, na qual autorizou a adjudicação da empreitada destinada à remodelação de redes de abastecimento de água e de águas residuais e pluviais do Bairro Alto do Moinho, Freguesia de Alfragide, Concelho da Amadora, à empresa “JPMAENG, Limitada”, pelo valor de dois milhões seiscentos e dois mil duzentos e noventa e quatro euros e setenta e nove cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor (o valor da verba correspondente à rede de abastecimento a suportar pelos SIMAS, enquanto entidade adjudicante e as correspondentes às águas residuais e pluviais nos termos gerais), com prazo de execução de setecentos e trinta dias, após a consignação, prevendo-se que a mesma decorra nos anos de dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco, devendo, face ao carácter plurianual da empreitada em causa, o valor ser afeto, para os referidos anos de dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco, nos seguintes termos: -----

-----Dois mil e vinte e três - Dois mil e vinte e quatro - Dois mil e vinte e cinco: -----

-----Rede de abastecimento - cento e trinta e seis mil duzentos e três euros e sessenta e





Câmara Municipal  
de Oeiras

dois cêntimos - cento e oitenta e um mil seiscentos e quatro euros e oitenta cêntimos - quarenta e cinco mil quatrocentos e um euros e dezanove cêntimos.-----

----- Águas residuais - trezentos e cinco mil cento e setenta e quatro euros e setenta e um cêntimos - quatrocentos e seis mil oitocentos e noventa e nove euros e sessenta e um cêntimos - cento e um mil setecentos e vinte e quatro euros e noventa cêntimos. -----

----- Águas pluviais - quinhentos e trinta e quatro mil quatrocentos e oitenta e dois euros e vinte e dois cêntimos - setecentos e doze mil seiscentos e quarenta e dois euros e noventa e oito cêntimos - cento e setenta e oito mil cento e sessenta euros e setenta e seis cêntimos. -----

----- Novecentos e setenta e cinco mil oitocentos e sessenta euros e cinquenta e cinco cêntimos - um milhão trezentos e um mil cento e quarenta e sete euros e trinta e nove cêntimos - trezentos e vinte e cinco mil duzentos e oitenta e seis euros e oitenta e cinco cêntimos. todos igualmente acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o valor da verba correspondente à rede de abastecimento a suportar pelos SIMAS, enquanto entidade adjudicante, e as correspondentes às águas residuais e pluviais nos termos do regime geral.-----

----- A nomeação de Coordenador de Segurança em Fase de Obra e Diretor de Fiscalização da mesma empreitada. -----

----- A celebração de contrato escrito, com aprovação da respetiva minuta.-----

----- Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

----- Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho.-----

----- Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

**22 - PROPOSTA Nº. 1029/22 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDO-QUADRO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA DESTINADA À SUBSTITUIÇÃO DE CONDUTAS E**

**RAMAIS EXISTENTES NA ESTRADA DE ALFRAGIDE E RUAS ADJACENTES, NA FREGUESIA DE ALFRAGIDE, CONCELHO DA AMADORA - PD Nº. 274-SIMAS/2022:-----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a despesa e o teor da deliberação do Conselho de Administração de sete de novembro, que autorizou a adjudicação da empreitada destinada à substituição de condutas e ramais existentes na Estrada de Alfragide e ruas adjacentes, na Freguesia de Alfragide, Concelho da Amadora, à empresa “Mafragua, Limitada”, pelo valor de trezentos e trinta e um mil trezentos euros e trinta e dois cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, valor a suportar pelos SIMAS, enquanto entidade adjudicante, com prazo de execução de duzentos e quarenta dias, após a consignação, com a sua execução financeira a ocorrer integralmente no ano de dois mil e vinte e três.-----

-----A nomeação de Coordenador de Segurança em Fase de Obra e Diretor de Fiscalização da mesma empreitada.-----

-----A celebração de contrato escrito, com aprovação da respetiva minuta.-----

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho.-----

-----Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro.-----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

**23 - PROPOSTA Nº. 1030/22 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À IMPRESSÃO, ENVELOPAGEM E FINALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS - PD Nº. 275-SIMAS/2022:-----**



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da deliberação do Conselho de Administração na reunião de sete de novembro de dois mil e vinte e dois, na qual autorizou a adjudicação da prestação de serviços destinados à impressão, envelopagem e finalização de documentos, à empresa “CTT - Correios de Portugal, Sociedade Anónima”, pelo valor de duzentos e cinquenta e sete mil novecentos e quarenta e sete euros e oitenta cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, por um prazo de doze meses, renovável por mais dois períodos de doze meses cada (vinte e quatro meses), no total de trinta e seis meses de contrato, a ocorrer nos anos de dois mil e vinte e três a dois mil e vinte e seis, devendo, face ao carácter plurianual da prestação de serviços em causa ser afeto para fins cabimentais o valor de setenta e oito mil euros, ao ano de dois mil e vinte e três; o valor de oitenta e seis mil euros, a cada um dos anos de dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco; e o valor de sete mil novecentos e quarenta e sete euros e oitenta cêntimos, ao ano de dois mil e vinte e seis, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.-----

----- A aprovação da não admissão da empresa “Copydata, Sociedade Anónima”, por não ter apresentado proposta, e da exclusão das empresas “CGITI Portugal, Sociedade Anónima” e “Contisystems - Tecnologias de Informação, Sociedade Anónima”, por terem apresentado propostas com valores superiores ao valor base do procedimento, e da empresa “REAL Panóplia, Produções Gráficas e Serviços de Envelopagem, Limitada,” por não ter respondido ao pedido de esclarecimentos efetuado pelo júri - apresenta um valor de duzentos e dezasseis mil trezentos e cinquenta e três euros, para um prazo de execução de doze meses de acordo com a proposta do júri do procedimento.-----

----- A celebração de contrato escrito.-----

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

-----Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

**24 - PROPOSTA Nº. 1031/22 - SIMAS - CP 74/2022/11 - PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA DESTINADA À REABILITAÇÃO DA NOVA LOJA PARA INSTALAÇÃO DA SECÇÃO COMERCIAL DA AMADORA DOS SIMAS, NO CONCELHO DA AMADORA - APROVAÇÃO DOS ERROS E OMISSÕES APRESENTADOS PELOS INTERESSADOS - PD Nº. 276-SIMAS/2022:-----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da deliberação do Conselho de Administração de sete de novembro, na qual aprovou os erros e omissões apresentados pelos interessados, no âmbito da empreitada destinada à reabilitação da nova loja para instalação da Secção Comercial da Amadora dos SIMAS, no Concelho da Amadora. -----

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

-----Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Lei número doze, de dois mil e vinte e dois, de vinte e sete de junho. -----

**25 - PROPOSTA Nº. 1032/22 - SIMAS - AVALIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA: PROPOSTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS DOS SIMAS DE OEIRAS E AMADORA**



Câmara Municipal  
de Oeiras

**(DEGI, UGCD, DGP, DCQA) - PD Nº. 279-SIMAS/2022:**-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a eliminação dos documentos constantes das listas juntas ao processo, aprovadas e assinadas pelos responsáveis das respetivas unidades orgânicas. -----

----- Nos termos da Portaria número quatrocentos e doze, de dois mil e um, de dezassete de abril, com as alterações introduzidas pela Portaria número mil duzentos e cinquenta e três, de dois mil e nove, de catorze de outubro. -----

**26 - PROPOSTA Nº. 1033/22 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL, COM DIVISÃO EM LOTES, DESTINADO AO FORNECIMENTO CONTÍNUO DE DIVERSO MATERIAL DE ARMAZÉM - PD Nº. 280-SIMAS/2022:** -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da deliberação do Conselho de Administração de sete de novembro, na qual aprovou o procedimento por concurso público internacional com divisão em lotes, destinado ao fornecimento contínuo de diverso material de armazém, por lotes (Lote um - Acessórios e tubos, galvanizados, latão, inox; Lote dois - Abraçadeiras carga e reparação, acessórios S Dois Mil; Lote três - Flangeados, juntas e uniões reparação; Lote quatro - Válvulas, tampas para caixa de visita; Lote cinco - Marcos de incêndio; Lote seis - Acessórios Duronil/Hidronil/Pead/Poliacetal; Lote sete - Materiais diversos; Lote oito - Ferramentas; Lote nove - Óleos, tintas, sprays, produtos limpeza; Lote dez - Material elétrico;

Lote onze - Material administrativo; Lote doze - Marcos de incêndio acessórios), pelo preço base de um milhão duzentos e sete mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, num prazo de execução de três anos, designadamente no decorrer dos anos de dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco, ou até que a verba se esgote.-----

-----A celebração do contrato por escrito.-----

-----A decisão de não adjudicação e conseqüente revogação da decisão de contratação relativamente aos lotes dez e onze e à abertura de novo procedimento pré-contratual para os referidos dois lotes.-----

-----Lotes - Materiais / Preço base - Concorrente vencedor / Somatório dos preços unitários: -- -----

-----Um - Acessórios e tubos, galvanizados, latão, inox / cento e sessenta mil euros - ASC - Artigos Sanitários do Centro, Limitada / três mil novecentos e quarenta e um euros e vinte e dois cêntimos;-----

-----Dois - Abraçadeiras carga e reparação / cento e sessenta mil euros - ASC - Artigos Sanitários do Centro, Limitada / trinta e seis mil novecentos e trinta e três euros e vinte e três cêntimos;-- -----

-----Três - Flangeados, juntas e uniões reparação / sessenta mil euros - Casvian Internacional, Limitada - Produção e Comércio de Acessórios para Fluídos / vinte e cinco mil novecentos e sessenta e um euros e trinta e nove cêntimos;-----

-----Quatro - Válvulas, tampas para caixa de visita / trezentos mil euros - ASC - Artigos Sanitários do Centro, Limitada / vinte e cinco mil oitocentos e doze euros e oitenta e um cêntimos;-- -----

-----Cinco - Marcos de incêndio / cinquenta mil euros - ASC - Artigos Sanitários do Centro, Limitada / mil trezentos e trinta euros;-----

-----Seis - Acessórios Duronil/Hidronil/Pead/Poliacetal / cento e sessenta mil euros -



Câmara Municipal  
de Oeiras

ASC - Artigos Sanitários do Centro, Limitada / quatro mil cento e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos;-----

----- Sete - Materiais diversos / noventa mil euros - Boom Lift - Venda Aluguer e Assistência Industrial, Limitada / dez mil setecentos e trinta e um euros e oitenta e oito cêntimos;

----- Oito - Ferramentas / sete mil euros - Olico-Materiais para Construção, Construção Civil e Obras Publicas, Limitada / dois mil setecentos e sessenta e nove euros; -----

----- Nove - Óleos, tintas, sprays, produtos de limpeza / noventa mil euros - Olico - Materiais para Construção, Construção Civil e Obras Publicas, Limitada / dois mil oitocentos e cinquenta e sete euros e cinquenta cêntimos; -----

----- Dez - Material elétrico / noventa mil euros - ... / ....;-----

----- Onze - Material administrativo / trinta mil euros - ... / ...;-----

----- Doze - Marcos de incêndio acessórios / dez mil euros - Humberto Poças, Sociedade Anónima / três mil oitocentos e sessenta e quatro euros;-----

----- Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

----- Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho.-----

----- Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro.-----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

**27 - PROPOSTA Nº. 1034/22 - SIMAS - CP 20162/2020 - PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA DE “TRABALHOS DE MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - ACESSÓRIOS, RAMAIS, CAIXAS, E OUTROS, NO CONCELHO DE OEIRAS” - AUTORIZAÇÃO PARA O REESCALONAMENTO E RECABIMENTAÇÃO DO PROCEDIMENTO (ANOS DE 2021 A 2023) E APROVAÇÃO DE NOVA MINUTA DO CONTRATO - PD Nº. 287-SIMAS/2022: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor

Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da deliberação do Conselho de Administração de sete de novembro, na qual autorizou o reescalonamento e recabimentação do procedimento (anos de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e três) e aprovou a nova minuta do contrato, no âmbito da empreitada de “Trabalhos de Manutenção de Infraestruturas de Abastecimento de Água - Acessórios, Ramais, Caixas, e outros, no Concelho de Oeiras” -----

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

-----Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

**28 - PROPOSTA Nº. 1035/22 - SIMAS - PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À INSPEÇÃO CCTV E LIMPEZA/DESOBSTRUÇÃO DAS REDES DOMÉSTICAS E PLUVIAIS NO CONCELHO DE OEIRAS - ANOS DE 2022, 2023 E 2024 - REESCALONAMENTO DE CABIMENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA NOVA MINUTA DO CONTRATO - PD Nº. 288-SIMAS/2022: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da deliberação do Conselho de Administração de sete de novembro, que autorizou o reescalonamento de cabimentação e aprovação da nova minuta do contrato, no âmbito da prestação de serviços destinados à inspeção CCTV e limpeza/desobstrução das redes domésticas e pluviais no Concelho de Oeiras. -----

-----Nos termos do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito





Câmara Municipal  
de Oeiras

de junho.-- .....

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

**29 - PROPOSTA Nº. 1036/22 - SIMAS - REESCALONAMENTO DE VERBA ASSOCIADA AO CP 20152/2020, RELATIVO AO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GRELHAS, LINHAS DE VIDA E AREJADORES E DE ALTA SEGURANÇA A INSTALAR EM DIVERSAS INFRAESTRUTURAS - PD Nº. 289-SIMAS/2022: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o reescalonamento das verbas afetas ao Contrato de Prestação de Serviços número onze, de dois mil e vinte e um, para os anos de dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro, nos montantes de cento e dez mil trezentos e noventa e três euros e setenta e sete cêntimos e de noventa mil duzentos e oitenta euros e setenta e sete cêntimos, respetivamente. -----

----- A minuta de adenda ao contrato número onze, de dois mil e vinte e um, de quatro de março.----- .....

----- Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.----- .....

----- Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho.-----

----- Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

**30 - PROPOSTA Nº. 1037/22 - SIMAS - CP 20168/2020 - 9ª. REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA NO ÂMBITO DA EMPREITADA DESTINADA À CONSTRUÇÃO DO NOVO RESERVATÓRIO DO ALTO DE SANTA CATARINA, NO CONCELHO DE OEIRAS - PD Nº.**

**292-SIMAS/2022:** -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a nona revisão de preços provisória efetuada no âmbito do contrato de empreitada número trinta e seis, de dois mil e vinte e um, referente à construção do novo reservatório do Alto de Santa Catarina, no Concelho de Oeiras, no montante de dezoito mil setecentos e noventa e quatro euros e trinta e cinco cêntimos.

-----Nos termos do Código dos Contratos Públicos.-----

-----Código do IVA.-----

-----Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei número septuagésimo terceiro, de dois mil e vinte e um, de dezoito de agosto.--

-----Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

**31 - PROPOSTA Nº. 1038/22 - SIMAS - CP 20168/2020 - EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO NOVO RESERVATÓRIO DO ALTO DE SANTA CATARINA - REESCALONAMENTO DE CABIMENTO - PD Nº. 293-SIMAS/2022:** -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o reescalonamento financeiro da verba afeta ao contrato da empreitada de “Construção do novo reservatório do Alto de Santa Catarina”, que prevê a afetação de um milhão trezentos e cinquenta e oito mil setecentos e noventa e três euros e sessenta e um cêntimos, ao ano de dois mil e vinte e dois. -----

-----A libertação da verba referente ao ano de dois mil e vinte e dois, de duzentos mil



Câmara Municipal  
de Oeiras

euros, que será objeto de cabimento no orçamento de dois mil e vinte e três; e -----

----- A minuta de adenda ao contrato número trinta e seis, de dois mil e vinte e um, de catorze de maio de dois mil e vinte e um. -----

----- Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

----- Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho.-----

----- Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

**32 - PROPOSTA Nº. 1039/22 - SIMAS - CP 21175/2021 - AUTORIZAÇÃO PARA O REESCALONAMENTO DO CABIMENTO E APROVAÇÃO DA NOVA MINUTA DE CONTRATO RELATIVO AO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDO-QUADRO PARA A EXECUÇÃO DA EMPREITADA DESTINADA À REPARAÇÃO DE ROTURAS NA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO CONCELHO DE OEIRAS (ANOS 2022 A 2025 - ATÉ AO LIMITE DE 36 MESES) - PD Nº. 296-SIMAS/2022: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da deliberação do Conselho de Administração de sete de novembro, que autorizou o reescalonamento do cabimento e aprovação da nova minuta de contrato, no âmbito da empreitada destinada à reparação de roturas na rede de abastecimento de água do Concelho de Oeiras. -----

----- Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

----- Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho.-----

-----Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

**33 - PROPOSTA Nº. 1040/22 - SIMAS - REESCALONAMENTO DE CABIMENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA NOVA MINUTA DO CONTRATO RELATIVO AO PROCEDIMENTO, AO ABRIGO DO ACORDO-QUADRO CELEBRADO COM A ESPAP - ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, I. P., COM O Nº. AQ-ELE 2019, PARA O FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE PARA O EDIFICADO DOS SIMAS DE OEIRAS E AMADORA, PARA O PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2023. -**

**- PD Nº. 297-SIMAS/2022: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da deliberação do Conselho de Administração de sete de novembro, na qual aprovou o reescalamento de cabimentação e aprovação da nova minuta do contrato, no âmbito do fornecimento de eletricidade para o edificado dos SIMAS de Oeiras e Amadora, para o período de um de janeiro de dois mil e vinte e um a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e três. -----

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

**34 - PROPOSTA Nº. 1041/22 - SIMAS - 7ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA DAS DESPESAS CORRENTE E CAPITAL - PD Nº. 298-SIMAS/2022: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho,



Câmara Municipal  
de Oeiras

Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a sétima Alteração Orçamental Permutativa da Despesa Corrente e de Capital no montante de um milhão oitocentos e vinte e cinco mil trezentos e sessenta e sete euros.-----

----- Nos termos da Norma vinte e seis do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e no ponto oito ponto três ponto um (não revogado) do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais. -----

**35 - PROPOSTA Nº. 1042/22 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDO-QUADRO PARA A EXECUÇÃO DA EMPREITADA DESTINADA À REMODELAÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, RAMAIS DE LIGAÇÃO E ACESSÓRIOS, EM DIVERSOS LOCAIS DO CONCELHO DE OEIRAS - A EXECUTAR NOS ANOS DE 2023 A 2025 - PD Nº. 299-SIMAS/2022: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente** aprovar o teor da deliberação do Conselho de Administração de sete de novembro, que autorizou a adjudicação da empreitada destinada à remodelação de redes de abastecimento de água, ramais de ligação e acessórios, em diversos locais do Concelho de Oeiras, à empresa “Mafragua, Limitada”, pelo valor de setecentos e oitenta e quatro mil novecentos e oitenta e dois euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, valor a suportar pelos SIMAS, enquanto entidade adjudicante, com prazo de execução de mil e noventa e cinco dias, a ocorrer nos anos de dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco, ou até que a verba se esgote, devendo, face ao carácter plurianual da empreitada em causa, ser afeto para efeitos cabimentais o valor de duzentos e sessenta e um mil

quatrocentos e trinta euros e quarenta e três cêntimos, ao ano de dois mil e vinte e três, o valor de duzentos e setenta e três mil oitocentos e trinta e nove euros e vinte e nove cêntimos, ao ano de dois mil e vinte e quatro e o valor de duzentos e quarenta e nove mil setecentos e doze euros e vinte e oito cêntimos, ao ano de dois mil e vinte e cinco, todos acrescidos de IVA e sujeitos ao regime de inversão do sujeito passivo, conforme melhor refletido e resulta do cronograma financeiro.- -----

-----A nomeação de Coordenador de Segurança em Fase de Obra e Diretor de Fiscalização da mesma empreitada. -----

-----A celebração de contrato escrito, com aprovação da respetiva minuta. -----

-----A delegação no Senhor Presidente do Conselho de Administração do ato de liberação de cauções, materializado nos ofícios de notificação do cocontratante e da entidade bancária, na sequência do definido no relatório de execução do contrato, elaborado pelo gestor do contrato.---

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

-----Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

### **36 - PROPOSTA Nº. 1043/22 - DPE - EMPREITADA 39/DPE/19 - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OEIRAS - NOVO QUARTEL - APROVAÇÃO DA 9ª. REVISÃO DE PREÇOS:-----**

-----Nesta votação não participou a **Senhora Vereadora Susana Duarte** devido a ausência momentânea. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a nona revisão de preços, no montante de



Câmara Municipal  
de Oeiras

vinte e nove mil trezentos e quarenta e cinco euros e quarenta e três cêntimos, sobre as faturas já emitidas pela empresa “Tecnorém - Engenharia e Construções, Sociedade Anónima”, no âmbito da empreitada “Bombeiros Voluntários de Oeiras - Novo Quartel”. -----

----- Nos termos dos artigos tricentésimo, tricentésimo quadragésimo primeiro e tricentésimo octogésimo segundo, do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei número setenta e três, de dois mil e vinte e um, de dezoito de agosto e Aviso número oito mil duzentos e quarenta e oito, de dois mil e vinte e um, publicado no Diário da República número oitenta e seis, segunda série, de quatro de maio de dois mil e vinte e um. -----

**37 - PROPOSTA Nº. 1044/22 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 480/2020 - RENOVAÇÃO Nº. 244/2022, JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE OEIRAS E S. JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS - 4º. BIMESTRE DE 2022: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a transferência de trinta mil novecentos e cinquenta e oito euros e oito cêntimos, à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, correspondente à remuneração das ações que esta Junta desenvolveu na sua área de jurisdição, no decorrer o quarto bimestre de dois mil e vinte e dois, no âmbito do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências número quatrocentos e oitenta, de dois mil e vinte - renovação número duzentos e quarenta e quatro, de dois mil e vinte e dois, assinado entre a Câmara Municipal de Oeiras e aquela Autarquia. -----

----- Nos termos dos artigos trigésimo terceiro, número um, alínea d), centésimo vigésimo

e centésimo trigésimo primeiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-- -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

**38 - PROPOSTA Nº. 1045/22 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 485/2020 - RENOVAÇÃO Nº. 154/2022, JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARNAXIDE E QUEIJAS - 4º. BIMESTRE DE 2022: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o pagamento de trinta e oito mil cento e oitenta e seis euros e trinta e nove cêntimos, à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, correspondente ao somatório das verbas para a remuneração das ações concretizadas durante o quarto bimestre de dois mil e vinte e dois, no âmbito do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências número quatrocentos e oitenta e cinco, de dois mil e vinte - contrato número cento e cinquenta e quatro, de dois mil e vinte e dois - renovação, assinado entre a Câmara Municipal de Oeiras e aquela Autarquia.-----

-----Nos termos dos artigos trigésimo terceiro, número um, alínea d), centésimo vigésimo e centésimo trigésimo primeiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-- -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março,





Câmara Municipal  
de Oeiras

regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

**39 - PROPOSTA Nº. 1046/22 - DPERU - AQUISIÇÃO DE PRÉDIO URBANO SITO NA RUA FELNER DUARTE, Nº. 6 6-A E 6-B, EM BARCARENA:-----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a aquisição, do prédio urbano sito na Rua Felner Duarte, número seis, em Barcarena, descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob o número quatro mil seiscentos e trinta e oito, de vinte e sete de julho de dois mil e onze, da Freguesia de Barcarena e inscrito na matriz predial urbana número duzentos e cinquenta e cinco, da Freguesia de Barcarena, pelo valor de cento e setenta mil euros.-----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

----- Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro.-----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

**40 - PROPOSTA Nº. 1047/22 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 31ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA: -----**

----- I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra do Senhor Vereador João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, ratificar o despacho de três de novembro de dois mil e vinte e dois, da informação número INT-CMO/dois

mil e vinte e dois/vinte e dois mil cento e setenta e sete, referente à trigésima primeira Alteração Orçamental Permutativa de dois mil e vinte e dois, no valor de trezentos e noventa e cinco mil quatrocentos e oitenta e dois euros e vinte e quatro cêntimos, na despesa.-----

-----Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro.-----

-----Alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----II - O **Senhor Vereador João Neves** fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“O Grupo Político Evoluir Oeiras vota contra a proposta por considerar que na listagem de pedidos de Alteração Orçamental Permutativa não existem pedidos de alteração que provem a urgência imperiosa que motivou a proposta de ratificação em detrimento de uma votação, quando têm sido realizadas reuniões semanais no último mês.”-----

**41 - PROPOSTA Nº. 1048/22 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 32ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA:-----**

-----I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra do Senhor Vereador João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, ratificar o despacho de onze de novembro de dois mil e vinte e dois, da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e dois/vinte e três mil e oitenta e oito, referente à trigésima segunda Alteração Orçamental Permutativa de dois mil e vinte e dois, no valor de seiscentos e cinco mil duzentos e um euros e noventa cêntimos, na despesa. -----

-----Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois



Câmara Municipal  
de Oeiras

de fevereiro.-----

----- Alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

----- II - O **Senhor Vereador João Neves** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O Grupo Político Evoluir Oeiras vota contra a proposta pelos motivos já mencionados na proposta anterior.” -----

**42 - PROPOSTA Nº. 1049/22 - DPE - EMPREITADA “39/DPE/19 - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OEIRAS - NOVO QUARTEL” - PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO DE EMPREITADA PELO PERÍODO ADICIONAL DE 75 DIAS, AO ABRIGO AO ARTº. 4º. DO DL Nº. 36/2022:-----**

----- Nesta votação não participou a **Senhora Vereadora Susana Duarte** devido a ausência momentânea.-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a prorrogação de prazo graciosa, ao empreiteiro “Tecnorém - Engenharia e Construções, Sociedade Anónima”, no âmbito da empreitada Bombeiros Voluntários de Oeiras - Novo Quartel, por mais setenta e cinco dias, a contar da conclusão inicialmente prevista dos trabalhos. -----

----- A reprogramação financeira da obra, de acordo com o plano de trabalhos e plano de pagamentos.-----

----- A minuta de adenda ao contrato número cento e setenta e nove, de dois mil e vinte e um, com remessa para conhecimento ao Tribunal de Contas.-----

----- Nos termos dos artigos tricentésimo décimo primeiro, número um, alínea a), tricentésimo décimo segundo, alínea b), do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de

vinte e nove de janeiro. -----

-----Artigo quarto, do Decreto-Lei número trinta e seis, de dois mil e vinte e dois. -----

-----Artigo trigésimo terceiro, número um, alínea bb), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigo centésimo septuagésimo terceiro, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

**43 - PROPOSTA Nº. 1050/22 - DPE - EMPREITADA 07/DPE/2021 - REQUALIFICAÇÃO DO ANTIGO QUARTEL DOS BOMBEIROS DE PAÇO DE ARCOS - AUDITÓRIO JOSÉ DE CASTRO E UNIDADE DE SAÚDE - APROVAÇÃO DA 5ª. REVISÃO DE PREÇOS.-----**

-----I - O **Senhor Presidente** referiu o seguinte:-----

-----“Da visita que fizemos ao local, gostei do Auditório, vai ficar bem, mas, sobretudo, da Unidade de Saúde, aquele primeiro andar é muito bom, os médicos vão ficar encantados, porque as condições são excelentes, por isso é que eles querem trabalhar em Oeiras, as pessoas com problemas mentais, não lhe vão faltar médicos para os acompanhar. -----

-----A propósito da mudança do Gabinete Médico para o Casal do Deserto estava previsto que a Delegação de Saúde passasse para as antigas instalações do Gabinete Médico. -----

-----Como é que isso está? -----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** explicou o seguinte: -----

-----“O projeto está em curso e eu prevejo que na primeira revisão orçamental do próximo ano, em função da disponibilidade, possamos introduzir a empreitada e no verão de dois mil e vinte e três a Unidade de Saúde Pública de Oeiras já possa estar instalada nos Jardins dos Arcos.” -----

-----O **Senhor Presidente** esclareceu:-----

-----“Para terem uma ideia dez funcionários entre médicos, enfermeiros e auxiliares ocupam um espaço de seis metros quadrados e vão passar a dispor de mais de duzentos metros



Câmara Municipal  
de Oeiras

quadrados, por isso quando visitaram as instalações, ficaram encantados. -----

----- Eu fiquei chocado quando tive conhecimento que as instalações deles eram aquelas.”

----- Acrescentando a **Senhora Vereadora Joana Baptista**: -----

----- “O Senhor Presidente desconhecia as atuais condições da Unidade de Saúde Pública, mas mais chocada fiquei eu e a Vereadora Teresa Bacelar juntamente com as equipas técnicas, que estiveram presentes, quando a própria equipa da ARS desconhecia as atuais condições da Unidade de Saúde Pública, desconhecer as próprias condições da família é doloroso, e é o Município em substituição da Administração Central, mais uma vez, que vai acautelar a melhoria destes equipamentos.” -----

----- O **Senhor Presidente** acrescentou: -----

----- “Agora com a transferência da Delegação de Competências da Administração Central vão ver os Centros de Saúde em estado miserável, não é o caso de Oeiras, que foram construídos pela Câmara Municipal, à exceção do de Linda-a-Velha, e com as Escolas vai acontecer o mesmo, a Administração Central não fez as obras durante anos e por milagre transferem para as Câmaras Municipais e as pessoas vão entender que as Câmaras é que têm que fazer as obras e investir milhões de euros. -----

----- É um presente envenenado.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a quinta revisão de preços, no montante de quarenta mil cento e cinquenta e nove euros, sobre as faturas já emitidas pelo empreiteiro “RESSA, Sociedade Anónima”, no âmbito da empreitada de Requalificação do Antigo Quartel dos Bombeiros de Paço de Arcos - Auditório José de Castro e Unidade de Saúde.

----- Nos termos dos artigos tricentésimo, tricentésimo quadragésimo primeiro e

tricentésimo octogésimo segundo, do Código dos Contratos Públicos.-----

-----Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei número setenta e três, de dois mil e vinte e um, de dezoito de agosto e Aviso número oito mil duzentos e quarenta e oito, de dois mil e vinte e um, publicado no Diário da República número oitenta e seis, segunda série, de quatro de maio de dois mil e vinte e um. -----

**44 - PROPOSTA Nº. 1051/22 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 683/20 - RENOVAÇÃO Nº. 146/22 - JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALGÉS, LINDA-A-VELHA E CRUZ QUEBRADA/DAFUNDO - 4º. BIMESTRE DE 2022: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a transferência de quarenta e nove mil trezentos e catorze euros e trinta e nove cêntimos, para a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, correspondente ao somatório das verbas para a remuneração das ações concretizadas durante o quarto bimestre de dois mil e vinte e dois, no âmbito do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências número seiscentos e oitenta e três, de dois mil e vinte e sua Renovação número cento e quarenta e seis, de dois mil e vinte e dois, assinados entre a C.M.O. e aquela Autarquia.-----

-----Nos termos dos artigos trigésimo terceiro, número um, alínea d), centésimo vigésimo e centésimo trigésimo primeiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -- -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de



Câmara Municipal  
de Oeiras

junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

**45 - PROPOSTA Nº. 1052/22 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 698/20 - RENOVAÇÃO Nº. 142/22 - JUNTA DE FREGUESIA DE BARCARENA - 4º BIMESTRE DE 2022: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a transferência de catorze mil quatrocentos e sessenta e nove euros e vinte e quatro cêntimos, à Junta de Freguesia de Barcarena, correspondente à remuneração das ações que esta Junta desenvolveu na sua área de jurisdição, no decorrer do quarto bimestre de dois mil e vinte e dois, no âmbito do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências número seiscentos e noventa e dois, de dois mil e vinte - renovação número cento e quarenta e dois, de dois mil e vinte e dois, assinado entre a C.M.O. e aquela Autarquia. -----

----- Nos termos dos artigos trigésimo terceiro, número um, alínea d), centésimo trigésimo primeiro e centésimo trigésimo quarto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

**46 - PROPOSTA Nº. 1053/22 - DPM - AQUISIÇÃO POR OCUPAÇÃO DE VIATURAS ABANDONADAS E DOADAS (7º. ABATE):-----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho,

Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar que se considerem adquiridos por ocupação e por doação os veículos constantes na lista junta ao processo, para posteriormente se proceder à respetiva venda à firma Bentos - Gestão de Resíduos, Limitada, revertendo o produto da venda para o Município de Oeiras. -----

-----Nos termos do artigos centésimo sexagésimo terceiro a centésimo sexagésimo oitavo, do Código da Estrada, designadamente no artigo centésimo sexagésimo quinto, números quatro e cinco, artigo trigésimo terceiro, número um, alíneas cc), dd) e rr), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e artigos milésimo tricentésimo décimo sexto e milésimo tricentésimo décimo oitavo, do Código Civil. -----

**47 - PROPOSTA Nº. 1054/22 - UPAG - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE CORTE MECÂNICO DE ERVAS EM PASSEIOS E BEIRADAS NO CONCELHO DE OEIRAS, POR LOTES: -----**

-----I - O **Senhor Vereador João Neves** referiu o seguinte:-----

-----“Estamos a favor da proposta, notamos que a proposta se refere a intervenções mecânicas, no entanto, é frequente ver tratamentos de origem química, feitos pelo Município de Oeiras, gostaria de saber em que condições esses tratamentos químicos são feitos, se com meios próprios, se ao abrigo de contratos e que químicos estão a ser utilizados nessas aplicações.-----

-----No que toca à intervenção mecânica, consideramos que os métodos utilizados se aplicam apenas a zonas pavimentadas e não podem ser estendidos a terrenos, ou seja, zonas com coberto vegetal. -----

-----O presente procedimento não respeita medidas de controle de propagação de espécies invasoras, conservação do coberto vegetal e mitigação de erosão de solo em beiradas de estradas inclinadas e este procedimento tem levado a degradação do coberto vegetal, com conseqüente





Câmara Municipal  
de Oeiras

erosão e incompactação do solo, reduzindo os serviços eco sistémicos prestados por esses espaços.”-- -----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** explicou o seguinte: -----

----- “Este procedimento é muito importante, estamos em final de novembro, o atual procedimento termina em junho do próximo ano e estamos a falar de sete meses para desenvolver um concurso público com dois lotes, com alguma envergadura. -----

----- É importante perceberem, nós temos três milhões de metros quadrados de passeios e beiradas, para intervir no nosso Concelho, temos operacionais, portanto administração direta, mas é claramente insuficiente, daí a necessidade de recorrer ao “outsourcing”, de qualquer das formas na área do ambiente, temos sempre uma política mista de atuação, não queremos ficar reféns da administração direta, mas também não queremos ficar reféns do “outsourcing”, e tenho muito orgulho de ser Vereadora do Ambiente e andar pelo Concelho de Oeiras, porque não se veem infestantes nos passeios, em momento algum, ao longo do ano, embora existam alturas críticas, entre o mês de abril e o mês de outubro, e basta ir para os Concelhos vizinhos, eu e os restantes Vereadores vamos muitas vezes ao Conselho Metropolitano, em Lisboa , que é uma zona de excelência com enorme visibilidade e é infestantes com meio metro de altura em todos os passeios, não só na Avenida da Liberdade, como em zonas de excelência em Lisboa, como é o caso do Restelo. -----

----- Oeiras prima por ter o seu território, com muito brio. -----

----- Quanto à aplicação de produtos fitofarmacêuticos, é verdade que aplicamos, temos nos esforçado nos últimos cinco anos para ver alternativas, não existem, não são eficazes, eu própria já acompanhei duas ou três empresas em vários locais no Concelho de Oeiras a aplicar produtos supostamente mais amigos do ambiente, mas o que é certo é que são muito mais caros, é inoportável o valor, e, por outro lado não resolvem, porque não são eficazes ao final de uma semana já temos ervas nos passeios. -----

-----Eu e os Serviços Técnicos fizemos essa análise minuciosa, todos os Concelhos urbanos da Área Metropolitana de Lisboa aplicam exatamente a mesma coisa que o Município de Oeiras aplica, nem mais, nem menos, não cometemos qualquer ilegalidade, até porque estamos a falar de um produto que é de venda livre no mercado, portanto, o que é que nós fazemos?-----

-----Uma aplicação alternada, entre o corte mecânico e a aplicação de produtos fitofarmacêuticos, sempre que é possível, porque sempre que há vento ou muita humidade não é possível. --- -----

-----É a realidade que existe em Oeiras e permite ter os passeios e as beiradas que temos, que muito me orgulha como Vereadora.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a adoção de um procedimento por concurso público com publicidade internacional para aquisição do serviço de corte mecânico de ervas em passeios e beiradas no Concelho de Oeiras, por lotes, em regime de fornecimento contínuo. -----

-----O preço base de um milhão seiscentos e noventa e dois mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor de seis por cento.-----

-----As peças do procedimento.-----

-----A composição do júri do procedimento e a respetiva delegação de competências. -----

-----Nos termos dos artigos trigésimo sexto, número um, trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea c) e número dois, sexagésimo sétimo, número um e sexagésimo nono, número dois, do Código dos Contratos Públicos e artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, aplicável por força do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos



Câmara Municipal  
de Oeiras

Contratos Públicos, conjugado com o artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quadragésimo quinto, número um e quadragésimo oitavo, da Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis números quarenta e oito, de dois mil e seis, de vinte e nove de agosto, trinta e cinco, de dois mil e sete, de treze de agosto, três-B, de dois mil e dez, de vinte e oito de abril, sessenta e um, de dois mil e onze, de sete de dezembro, dois, de dois mil e doze, de seis de janeiro, vinte, de dois mil e quinze, de nove de março, quarenta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e oito de dezembro, dois, de dois mil e vinte, de trinta e um de março e vinte e sete-A, de dois mil e vinte, de vinte e quatro de julho. -----

----- Após a votação saíram da sala os **Senhores Vereadores Armando Soares, Ana Filipa Laborinho e Susana Duarte**. -----

**48 - PROPOSTA Nº. 1055/22 - PCM - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E AS ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS NO ÂMBITO DA PARTILHA DE INFORMAÇÃO DAS APLICAÇÕES SIGMOS E GESCORP:** -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Nuno Neto, Carla Rocha e João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a celebração do protocolo de colaboração entre o Município de Oeiras e as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Município de Oeiras no âmbito da utilização da aplicação SIGMOS (Sistema Integrado de Gestão Municipal de Operações de Socorro) e da aplicação GESCORP (Gestão Online de Corporações de Bombeiros), e ainda o pagamento da manutenção anual das sete licenças desta última aplicação e instaladas nos Corpos de Bombeiros de Oeiras. -----

-----Nos termos do número um e da alínea j), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, alínea o) alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro com as alterações introduzidas pela Lei número sessenta e seis, de dois mil e vinte, de quatro de novembro. -----

**49 - PROPOSTA Nº. 1056/22 - PCM - COMPARTICIPAÇÃO DAS PROPINAS RELATIVA À FORMAÇÃO DOS BOMBEIROS NA UNIVERSIDADE ATLÂNTICA: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha e João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar o pagamento das propinas do Curso Superior de Gestão da Segurança e Proteção Civil relativas aos meses de julho e agosto do ano letivo de dois mil e vinte e um/dois mil e vinte e dois , e as propinas relativa aos meses de setembro a dezembro do ano letivo de dois mil e vinte e dois/dois mil e vinte e três, no valor de vinte e seis mil novecentos e vinte e oito euros.-----

-----Nos termos do artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea j) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, cujas últimas alterações foram introduzidas pela Lei número sessenta e seis, de dois mil e vinte, de quatro de novembro, e pela Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto, conjugados com o artigo segundo, número um, da Lei número trinta e dois, de dois mil e sete, de treze de agosto. -----

-----Artigo sétimo, da Lei número noventa e quatro, de dois mil e quinze, de treze de agosto. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de



Câmara Municipal  
de Oeiras

junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário. -----

----- Após a votação entraram na sala os **Senhores Vereadores Armando Soares, Ana Filipa Laborinho e Susana Duarte.** -----

**50 - PROPOSTA Nº. 1057/22 - UPGO - Pº. 2020/113-DGEP - “EXECUÇÃO DA CICLOVIA DA MEDROSA, ENTRE A ESTAÇÃO DA CP DE OEIRAS E A PRAIA DA TORRE” - RATIFICAÇÃO DO ATO DE APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES, TRABALHOS A MENOS E PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO:** -----

----- I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção do Senhor Vereador João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a ratificação do ato praticado pelo signatário, de aprovação dos trabalhos complementares no valor de duzentos e noventa e sete mil oitocentos e quarenta euros e quarenta cêntimos (acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, de seis por cento), de aprovação dos trabalhos a menos no montante de dezanove mil trezentos e vinte euros e vinte e oito cêntimos, bem como de aprovação da prorrogação do prazo de execução por mais setenta e oito dias, e que assim constituem a segunda modificação objetiva do contrato de empreitada número novecentos e dezassete, de dois mil e vinte “Execução da ciclovia da Medrosa, entre a Estação da CP de Oeiras e a Praia da Torre”. ----

----- Nos termos do artigo trigésimo quinto, número três, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

----- Artigos centésimo sexagésimo sétimo, número um, alínea c) e centésimo sexagésimo nono, do Código do Procedimento Administrativo.-----

----- II - O **Senhor Vereador João Neves** fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“Não voltaremos a aprovar propostas relativas a esta obra que foi alterada de forma muito negativa, sem a população, as associações cívicas ligadas à mobilidade em bicicleta, e a oposição terem sido ouvidas.-----

-----Recordamos que na reunião de Câmara de vinte e nove de julho votámos a favor da proposta de deliberação número setecentos e quarenta e dois, aprovação da primeira modificação objetiva do contrato de execução da ciclovia da Medrosa, após as explicações da Senhora Vereadora Joana Baptista, no pressuposto de que seriam garantidas as condições de segurança e qualidade do traçado.-----

-----Ora, esse pressuposto não se confirma, tendo a ciclovia um traçado de má qualidade e perigoso para quem a utilizar. Quando finalmente, em outubro, nos enviaram os desenhos que tínhamos pedido em julho, após a alteração do projeto inicial, o que vimos é demonstrativo da ausência de uma política de mobilidade ativa consequente e consciente.-----

-----A ciclovia fica com oito atravessamentos desnecessários, e um traçado disfuncional e muito perigoso, que aumenta a exposição dos utilizadores ao risco rodoviário, particularmente nos quinhentos e trinta metros entre a rotunda da Avenida Francisco Lucas Pires com a Estrada da Medrosa e a Rua Engenheiro Guilherme Gomes dos Santos e a Rua da Fundação de Oeiras.---

-----Fazer ciclovias sem condições de segurança, e sem ter um plano de mobilidade sustentável que oriente uma rede integrada, só para se dizer que o Município está a fazer infraestruturas para a mobilidade ativa, não é admissível.-----

-----É por isso que a utilização do automóvel continua a aumentar, com todas as consequências negativas para a saúde pública e para o agravamento da crise climática.”-----

**51 - PROPOSTA Nº. 1058/22 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA DR. NUNO SIMÕES, Nº. 9, 3º. DTO. NO BAIRRO PÁTEO DOS CAVALEIROS: -----**

-----I -O Senhor Vereador João Neves referiu o seguinte:-----

-----“O voto será favorável, mas verificamos nas propostas de atribuição de habitação



Câmara Municipal  
de Oeiras

social, nestas mais recentes, que a justificação da tipologia e a composição do agregado familiar já não consta na própria proposta de deliberação, como constava anteriormente, eventualmente por mudanças de natureza orgânica, e achamos importante constar. -----

----- Está na informação anexa, não se contesta isso, mas achamos que é importante manter como antes na proposta que é apresentada à Câmara, a justificação desse racional entre a tipologia e o agregado familiar.”-----

----- O **Senhor Presidente** respondeu: -----

----- “Não vejo inconveniente que se coloque isso na proposta.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição da fração T Três, situada no Bairro Páteo dos Cavaleiros, Rua Doutor Nuno Simões, número nove, terceiro direito, no Bairro Páteo dos Cavaleiros. -----

----- A fixação da renda mensal em sessenta e oito euros e noventa e oito cêntimos, a partir de novembro de dois mil e vinte e dois. -----

----- A elaboração de contrato administrativo de arrendamento apoiado. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e nove-B, de dois mil e vinte e um, de sete de dezembro.-----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

**52 - PROPOSTA Nº. 1059/22 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA DR. ALBERTO PINHEIRO TORRES, Nº. 7, 1º. ESQ., NO BAIRRO PÁTEO DOS CAVALEIROS: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor

Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição da habitação T Três, situada na Rua Doutor Alberto Pinheiro Torres, número sete, primeiro esquerdo, no empreendimento municipal Pátio dos Cavaleiros. -----

-----A elaboração de novo contrato de arrendamento apoiado. -----

-----A atualização do valor de renda para cento e sessenta e nove euros e trinta e oito cêntimos. -- -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e nove-B, de dois mil e vinte e um, de sete de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

**53 - PROPOSTA Nº. 1060/22 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NO LARGO ÁLVARO PINHEIRO RODRIGUES, Nº. 14, R/C D, NO BAIRRO ALTO DOS BARRINHOS:-----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição condicional da fração T Três, situada no Largo Álvaro Pinheiro Rodrigues, número catorze, rés-do-chão D, Alto dos Barrinhos, condicionada à existência de fogo adequado ao seu reajustamento (T Um). -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e nove-B, de dois mil e vinte e um, de sete de dezembro. -----





Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

**54 - PROPOSTA Nº. 1061/22 - DGSH - VENDA DE HABITAÇÃO MUNICIPAL SITA NA RUA SOUSA TAVARES, Nº. 7, 3º. DTO., BAIRRO DO POMBAL, EM OEIRAS: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a compra e venda da habitação municipal T Dois, sita na Rua Sousa Tavares, número sete, terceiro direito, Bairro do Pombal, em Oeiras, pelo preço de cinquenta e oito mil seiscientos e vinte e três euros e quarenta e oito cêntimos.-----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e nove-B, de dois mil e vinte e um, de sete de dezembro.-----

**55 - PROPOSTA Nº. 1062/22 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA AV. DOS CAVALEIROS, Nº. 20, R/C B, NO BAIRRO OUTURELA/PORTELA: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição da habitação T Dois, situada na Avenida dos Cavaleiros, número vinte, rés-do-chão B, no empreendimento municipal da Outurela/Portela.-----

----- A elaboração de novo contrato de arrendamento apoiado.-----

----- A manutenção da renda mensal no valor mínimo-----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta

e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e nove-B, de dois mil e vinte e um, de sete de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

**56 - PROPOSTA Nº. 1063/22 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ACECOA - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DOS CONCELHOS DE OEIRAS E AMADORA PARA OFERTA DE CABAZES DE NATAL ÀS FAMÍLIAS ARRENDATÁRIAS MUNICIPAIS: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição da comparticipação financeira, no montante de cento e treze mil e trezentos euros, à ACECOA - Associação Comercial e Empresarial dos Concelhos de Oeiras e Amadora, para aquisição de produtos, embalamento e transporte de três mil e quinhentos cabazes de Natal para oferta às famílias residentes no parque habitacional da CMO.-----

-----O compromisso do Município em:-----

-----Proceder à monitorização e avaliação do apoio concedido, designadamente verificando da correta aplicação da verba. -----

-----Que a não aplicação, no todo ou em parte, da comparticipação financeira aprovada, concede ao Município, o direito de revogar o apoio concedido. -----

-----A minuta do termo de aceitação. -----

-----Nos termos das alínea h) e i), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Decreto-Lei número quatrocentos e trinta e três, de noventa e nove, de vinte e seis de outubro, na redação da Lei número cento e dezanove, de dois mil e dezanove, de dezoito de setembro. -----

**57 - PROPOSTA Nº. 1064/22 - DGSH - MEDIDA DE PROTEÇÃO ÀS FAMÍLIAS - ATUALIZAÇÃO GERAL DE RENDAS EM REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO:-----**

----- I -A **Senhora Vereadora Carla Rocha** referiu o seguinte:-----

----- “Aquando da atualização das rendas que normalmente se faz no final do ano, percebemos que setenta e três por cento das nossas famílias iriam ter um aumento das rendas, então entendeu-se não fazer esse aumento, mas também percebemos que dezanove por cento das família, com a atualização, iriam pagar menos, então, mais do que não aumentarmos, nós vamos atualizar as que iam diminuir, por isso, é uma dupla função, que não é aumentar quem ia pagar mais e atualizar quem vai pagar menos.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atualização dos valores de renda a partir de um de janeiro de dois mil e vinte e três, como medida de proteção às famílias, apenas para os agregados familiares em que o valor de renda desce. -----

----- Manter as restantes rendas nos valores atualmente aplicados. -----

----- Nos termos do artigo vigésimo terceiro, número um, da Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil

e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

**58 - PROPOSTA Nº. 1065/22 - DTGE - PEDIDO DE APOIO PARA A REALIZAÇÃO DO CONGRESSO EUROPEU NOVA GASTRONOMIA: -----**

-----I - O **Senhor Vereador João Neves** referiu o seguinte:-----

-----“O meu voto será contra e olhando para as meritórias propostas que aqui estão e o valor que elas têm, fez-nos, a mim, enquanto novo e ao Grupo Político Evoluir Oeiras, pensar nesta despesa de cinquenta mil euros, que vem dois dias antes do evento, que se realizará dentro de poucas horas, já nem sequer serão dois dias, se lá formos agora já estará a ser trabalhado este evento, um evento que será fechado ao público, terá cerca de cem participantes e olhando para outras despesas meritórias e muito mais pequenas, faz-me confusão esta verba para este evento tão circunscrito.”-----

-----A **doutora Eduarda Oliveira** explicou o seguinte: -----

-----“O atraso tem a ver com a demora da entrega de alguns documentos por parte da organização, mas foi sempre acompanhado e o programa foi sempre trabalhado em paralelo. -----

-----Relativamente às pessoas que vão estar no evento já aumentou e os trezentos lugares vão ser ocupados com escolas de hotelaria que estão diretamente relacionadas com esta área da gastronomia, a estimativa inicial foi trabalhada de forma a completar o Auditório na sua totalidade, há custos acrescidos com esses acréscimos, mas foram todos salvaguardados pela organização do evento, a questão da programação também foi sendo fechada ao longo do tempo, porque houve contactos internacionais, daí o montante envolvido, implica viagens, acolhimento das pessoas em hotelaria do Concelho. -----

-----O valor tem a ver com o facto de ser um evento internacional e tem um “streaming” associado e tem aqui outros custos que normalmente não estarão envolvidos num Congresso a nível nacional. -----

-----Há realmente, este facto de haver aqui um percalço a nível temporal, mas que foi



Câmara Municipal  
de Oeiras

sendo acompanhado e validado por todas as entidades, naturalmente.” -----

----- O **Senhor Presidente** acrescentou: -----

----- “Há outras decorrências deste evento ele não aparece isolado. Insere-se num contexto de criação de um “Hub” gastronómica no Concelho, designadamente com a instalação de uma área de ensino ligada a uma Universidade de referência que se irá instalar na Flor da Murta. -----

----- Isto tem outras dimensões.” -----

----- O Senhor Vereador Pedro Patacho referiu o seguinte: -----

----- “Em primeiro lugar relativamente ao comentário do Senhor Vereador João Neves, dizer-lhe que percebo inteiramente aquilo que diz, mas não posso concordar, por uma razão que o Senhor Vereador também me acompanhará certamente. -----

----- Uma comparação, parte do princípio, que estamos a comparar duas coisas que têm características que são comparáveis e quando me diz que olha para as propostas de deliberação e vê muita coisa, pois vê muita coisa diferente, mas é má prática estarmos a comparar coisas que não são comparáveis. -----

----- Em segundo lugar, sobre o que o Senhor Presidente estava a referir, referir-me ao contexto mais abrangente em que um congresso desta natureza surge, o único CO-Lab de que foi aprovado no País pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, para a Investigação e Desenvolvimento na Área da Gastronomia foi o CO-Lab apresentado pela Universidade Nova de Lisboa e que tem estado em conversações com o Município de Oeiras para instalação no nosso Concelho do Hub Gastronómico e esse Hub Gastronómico tem por detrás esse CO-Lab, como o Senhor Vereador, provavelmente, sabe, financia essencialmente recursos humanos, altamente qualificados que vão trabalhar na investigação e desenvolvimento nessa área e vai ser instalada parceria com a Escola de Turismo e Hotelaria do Estoril e será no País e na região um polo de investigação e desenvolvimento de referência, na área da gastronomia, que terá associado um ciclo de estudos de terceiro nível, portanto, do nível de doutoramento nessa área. -----

-----É uma grande aposta da Universidade Nova de Lisboa no desenvolvimento do conhecimento dessa área e não podemos ignorar que Oeiras já tem, particularmente em Paço de Arcos, mas não só, uma importante rede de restauração de elevadíssimo prestígio, elevadíssimo nível e que na nossa candidatura a Capital Europeia da Cultura, esta questão do turismo gastronómico do desenvolvimento da nossa gastronomia e de investigação nesta área era uma âncora muito importante da candidatura e que o Senhor Presidente da Câmara publicamente sempre afirmou que, apesar de não termos sido selecionados para as fases seguintes que o programa da candidatura, a Capital Europeia da Cultura ia prosseguir o seu desenvolvimento, portanto, nós estamos a fazer, nada mais nada menos do que dar seguimento àquilo que foi o compromisso político assumido com os cidadãos e assumido através do programa eleitoral que aqui apresentámos em que este eixo do desenvolvimento era um eixo importante.” -----

-----O **Senhor Vereador João Neves** observou o seguinte: -----

-----“Gostaria de agradecer os esclarecimentos prestados e dar nota que é difícil, quando olhamos para a proposta, para a entidade que organiza que se intitula Comunidade Europeia ou coisa que o valha, mas que são três países: Portugal, Espanha e Polónia, aliás, o primeiro Congresso que se fez desta natureza, o evento anterior a este, foi em Cracóvia, na Polónia, em dois mil e dezanove, antes da pandemia, portanto, não conseguimos ver, de facto, essa dimensão que lhe quer atribuir, sem prejudicar as outras iniciativas de que fala e que cá estaremos para as ver concretizadas, mas, de facto, não conseguimos criar essa associação face a um custo, que, em termos absolutos, e percebo a sua observação sobre a comparação, mas em termos absolutos tem, de facto, um peso relevante.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra do Senhor Vereador João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição



Câmara Municipal  
de Oeiras

de comparticipação financeira no valor cinquenta mil euros, à Associação Comunidade Europeia da Nova Gastronomia, destinada a apoiar a organização e realização do Congresso Nova Gastronomia, a realizar no dia vinte e cinco de novembro, no Taguspark, em Oeiras. -----

----- Apoiar logisticamente o congresso de acordo com o solicitado.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas e) e f), trigésimo terceiro, número um, alíneas o), u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo, que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de trinta e um de agosto. - -----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números.um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- III - O **Senhor Vereador João Neves** fez a seguinte declaração de voto; -----

----- “O Grupo Político Evoluir Oeiras não vota favoravelmente uma proposta que solicita

a comparticipação financeira avultada, de cinquenta mil euros, para um evento privado de apenas um dia, de portas fechadas à população de Oeiras. -----

-----Trata-se de um evento a realizar a menos de quarenta e oito horas da reunião de Câmara e que, pelo valor avultado, nos faz questionar quais serão as mais valias que traz à população do Concelho, numa época de crise económica. As opções de gasto de dinheiros públicos devem ser sempre criteriosamente avaliadas e esta não nos parece que faça sentido.” ----

**59 - PROPOSTA Nº. 1066/22 - DD - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A DIVERSAS ENTIDADES PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE GERONTOMOTRICIDADE, NO ÂMBITO DO PROGRAMA FIT SÉNIOR - ÉPOCA 2022-2023:**

-----Nesta votação não participou o **Senhor Vereador Armando Soares** devido a ausência momentânea. -----

-----I - O **Senhor Vereador João Neves** referiu o seguinte: -----

-----“Voto favoravelmente, mas queria dar nota nesta proposta e noutras que possa por economia de tempo referir já, que notámos pelo menos até minutos antes de abrir esta reunião, que faltava alguma documentação, que é obrigatória para as votarmos, neste caso, faltam os documentos da Autoridade Tributária, da Segurança Social e do Registo Central do Ministério Efetivo e, portanto, não pode ser votada e este apoio ser aprovado sem essa documentação. -----

-----Posso já fazer referência, como dizia, por economia de tempo a mais duas propostas que também estão nesta circunstância -----

-----Portanto, esta é a mil e sessenta e seis , a proposta mil e setenta, que falta a declaração de não dívida à Segurança Social, o que ali está é apenas uma autorização de consulta, que obviamente só será consultável pelos Serviços do Município e não por quem tem que votar essa proposta e também o mesmo sucede na mil e setenta e quatro, que está lá uma declaração de não dívida à Segurança Social mas fora de prazo, vi que entretanto chegaram mais alguns documentos ao Salão Nobre Digital, mas até dez minutos antes da reunião começar não





Câmara Municipal  
de Oeiras

estavam.” - .....

----- O **Senhor Vereador Pedro Patacho** esclareceu o seguinte.-----

----- “Relativamente à proposta que é da minha responsabilidade, que é a proposta que estamos a votar, está expresso na proposta de deliberação que uma vez que não foi possível até à presente data anexar à proposta a documentação das entidades aqui contempladas, a transferência do montante que irá ser aprovado, fica condicionada até confirmação da situação tributária e contributiva de cada entidade e envio do RCBE e, portanto, a proposta é votada, mas fica condicionada a execução à apresentação da documentação, isto pode acontecer quando se trata de muitas entidades, os Senhores já votaram aqui a atribuição dos apoios ao associativismo desportivo, à sua atividade regular, que são dezenas e dezenas de coletividades e isto também frequentemente acontece e aí nós temos duas opções: ou travamos a proposta e prejudicamos os cumpridores em favor dos faltosos ou aprovamos a proposta condicionalmente e não é executado o valor enquanto não for apresentada a documentação que é o que normalmente se faz.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de participações financeiras às seguintes entidades parceiras no Programa Fit Sénior, pelas atividades desenvolvidas nas suas instalações e apoio às atividades letivas, durante a época dois mil e vinte e dois/dois mil e vinte e três, num montante global de cinquenta e dois mil e oitenta euros:-----

----- Sociedade de Educação e Recreio “Os Unidos de Leceia” - cinco mil e quatrocentos euros;-----

----- Clube Carnaxide Cultura e Desporto - dois mil e quatrocentos euros;-----

----- Associação Humanitária de Bombeiros de Linda-a-Pastora - seiscentos euros;-----

-----Faculdade de Motricidade Humana - três mil euros; -----  
-----União Recreativa do Dafundo - mil e oitocentos euros; -----  
-----Cooperativa de Habitação Económica Nova Morada - mil e duzentos euros; -----  
-----Centro Comunitário e Paroquial Nossa Senhora das Dores - seiscentos euros; -----  
-----Clube Recreativo Leões de Porto Salvo - três mil e seiscentos euros; -----  
-----Liga dos Melhoramentos e Recreios de Algés - seiscentos euros; -----  
-----Sport Algés e Dafundo - vinte e três mil cento e oitenta euros; -----  
-----Associação Letras e Baloiços - oito mil e quinhentos euros; -----  
-----Grupo Cultural de Vila Fria - mil e duzentos euros.-----

-----Nos termos do artigo vigésimo terceiro, número dois, alínea f), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com os artigos quinto, número dois e sexto, número dois, alínea b), da Lei número cinco, de dois mil e sete, de dezasseis de janeiro. -

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, alínea e), do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos. ----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

**60 - PROPOSTA Nº. 1067/22 - DAEGA - ANÁLISE DE CANDIDATURAS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO DE TRANSPORTE ESCOLAR - ANO LETIVO 2022-2023: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a análise das



Câmara Municipal  
de Oeiras

candidaturas ao subsídio de transporte escolar dos alunos, nos seguintes termos: -----

----- Alunos beneficiados a cem por cento do valor do título, cuja candidatura foi submetida na primeira fase - atribuição de títulos de transporte entre os meses de outubro de dois mil e vinte e dois e junho dois mil e vinte e três e cinquenta por cento do valor do título de transporte referente ao mês de setembro dois mil e vinte e dois.-----

----- Alunos beneficiados a cem por cento do valor do título, cuja candidatura foi submetida na segunda fase - atribuição de títulos de transporte entre os meses de outubro de dois mil e vinte e dois e junho dois mil e vinte e três.-----

----- O cabimento do valor de cento e quatro mil quinhentos e trinta euros, para pagamento dos meses de setembro a dezembro de dois mil e vinte e dois, do subsídio de transporte escolar aos alunos beneficiários, devendo, mensalmente, o Departamento de Educação/Divisão de Apoio às Escolas e Gestão Administrativa (DE/DAEGA), enviar à DGF, a listagem com as quantias exatas a transferir para cada Encarregado de Educação. -----

----- O valor global de cento e oitenta e seis mil cento e oitenta euros, para pagamento, de janeiro a junho dois mil e vinte e três, do subsídio de transporte escolar aos alunos beneficiários, devendo mensalmente o DE/DAEGA, enviar à DGF, a listagem com as quantias exatas a transferir para cada Encarregado de Educação. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea d) e trigésimo terceiro, número um, alínea gg), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugados com os artigos primeiro e segundo, do Decreto-Lei número duzentos e noventa e nove, de oitenta e quatro, de cinco de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

**61 - PROPOSTA Nº. 1068/22 - DE - APROVAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO**

**DE OEIRAS:**-----

-----I - A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** referiu o seguinte: -----

-----“Eu já percebi que vai haver uma apresentação, mas gostaria de pedir para adiarmos a votação da proposta para a próxima reunião.”-----

-----O **Senhor Vereador João Neves** disse o seguinte: -----

-----“É o mesmo pedido, porque, de facto, é uma documentação muito extensa, que foi trazida há muito pouco tempo e numa reunião como já percebi até pelos participantes que é mais pesada do que as habituais, no entanto, temos algumas questões para apresentar.”-----

-----A **Senhora Vereadora Susana Duarte** referiu o seguinte:-----

-----“O PSD também ia fazer o mesmo pedido até porque recebemos na segunda-feira da parte da tarde não houve a possibilidade de ler as quatrocentas páginas.”-----

-----O **Senhor Vereador Pedro Patacho** salientou o seguinte: -----

-----“Então a apresentação faz-se só na altura da votação, acho que é melhor, é recomendável.”-----

-----O **Senhor Presidente** concluiu: -----

-----“A proposta fica adiada e a discussão e a apresentação, fica para a próxima reunião.”

-----II - Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

**62 - PROPOSTA Nº. 1069/22 - UJ - DESCABIMENTO DE COMPROMISSO ORÇAMENTAL DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 1153/2021, DE 22 DE DEZEMBRO:** -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a revogação parcial da proposta de deliberação número mil cento e cinquenta e três, de dois mil e vinte e um, no que



Câmara Municipal  
de Oeiras

se refere ao apoio a conceder à Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico, e a respetiva redução do cabimento efetuado nessa proposta de deliberação, no montante global de mil setecentos e noventa euros. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea d), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o artigo centésimo septuagésimo terceiro, número um, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

----- Artigos centésimo sexagésimo quinto, número um, centésimo sexagésimo sétimo, números dois, alíneas b) e c), três e quatro, e centésimo sexagésimo nono a centésimo septuagésimo primeiro, do Código do Procedimento Administrativo. -----

**63 - PROPOSTA Nº. 1070/22 - EPEOCT 2020/2025 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO INSTITUTO DE TELECOMUNICAÇÕES (IT), NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA OEIRAS CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2020-2025:** -----

----- I - O **Senhor Vice-Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Esta é a outra proposta que falta documentação.-----

----- Verdadeiramente não há problema, porque nós podemos aprovar hoje e a data de validade terminar amanhã e o pagamento só ser feito na próxima semana e quando se for pagar tem que ter a declaração em dia, antes do pagamento, na Divisão Financeira, tem que se “checar”, porque quem manda pagar, no caso concreto, eu próprio, se não tiver o documento anexo não se paga.”-----

----- O **Senhor Vereador João Neves** atalhou:-----

----- “Eu entendo isso, essa é a responsabilidade de quem manda pagar e de quem confere a documentação, têm esse dever de responsabilidade, mas também quem tem que votar também não fica isento desse dever.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do

Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de subsídio no montante de três mil euros, ao Instituto de Telecomunicações (IT), cujas finalidades se enquadram no Eixo Um - Ciência, Educação e Sociedade, inserido na Estratégia Oeiras Ciência e Tecnologia - EOCT dois mil e vinte-dois mil e vinte e cinco.-----

-----A minuta de termo de aceitação. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas d), e) e m), e trigésimo terceiro, número um, alíneas u) e ff), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, e dos artigos sétimo e oitavo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

-----Artigos centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de trinta e um de agosto.-- -----

**64 - PROPOSTA Nº. 1071/22 - DP - BAIRRO 18 DE MAIO, EM OUTURELA/PORTELA - CONSTITUIÇÃO DE LOTES - ADITAMENTO: -----**

-----I - O **Senhor Presidente** atalhou: -----

-----“Finalmente. É preciso não ficar por aqui. Só vos vou dar os parabéns quando vocês



Câmara Municipal  
de Oeiras

resolverem o problema do Centro Comercial do Bairro Joaquim Matias, J. Pimenta, eu já dei orientações à doutora Verónica, Diretora do Gabinete Jurídico. Vamos apresentar uma ação de expropriação contra o Estado, contra as Finanças, contra a Segurança, neste momento, o maior proprietário é a Câmara, a seguir à Câmara deve ser as Finanças e a Segurança Social. -----

----- Trata-se do antigo Centro Comercial, no Bairro Joaquim Matias, J. Pimenta e que nunca chegou a funcionar. Deixaram de pagar impostos, mas como pagavam o IMI ofereceram as lojas à Câmara, outras a Câmara comprou, mas as do Estado não conseguimos comprar, porque querem vender pelo preço da dívida.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a alteração da composição dos prédios rústicos que integram o perímetro do Bairro Dezoito de Maio, em Carnaxide, que altera e integra as seguintes áreas: -----

----- Zona A um: -----

----- Artigo dez mil cento e noventa e sete, atual artigo quatro mil cento e quarenta e quatro, da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas de treze mil oitocentos e vinte e um vírgula noventa metros quadrados para dez mil seiscentos e noventa e quatro vírgula noventa metros quadrados.-----

----- Integração da área de três mil cento e vinte e sete metros quadrados, correspondente a parte do artigo trezentos e sessenta e cinco, secção trinta e sete, da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas.-----

----- Zona A quatro: -----

----- Artigo dez mil cento e noventa e sete, atual artigo quatro mil cento e quarenta e quatro, da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas de dois mil novecentos e três vírgula

noventa metros quadrados para dois mil oitocentos e sessenta e quatro vírgula cinquenta metros quadrados.- -----

-----Integração da área de trinta e nove vírgula quarenta metros quadrados, correspondente a parte do artigo trezentos e sessenta e cinco, secção trinta e sete, da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas. -----

-----Nos termos dos artigos centésimo e centésimo primeiro, do Código do Notariado.----

**65 - PROPOSTA Nº. 1072/22 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FÁBRICA DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DA EDIÇÃO DE 2022 DA FESTA DE SANTA CATARINA: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição da comparticipação financeira, à Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição da Outurela, no montante de mil e quinhentos euros, para apoio à realização da Festa de Santa Catarina.-----

-----A minuta de termo de aceitação. -----

-----Nos termos da alínea h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um junho.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Decreto-Lei número quatrocentos e trinta e três, de noventa e nove, de vinte e seis de outubro e artigo centésimo nonagésimo oitavo,





Câmara Municipal  
de Oeiras

do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para a alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

**66 - PROPOSTA Nº. 1073/22 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA APOIO À DESLOCAÇÃO EM SERVIÇO DE TRANSPORTE DE TÁXI PARA O CENTRO DE VACINAÇÃO DE CARNAXIDE:-----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de participação financeira às entidades abaixo discriminadas, no montante global de quarenta e seis mil setecentos e trinta e um euros e noventa e seis cêntimos, distribuídas da seguinte forma: -

----- À Cooperativa de Rádio Táxis Alto da Barra, o montante de trinta e dois mil novecentos e treze euros e sessenta e seis cêntimos;-----

----- À Multitáxis - Cooperativa de Rádio Táxis de Oeiras, o montante de treze mil oitocentos e dezoito euros e trinta cêntimos.-----

----- A minuta de termo de aceitação.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.---

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de

fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos.----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.- -----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

-----Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

**67 - PROPOSTA Nº. 1074/22 - DCS - FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL - REFORÇO DE VERBAS A ENTIDADES PARCEIRAS: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira às entidades abaixo discriminadas, no montante global de cento e noventa e oito mil euros:-----

-----Entidades - Montante:-----

-----Centro Social Paroquial Cristo Rei de Algés - dezassete mil euros; -----

-----Centro Social e Paroquial de Barcarena - dezasseis mil euros; -----

-----APOIO - Centro de Solidariedade Social - vinte e oito mil euros; -----

-----Centro Social Paroquial Senhor Jesus dos Aflitos - oito mil euros;-----

-----Centro Social Paroquial Nossa Senhora do Cabo - treze mil euros -----

-----Centro Social e Paroquial São Julião da Barra - quarenta mil euros; -----

-----Núcleo de Instrução e Beneficência - vinte e sete mil euros; -----

-----Centro Comunitário Paroquial Nossa Senhora das Dores - quinze mil euros;-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Centro Social e Paroquial Nossa Senhora de Porto Salvo - dezassete mil euros; -----

----- Centro Social Paroquial São Miguel de Queijas - dezassete mil euros.-----

----- O compromisso do Município em: -----

----- Proceder à monitorização e avaliação do apoio concedido, designadamente verificando da correta aplicação da verba.-----

----- A não aplicação, no todo ou em parte, da comparticipação financeira aprovada, concede ao Município, o direito de revogar o apoio concedido. -----

----- A minuta de termo de aceitação.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.---

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos. ----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

**68 - PROPOSTA Nº. 1075/22 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À LIGA DOS AMIGOS DO HOSPITAL DE SÃO FRANCISCO XAVIER: -----**

----- I – A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** perguntou o seguinte: -----

----- “Qual a necessidade de assinar um termo de aceitação? -----

----- Esclarecendo a **Senhora Vereadora Joana Baptista**:-----

----- “Para atribuição de comparticipações financeiras é sempre obrigatório que todas as

entidades assinem este termo de aceitação para receberem o dinheiro.”-----

-----Acrescentando o **Senhor Vice-Presidente:** -----

-----“Mesmo na cooperação descentralizada têm que entregar uma fatura proforma que justifique a transferência da verba.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no valor global de sete mil e duzentos euros, à Liga dos Amigos do Hospital de São Francisco Xavier, para o apoio à manutenção das suas atividades.- -----

-----A minuta de termo de aceitação. -----

-----Nos termos da alínea h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas u) e v), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um junho.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário.- -----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para a alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números



Câmara Municipal  
de Oeiras

um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

**69 - PROPOSTA Nº. 1076/22 - DCS - REVOGAÇÃO PARCIAL DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 496/2022 - REVOGAÇÃO DA COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE OEIRAS E SÃO JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS - DESCABIMENTAÇÃO DE COMPROMISSO ORÇAMENTAL: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a revogação parcial da proposta de deliberação número quatrocentos e noventa e seis, de dois mil e vinte e dois, na parte referente à atribuição de uma comparticipação à Junta de Freguesia União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, no valor de quinze mil euros. -----

----- A descabimentação da verba supra identificada no valor de quinze mil euros. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea d), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o artigo centésimo septuagésimo terceiro, número um, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

----- Artigo centésimo sexagésimo quinto, número um, artigo centésimo sexagésimo nono, número um, artigo centésimo septuagésimo, número um, do Código do Procedimento Administrativo. -----

**70 - PROPOSTA Nº. 1077/22 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ENTIDADES DE ÂMBITO SOCIAL E SAÚDE - ARIA, AJUDE, ASSOCIAÇÃO BYP, CENTRO**

**COMUNITÁRIO E PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES, ACADEMIA DOS CHAMPS E ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO 25 ABRIL, PARA APOIO À MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES - 2022:-----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição da comparticipação financeira, no montante global de dezassete mil e novecentos euros, às seis entidades abaixo discriminadas , para apoio à manutenção das suas atividades: -----

-----Entidade - Valor: -----

-----Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu Portugal - mil e oitocentos euros;-----

-----Ajude - Associação Juvenil para o Desenvolvimento - dois mil e oitocentos euros;---

-----ARIA - Associação de Reabilitação e Integração Ajuda - seis mil euros;-----

-----Centro Comunitário e Paroquial de Nossa Senhora das Dores - mil euros -----

-----Academia dos Champs - Associação - mil e oitocentos euros; -----

-----Associação de Moradores do Bairro Vinte e Cinco de Abril - quatro mil e quinhentos euros. -----

-----O compromisso do Município em:-----

-----Proceder à monitorização e avaliação do apoio concedido, designadamente verificando da correta aplicação da verba. -----

-----A não aplicação, no todo ou em parte, da comparticipação financeira aprovada, concede ao Município, o direito de revogar o apoio concedido. -----

-----A minuta de termo de aceitação. -----

-----Nos termos da alínea h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas u) e v), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e



Câmara Municipal  
de Oeiras

treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um junho. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Decreto-Lei número quatrocentos e trinta e três, de noventa e nove, de vinte e seis de outubro. -----

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para a alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

**71 - PROPOSTA Nº. 1078/22 - DRU - DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE CARNAXIDE: -----**

----- I - Sobre a proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Carnaxide o **arquitecto Pedro Carrilho** fez uma apresentação em “Power Point”, a qual fica inserida no Salão Nobre Digital e disse o seguinte: -----

----- “Esta ARU de Carnaxide já foi aqui apresentada, assim como, na Assembleia Municipal, só veio agora de novo porque havia questões levantadas se a área é maior ou menor, a mesma coincide com o centro histórico. -----

----- Eu disse que a área era igual, mas há uma ligeira diferença que eu gostava de apresentar para confirmarmos que é, efetivamente, ligeira. -----

----- Estas são as outras que já viram, é a de Porto Salvo que está em ARU, a de Barcarena que foi hoje apresentada e a de Carnaxide que está em ARU, penso que estes aspetos já foram

todos apresentados e todos já estão conscientes do que são as isenções, do que é e não é o IVA.--

-----O aspeto que me interessa mais esclarecer para que não fiquem quaisquer dúvidas, a lei é a mesma, tenta-se cumprir com tudo. -----

-----Anteriormente, o centro histórico com o Plano de Salvaguarda não contemplava esta zona. -----

-----É preciso esclarecer que o que se está a aprovar é a ARU, que resulta das anteriores terem caducado, não há necessidade nenhuma de fazer qualquer comparação entre os limites de uma e de outra, mas também não há nada a esconder, isto são as operações que lá vamos fazendo. --- -----

-----Este bocadinho aqui que está a amarelo é que foi o acrescento e porquê?-----

-----Com toda a frontalidade, estas coisas vão-se desenvolvendo e nós na Câmara cada vez que fazemos um projeto ou um plano de qualquer coisa é natural que se verificarmos que há coisas que podem ficar melhores devemos fazer, se não fizermos somos qualquer coisa de menos bom.-----

-----Achou-se que aqueles edifícios que aqui estão e que são a Quinta da Fonte, a Casa Gabri e uma outra casa, aliás, foi lido hoje pelo Senhor Presidente logo no início.-----

-----O que se achou por bem era incluir aquilo e porquê?-----

-----São duas quintas que estão classificadas no plano de salvaguarda e uma das orientações de quem fez a lei era exatamente incluir ou edifícios classificados ou áreas em centros históricos ou áreas a reabilitar, o técnico que delimitou isto novamente achou por bem que era de incluir aquilo que poderia ter sido incluído já há mais anos, ou não, são essas três casas que há aí. -----

-----Em termos de áreas, só para justificar, eram quinze hectares e ficaram doze hectares.

-----Podíamos dizer assim, a ARU anterior tinha dez hectares e agora tem trinta hectares, aí podia-se dizer, então porque é que mudaram, também não há problema nenhum, porque as





Câmara Municipal  
de Oeiras

-----  
----- pessoas estão cá para pensar, têm é que se justificar. -----

----- Neste caso, não me parece, tenho a certeza, não há nada de muito especial, tal como por exemplo, esta zona aqui também foi retirada, porque não se justificava, é uma zona onde há prédios, é um condomínio, não tem sentido criarmos uma ARU para reabilitar um condomínio, há que retirar. -----

----- Houve um deputado da Assembleia Municipal que disse: então, mas se retiraram aquela porque é que não retiraram um outro condomínio que há aqui pelo meio, isto tem que ter alguma coerência, não podemos fazer um limite e deixar uns buracos onde estão coisas novas, tem que ser pelos limites físicos e qualquer coisa com alguma coerência. -----

----- Não é por ser da autoria deste Serviço ou não, claro que se houver coisas que estejam mal também concordarei e farei, não há nada de extraordinário, se alguém tem dúvidas é este bocadinho aqui que se achou por bem acrescentar, não entra em conflito nenhum, a estrada passa por aqui e fecha a malha, acho que é correto, mas surgiram uma série de dúvidas sobre isto, mas por falta nossa com certeza, porque não soubemos esclarecer, mas estou disponível para qualquer pergunta para que isto fique claro e com toda a certeza.” -----

----- O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “O arquiteto Pedro Carrilho tem uma grande qualidade, porque fala como se todos nós estivéssemos perfeitamente dentro do assunto, como se não estivesse a dar novidade nenhuma, há coisas que as pessoas não sabem. -----

----- A Quinta da Fonte é aquele edifício, aquele chalé que está a seguir à igreja do lado esquerdo.” -----

----- O **arquiteto Pedro Carrilho** esclareceu: -----

----- “Sim, é aquela do lado esquerdo, é a que foi recuperada.” -----

----- O **Senhor Presidente** perguntou: -----

----- “A Quinta do Morval já não tem nada a ver com isso?” -----

-----Respondendo o **arquiteto Pedro Carrilho**:-----

-----“Não, não tem.”-----

-----Inquirindo o **Senhor Presidente**:-----

-----“E a Quinta da Casa Branca?-----

-----Esta fica cá em baixo.-----

-----E está abrangida?”-----

-----Dizendo o arquiteto **Pedro Carrilho**:-----

-----“Sempre esteve.”-----

-----Volvendo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Eles aí podem fazer as obras, porque não podem ser só eles a lucrar com aquelas isenções todas, também podem dar algum contributo na recuperação daquelas muralhas, do jardim, eventualmente do edifício, o objetivo é esse, os privados beneficiam, mas o Município também tem que beneficiar.-----

-----Havia uma dúvida, sobre esses dois edifícios que estão aí que, na altura, não estavam na primeira ARU e que ficou depois”-----

-----O **arquiteto Pedro Carrilho** esclareceu-----

-----“Esta não estava e eu com à vontade disse: isto é a mesma área, porque efetivamente para mim sobre o ponto de vista técnico é a mesma área, mas realmente não é exatamente a mesma área.”-----

-----Atalhando o **Senhor Presidente**:-----

-----Ok, está tudo esclarecido, acabou de dizer a palavra sagrada, não é a mesma área, está resolvido e esclarecida a situação.”-----

-----A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** disse:-----

-----“Quero agradecer ao arquiteto Pedro Carrilho por ter feito esta apresentação e pedia que ela também fosse disponibilizada.”-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Dizendo a **Senhora Coordenadora do Apoio aos Órgãos**:-----

----- “Já está disponibilizada no Salão Nobre Digital.” -----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho**:-----

----- “Agradeço.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a Área de Reabilitação Urbana de Carnaxide.-----

----- A remessa desta proposta à Assembleia Municipal para aprovação. -----

----- Nos termos do Decreto-Lei número trezentos e sete, de dois mil e nove, de vinte e três de outubro, nomeadamente os seus artigos quinto, sétimo e décimo terceiro. -----

----- Artigos vigésimo terceiro, números um e dois, alíneas m) e n), vigésimo quinto, número um, alíneas h), r), e número dois, alínea k), bem como artigo trigésimo terceiro, número um, alíneas a) e ccc), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. ----

**72 - PROPOSTA Nº. 1079/22 - DGP - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR COMISSÃO DE SERVIÇO NO CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DE SISTEMAS APLICACIONAIS (DSA): -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a abertura do procedimento concursal, o conteúdo funcional e os requisitos de admissão, bem como os métodos de seleção, para o cargo de dirigente da Divisão de Sistemas Aplicacionais, conforme informação número INT-CMO/dois mil e vinte e dois/quinze mil seiscentos e quarenta e quatro. -----

-----Os membros do júri.-----

-----O perfil funcional.-----

-----Submeter a aprovação pela Assembleia Municipal a designação dos membros de júri.

-----Nos termos da Lei número dois, de dois mil e quatro, de quinze de janeiro.-----

-----Lei número quarenta e nove, de dois mil e doze, de vinte e nove de agosto.-----

-----Decreto-Lei número trezentos e cinco, de dois ml e nove, de vinte e três de outubro. -

**73 - PROPOSTA Nº. 1080/22 - UPGO - 2ª. REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À  
“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA E  
ESPECIALIDADES PARA A PRAÇA DOS LUSÍADAS, EM LINDA-A-VELHA”:**-----

-----I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção do Senhor Vereador João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a reprogramação financeira do contrato de prestação de serviços número trezentos e sete, de dois mil e vinte e dois - Aquisição de serviços para a elaboração do Projeto de Arquitetura e Especialidades para a Praça dos Lusíadas, em Linda-a-Velha.-----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea d), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----II - O **Senhor Vereador João Neves** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“O Grupo Político Evoluir Oeiras não vota favoravelmente propostas relativas a um projeto que tem grande impacto em Linda-a-Velha e que não teve qualquer envolvimento das populações no seu dimensionamento prévio e, continua a não ter ao longo de todo o processo, apesar de ter existido tempo suficiente para o fazer.-----

-----É fundamental, já aqui o dissemos noutras reuniões, que os munícipes sejam envolvidos e auscultados nas fases iniciais dos processos e não sejam surpreendidos com factos



Câmara Municipal  
de Oeiras

consumados com eventuais impactos negativos na vida da comunidade.” -----

**74 - PROPOSTA Nº. 1081/22 - UPGO - Pº. 2021/69-DGEP - “LIGAÇÃO DO NÓ DA CRIL A MIRAFLORES - RAMO DE ACESSO SUL E BOLSAS DE ESTACIONAMENTO” - APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES:-----**

----- I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção do Senhor Vereador João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a execução dos trabalhos complementares, no valor de sete mil novecentos e setenta e oito euros e cinquenta cêntimos (a acrescer IVA à taxa de seis por cento), constituindo deste modo a segunda modificação objetiva do contrato da empreitada “Ligação do Nó da CRIL a Miraflores - Ramo de acesso sul e bolsas de estacionamento”. -----

----- Nos termos dos artigos trigésimo sexto, número um, tricentésimo septuagésimo, números dois e quatro e tricentésimo septuagésimo quinto, do Código dos Contratos Públicos, conjugado o disposto no artigo trigésimo terceiro, número um, alínea bb), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e com a alínea b), do número um, do artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

----- II - O **Senhor Vereador João Neves** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O Grupo Político Evoluir Oeiras considera que este novo acesso rodoviário deve ser acompanhado de uma proposta de requalificação da Avenida Bombeiros Voluntários, conforme foi indicado pela Senhora Vereadora Joana Baptista, e consta em ata. Conforme afirmado anteriormente, esta Avenida representa um espaço público completamente destinado à circulação automóvel e ao estacionamento, representando um perigo em vários pontos para os peões. -----

----- É fundamental que a Câmara Municipal de Oeiras traga a reunião de Câmara uma

proposta de requalificação que, associada à abertura deste novo nó rodoviário, crie a necessária compensação nesta Avenida. Em junho, aprovámos esta proposta no pressuposto de que a Avenida dos Bombeiros Voluntários de Algés passaria a ter menos trânsito automóvel, sendo requalificada e humanizada, com a execução quanto antes da proposta de uma ciclovia vencedora do Orçamento Participativo de dois mil e dezanove, bem como, no futuro, transporte público pesado elétrico.-----

-----Em setembro também aprovámos os trabalhos a menos no mesmo pressuposto: estava subjacente que serviam para humanizar a Avenida dos Bombeiros Voluntários de Algés. Contudo, após estes meses verificamos que continua por iniciar, e sem data sequer, a obra da ciclovia Algés-Alfragide. Mais uma vez se privilegia o modo de transporte em viatura particular, com o novo acesso à CRIL e mais estacionamento automóvel, mantendo a Avenida com os mesmos problemas de sempre, perigosa, poluída e desumanizada. -----

-----Não voltaremos a votar favoravelmente nenhuma proposta relativa a esta obra sem que sejam iniciados os trabalhos da ciclovia aprovada no Orçamento Participativo de dois mil e dezanove há quase quatro anos.-----

-----A Avenida hoje é disfuncional, perigosa, com duas vias para cada lado e estacionamento de ambos os lados, tornando as passeadeiras um enorme perigo, sobretudo para os mais frágeis.”-----

**75 - PROPOSTA Nº. 1082/22 - UPGO - Pº. 2022/59-DEM - “REQUALIFICAÇÃO DA EB GIL VICENTE, EM QUEIJAS” - APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS PRELIMINAR E FINAL E CONSEQUENTE ADJUDICAÇÃO - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO E NOMEAÇÃO DO RESPETIVO GESTOR: -----**

-----I - A Senhora Vereadora Joana Baptista mencionou o seguinte:-----

-----“Vou fazer aqui umas contas, vinte de agosto, vinte de setembro, vinte de outubro e vinte de novembro, estamos a falar de quatro meses e temos que dizer isto, até porque está ali a



Câmara Municipal  
de Oeiras

doutora Tânia e acho que devemos congratular e premiar as pessoas quando devemos. -----

----- Estamos a falar de um procedimento que foi lançado no dia vinte de julho, em pleno verão, passou o verão, quatro meses depois temos a adjudicação de um concurso público com esta envergadura financeira. -----

----- É de premiar as equipas nesse sentido, porque têm feito aqui um trabalho meritório.”

----- O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “Vamos considerar no próximo ano um empréstimo, ainda não sei de quanto, isto tem a ver com uma notícia que vi na televisão.-----

----- O Governo acaba de isentar da capacidade de endividamento os financiamentos para as Jornadas Mundiais da Juventude e a vinda do Papa. -----

----- Toda a despesa que os Municípios façam com a vinda do Papa não conta para a capacidade de endividamento, decisão do Governo do Conselho de Ministros de ontem ou antes de ontem. - -----

----- Lá para janeiro já sabemos quanto é que vamos gastar, julgo que é bom, em vez de estarmos a comprometer o Orçamento da Câmara.” -----

----- O **Senhor Vereador Pedro Patacho** mencionou o seguinte:-----

----- “Para acrescentar àquilo que a Senhora Vereadora Joana Baptista disse uma nota que também me parece muitíssimo importante, que é a forma intensamente participada como decorreu a elaboração do programa funcional do estudo prévio e do projeto, sempre num registo de grande proximidade com a comunidade escolar, ouvindo a coordenação da escola, ouvindo a direção de agrupamento, ouvindo a associação de pais e recorde-me de uma última reunião que tivemos eu a Senhora Vereadora e os nossos Serviços na Escola Gil Vicente já numa fase em que o projeto estava dado por concluído e que como resultado das solicitações da Associação de Pais e da coordenação da escola, ainda se voltou ao projeto, ainda houve alterações, ainda se atrasou mais o processo, mas ganhou-se, porque é certamente uma obra que vai agradar à comunidade

escolar, na qual a comunidade escolar se revê, porque é também uma obra dela, na qual ela participou na definição das opções do próprio projeto. -----

-----Não queria deixar de dar esta nota porque é ilustrativo da forma como a Câmara Municipal de Oeiras trabalha, é assim que nós trabalhamos, não foi só na Escola Gil Vicente, é em tudo, é assim que nós trabalhamos com as pessoas, com a participação das pessoas.” -----

-----O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

-----“Comecem a trabalhar com a Escola Secundária Augusto Lucas, em Linda-a-Velha, porque estão numa espécie de contrainformação extraordinária, é a palavra que eu estou a dizer, há professores que estão a dizer que a Câmara Municipal não está a desenvolver qualquer trabalho, no sentido de realizar as obras da Escola Augusto Lucas, que não há informação nenhuma, que a Câmara não dá informação, etc., é o próprio Diretor da Escola ou do Agrupamento que faz isso, por isso, sugiro que rapidamente tenham uma reunião com o Diretor do Agrupamento, explicar-lhe exatamente o que se passa, para ele poder, por sua vez, explicar aos professores. -----

-----Por outro lado, também acho bem que se prepare um comunicado, que eu terei muito gosto em assinar para a população de Linda-a-Velha, explicando quais são os problemas daquela escola e o que é que está a impedir que a escola avance, visto que o projeto está pronto, é que já houve várias pessoas de Linda-a-Velha que me falaram deste assunto.” -----

-----A **doutora Maria Paula Rodrigues** frisou o seguinte: -----

-----“Aquilo que acontece não tem a ver com falha de comunicação do Município para com a escola e para com, inclusivamente, o Conselho Geral da Escola, porque ainda a semana passada participei no Conselho Geral e um dos assuntos que esteve em cima da mesa foi esse e foram dadas as devidas informações relativamente ao estado do desenvolvimento do projeto e aquilo que se prevê para o avanço e para a integração do plano de obra para avançar com as obras na escola, estas informações foram todas dadas, parece-me a mim que talvez haja alguma falha





Câmara Municipal  
de Oeiras

de comunicação dentro da própria escola. -----

----- Este assunto tem sido recorrentemente falado no Conselho Geral, é uma questão que em quase todas as reuniões deste Conselho vem para cima da mesa e tem sido sempre cabalmente acompanhado por nós e dados os devidos esclarecimentos, penso que talvez haja falha e comunicação no Agrupamento.” -----

----- Referindo o **Senhor Presidente:** -----

----- “Certo, mas falem com o Diretor da Escola, porque ele próprio está a dar informação que não corresponde à realidade, agora, se o faz bem-intencionado ou não é uma questão que vocês devem de averiguar.” -----

----- Acrescentando o **Senhor Vereador Pedro Patacho:** -----

----- “Além daquilo que a Senhora Diretora de Departamento acabou de dizer, quero acrescentar também que nos últimos dois meses tive a oportunidade de receber no meu gabinete os representantes dos alunos no Conselho Geral, o dirigente da Associação de Estudantes da Escola e também representantes dos Encarregados de Educação. -----

----- Tive a oportunidade de prestar as mesmas informações que têm sido regularmente prestadas em sede do Conselho Geral, no qual o Diretor por inerência de funções tem assento, no entanto, agiremos conforme o Senhor Presidente está a recomendar.” -----

----- Voltando o **Senhor Presidente:** -----

----- “É bom avivar-lhe a memória, eu não estou a falar de cor, falem com o Senhor Diretor e expliquem-lhe qual é a situação, porque as vezes que falaram com ele, possivelmente, ele não percebeu bem, pode ser isso, as pessoas às vezes estão tão habituadas a ensinar, que depois não têm paciência para escutar, pode ser isso.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João

Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar os relatórios preliminar e final e conseqüentemente, adjudicação da proposta para execução da empreitada de obra pública denominada “Requalificação da EB Gil Vicente, em Queijas”, do concorrente Optibuilding, Limitada, no montante de um milhão quatrocentos e oitenta e nove mil novecentos e noventa e nove euros e noventa e nove cêntimos, acrescido do IVA à taxa legal de seis por cento, e prazo máximo de execução de vinte e quatro meses.-----

-----A minuta do contrato.-----

-----A nomeação de gestor do contrato.-----

-----Nos termos dos artigos septuagésimo sexto, número um, septuagésimo sétimo, números um e dois, centésimo quadragésimo oitavo e nonagésimo oitavo, do Código dos Contratos Públicos.-----

-----Artigos vigésimo terceiro e trigésimo, número um, alínea f) e alínea bb), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho (“ex-vi” do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos), artigo ducentésimo nonagésimo-A.-----

-----Neste momento saiu definitivamente da sala a **Senhora Vereador Susana Duarte**.--

**76 - PROPOSTA Nº. 1083/22 - UPGO - Pº. 2022/84-DEM - “CONSTRUÇÃO DO POLO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AGÊNCIA DE EMPREENDEDORES SOCIAIS, EM CARNAXIDE” - DECISÃO DE CONTRATAR E ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO SEM PUBLICIDADE INTERNACIONAL - APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E NOMEAÇÃO DO JÚRI:-----**

-----I - O **Senhor Vereador Armando Soares** aludiu o seguinte:-----

-----“Apenas felicitar pela apresentação desta proposta, como é sabido por todos, somos uma Autarquia que ao nível das PME não tem comparação em termos nacionais e muitas das



Câmara Municipal  
de Oeiras

vezes tem sentido falta de um lugar para os empreendedores. -----

----- A Fábrica de “Startup” que existia e que acabou depois por ser desativada era um desses polos, o Palácio Flor da Murta, que tem também várias empresas é um dos polos existentes, mas na área do empreendedorismo social julgo que é também uma matéria onde nós podemos dar bastantes cartas. -----

----- De maneira que, um empreendimento desta envergadura e desta dimensão, julgo que está perfeitamente ao nível daquilo que são as aspirações de Oeiras e, por isso, queria felicitar também o DOM e o DEM, na pessoa da Senhora Vereadora e dos dirigentes, porque entendo que isto é mais um salto qualitativo profundo, precisamente, na área do empreendedorismo.” -----

----- O **Senhor Presidente** salientou o seguinte:-----

----- “Não sei se estou na mesma onda que o Senhor Vereador em relação ao problema dos espaços para os empreendedores. -----

----- Aqui em Oeiras nunca conseguimos que os empreendedores ocupassem os espaços que tinham à sua disposição, pelo contrário, muita gente não sabe, mas a primeira incubadora em Portugal foi aqui em Oeiras, em Algés, na antiga Quinta do Leonel, onde foram feitas obras para acolher a Fundação da Juventude e depois surgiu a dos empresários.-----

----- Instalaram-se lá quinze ou dezasseis empresas, nunca passaram da cepa torta, passados para aí quinze ou vinte anos a Câmara teve que acabar com aquilo, instalaram-se, mas não evoluíram. -----

----- Entretanto, tivemos ainda os armazéns do Alto dos Barrinhos destinados muitos deles a pequenas empresas, não apareceu nenhuma pequena empresa, foram sendo cedidos e as que estão lá e algumas até são grandes empresas, uma é ligada à televisão e ocupa três armazéns.

----- Depois, o dito Palacete na Terrugem, também estão lá uma série de empresas, uma delas cresceu, as outras mantêm-se mais ou menos. -----

----- Temos agora o Intermarché e ainda há dias estivemos a falar nisso, querem uma nave

mais ou menos para aquilo que são os interesses deles, mas todas aquelas lojas ao longo do corredor não as querem.-----

-----Temos ali trinta lojas para trinta empreendedores e já agora, não há fábricas de unicórnios, permitam-me discordar do nosso colega de Lisboa, que diz que quer fazer uma fábrica de unicórnios, curiosamente os cinco unicórnios existentes em Portugal três nasceram em Oeiras e devo dizer que a Câmara não tem responsabilidade nisso.-----

-----Nasceram porque há um ambiente favorável ao desenvolvimento económico, empresarial, tecnológico no nosso Concelho, foi criado aqui no Concelho um ecossistema que é propício a isso. -----

-----A “OutSystems” que é um dos grandes unicórnios portugueses tem algumas semelhanças com o Bill Gates, porque nasceu numa garagem clandestina em Linda-a-Velha, transformou uma garagem numa “startup” e hoje é a potência que é.-----

-----O Taguspark tem uma incubadora que também não está cheia, eu até acho que no caso de Oeiras não faltam espaços, os cinquenta e cinco ateliers da Fundação Marquês de Pombal, neste momento estão todos cheios, há ali uma certa rotação.-----

-----Eu diria que naquele caso até cumpre a sua função, porque há uma rotação significativa, eu não tenho a estatística, a doutora Paula Saraiva poderá preparar essa informação, mas acho que é um número significativo, o que é preciso é criar um ambiente propício ao desenvolvimento e ao crescimento das empresas. -----

-----Há gente que entende que o empreendedorismo é só dar uns cursos de empreendedores, eles são pessoas especiais, aprendem, mas têm que ter algum sentido de risco. -

-----Todos os emigrantes portugueses nos anos setenta ou sessenta emigravam para França ou para a Alemanha eram todos empreendedores, porque se não fossem não emigravam, hoje, temos outra classe a emigrar que são os licenciados, os mestrados, os doutorados. -----

-----Este centro que vai estar muito ligado ao Centro de Emprego e Formação



Câmara Municipal  
de Oeiras

Profissional vamos ver qual é o contributo que dá ao nível dos empreendedores, mas julgo que o problema não tem sido propriamente do espaço, o problema é que não somos nós que temos de fabricar esses empreendedores. -----

----- É preciso ter uma forma de despistar os potenciais empreendedores e, aí sim, eventualmente, encaminhá-los para determinados espaços, no caso de Lisboa é no Beato. -----

----- Nós já tivemos vários sítios, mas a verdade é esta, as grandes transformações e, sobretudo, o crescimento em exponencial de determinado tipo de negócios foi sempre nos parques empresariais, nunca foi por iniciativa direta da Câmara Municipal.-----

----- Recordo-me da “Chipidea”, provavelmente foi o primeiro unicórnio português, na altura, ainda não se falava em euros, falava-se em contos, foi vendida por trezentos mil contos, seriam hoje um milhão e meio de euros, mas isto já foi há muitos anos e sei que foi comprada por uma empresa americana para ser encerrada, julgo que foi a “Microsoft”, compraram e fecharam, é uma empresa que começou com três engenheiros e ao fim de quatro ou cinco anos já tinham duzentos e tal.-----

----- A “Sitedesk”, em Linda-a-Velha era uma grande empresa de computadores. -----

----- Senhor Vereador Armando Soares o problema não é bem o espaço, espaços temos, é preciso é que eles saibam aproveitar, neste momento, acho que temos espaços a mais.-----

----- O Intermarché tem um grande potencial, mas aí já são empresas que estão instaladas e se crescerem ali é bom.-----

----- Fiquei surpreendido porque temos de encontrar uma forma de ocupar todas aquelas salas para dar um sentido útil do que vamos instalar ali.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a decisão de

contratar e a abertura do procedimento concursal necessário para a adjudicação da empreitada de obras públicas denominada “Construção do polo de formação profissional e agência de empreendedores sociais, em Carnaxide”, mediante a adoção de um procedimento por concurso público, sem publicidade internacional. -----

-----O preço base de dois milhões trezentos e noventa e oito mil cento e treze euros e vinte e um cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal de seis por cento, com prazo máximo de execução da empreitada de setecentos e trinta dias. -----

-----As peças do procedimento.-----

-----A composição do júri do procedimento e a respetiva delegação de competências. -----

-----As nomeações de Coordenador de Segurança e Diretor de Fiscalização. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo sexto, número um, do Código dos Contratos Públicos, conjugado com a alínea f), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de Setembro.-----

-----Artigos trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea c) e número dois, sexagésimo sétimo, número um e sexagésimo nono, número dois, do Código dos Contratos Públicos e artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, aplicável por força do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos. -----

-----Artigos quadragésimo sexto, número um, alínea b) e quadragésimo oitavo, da Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto, conjugados com o artigo sétimo, da Lei número vinte e sete-A, de dois mil e vinte, de vinte e quatro de julho. -----

**77 - PROPOSTA Nº. 1084/22 - UPGO - Pº. 2021/147-DGEP - “ESTABILIZAÇÃO DO TALUDE JUNTO AO CAMPO DO SPORTING CLUBE DE LINDA-A-VELHA” - APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES: -----**

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do



Câmara Municipal  
de Oeiras

Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e abstenção do Senhor Vereador João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a execução dos trabalhos complementares, no valor de vinte e sete mil cento e setenta e oito euros e setenta e seis cêntimos (a acrescer IVA à taxa de seis por cento), constituindo deste modo a segunda modificação objetiva do contrato da empreitada “Estabilização do talude junto ao campo do Sporting Clube de Linda-a-Velha”.-----

----- Nos termos dos artigos trigésimo sexto, número um, tricentésimo septuagésimo, números dois e quatro, tricentésimo septuagésimo quinto e tricentésimo septuagésimo oitavo, bem como o artigo tricentésimo septuagésimo nono, do Código dos Contratos Públicos, conjugado o disposto no artigo trigésimo terceiro, número um, alínea bb), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e com a alínea b), do número um, do artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, -----

**78 - PROPOSTA Nº. 1085/22 - DAQV - CRIAÇÃO DE PREÇOS DE VENDA DE VINHO VILLA OEIRAS PARA OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - 2022: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar os seguintes preços e condições de venda de vinho de Carcavelos Villa Oeiras, aplicáveis a partir de um de dezembro de dois mil e vinte e dois:-----

----- Garrafas de “Villa Oeiras Superior EUA” de quinhentos mililitros: -----

----- Preço de Exportação: oito euros e quarenta e cinco cêntimos (Não inclui IVA nem IEC - Imposto Especial do Consumo)-----

-----Garrafas de “Villa Oeiras Ten Years Red EUA” de quinhentos mililitros: -----

-----Preço de Exportação: cinco euros e noventa e sete cêntimos (Não inclui IVA nem IEC - Imposto Especial do Consumo) -----

-----Nos termos da alínea e), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

**79 - PROPOSTA Nº. 1086/22 - DGP - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR COMISSÃO DE SERVIÇO NO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE PROMOÇÃO SOCIOPROFISSIONAL (DPS): -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a abertura do procedimento concursal, o conteúdo funcional e os requisitos de admissão, bem como os métodos de seleção, para o cargo de Chefe da Divisão de Promoção Socioprofissional, conforme informação INT-CMO/dois mil e vinte e dois/vinte e dois mil seiscentos e catorze.-----

-----Os membros do júri.-----

-----O perfil funcional.-----

-----Submeter a aprovação pela Assembleia Municipal a designação dos membros do júri.

-----Nos termos da Lei número dois, de dois mil e quatro, de quinze de janeiro. -----

-----Lei número quarenta e nove, de dois mil e doze, de vinte e nove de agosto. -----

-----Decreto-Lei número trezentos e cinco, de dois mil e nove, de vinte e três de outubro.

**80 - PROPOSTA Nº. 1087/22 - DGP - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR COMISSÃO DE SERVIÇO NO CARGO CHEFE DA UNIDADE DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO**





Câmara Municipal  
de Oeiras

(USST): .....

----- I - O **Senhor Vereador Armando Soares** referiu o seguinte:-----

----- “Apenas uma nota, ficaria de mal com a minha consciência e o Senhor Diretor de Departamento iria levar muito a mal se eu não fizesse esta correção habitual, nós já não temos Gabinete Médico, o que temos agora é uma Unidade de Segurança e Saúde no Trabalho e como muitas vezes ainda usamos o léxico Gabinete Médico, até nas placas que estavam pensadas para o novo edifício ainda vinha Gabinete Médico, o que nós temos agora, não obstante haver lá um Gabinete Médico é a Unidade de Segurança e Saúde no Trabalho.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a abertura do procedimento concursal, o conteúdo funcional e os requisitos de admissão, bem como os métodos de seleção, para o cargo de Chefe da Unidade de Segurança e Saúde no Trabalho, conforme informação número INT-CMO/dois mil e vinte e dois/vinte e dois mil setecentos e quarenta e oito.-----

----- Os membros do júri.-----

----- O perfil funcional de Chefe da Unidade de Segurança e Saúde no Trabalho.-----

----- Submeter a aprovação pela Assembleia Municipal a designação dos membros de júri.

----- Nos termos da Lei número dois, de dois mil e quatro, de quinze de janeiro.-----

----- Lei número quarenta e nove, de dois mil e doze, de vinte e nove de agosto.-----

----- Decreto-Lei número trezentos e cinco, de dois mil e nove, de vinte e três de outubro.

**81 - PROPOSTA Nº. 1088/22 - DPS - ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA MUNICIPAL DE BONS SERVIÇOS:**-----

----- I - O **Senhor Vereador João Neves** referiu o seguinte:-----

----- “Somos favoráveis e o trabalho tem que ser enaltecido e, portanto, não há aqui

dúvida nenhuma sobre o sentido de voto desta proposta, entretanto, vi qualquer coisa a entrar, por isso não sei se foi colocado, mas notámos que não havia no Salão Nobre Digital a justificação da atribuição de quatro destas medalhas.”-----

-----O **Senhor Vereador Armando Soares** respondeu o seguinte:-----

-----“Essas quatro justificações foram entregues à posteriori, portanto, penso que já estarão em anexo no Salão Nobre Digital.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição das Medalhas Municipais, em cerimónia a realizar no próximo dia seis de dezembro, aos colaboradores de acordo com a seguinte listagem:-----

-----Pedro Alexandre Lourenço Ferreira - Cobre - Assistente Operacional;-----

-----Viorel Gherghe Obsitos - Cobre - Assistente Operacional;-----

-----Nuno Miguel Nunes do Côrro Lavaredas - Cobre - Assistente Operacional;-----

-----Ana Rita Correia Mendes Lopes - Cobre - Técnico Superior;-----

-----André Alexandre Miranda Duarte - Cobre - Assistente Operacional;-----

-----Paula Cristina Brito Fernandes Garcia da Silva - Cobre - Assistente Operacional;-----

-----Maria Filomena Gomes Miranda - Cobre - Assistente Técnico;-----

-----Maria João Figueiredo Ryder da Costa - Cobre - Assistente Operacional;-----

-----Anabela Simões Páscoa- Prata - Assistente Técnico;-----

-----António Santos da Costa - Prata - Assistente Operacional;-----

-----Nuno Miguel Gaspar Marques - Prata - ...;-----

-----Susana Maria dos Santos Paula - Prata - Assistente Técnico;-----

-----Anabela Dimas Garcia dos Reis - Prata - Assistente Operacional;-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Rui Carlos Jorge Ramos - Prata - Assistente Técnico; -----  
----- Susana Maria Cardia Milheiro - Prata - Assistente Operacional -----  
----- Tânia Sofia Ranhel Monteiro da Silva Marques - Prata . Técnico Superior; -----  
----- Maria Luís Matos Moreira Paixão Santos - Prata - Técnico Superior; -----  
----- Carla Marisa Mendes Alves - Prata - Técnico Superior; -----  
----- Alexandra Frias da Silva de Sá Cabral - Prata - Técnico Superior; -----  
----- Lúcia Maria Rodrigues Fonseca - Prata - Assistente Técnico; -----  
----- Higino Vaz Lima Moutinho - Prata - Fiscal; -----  
----- Jorge Telmo Patrício Reis Dias Cordeiro - Prata - Técnico Superior; -----  
----- Marília da Graça Antunes Leite - Prata - Técnico Superior; -----  
----- Joaquim Miguel Fernandes Morais Ferreira - Prata - Técnico Superior; -----  
----- Helena Maria dos Santos Marques - Prata - Assistente Técnico; -----  
----- Joana Clara Freitas Caires - Prata - Técnico Superior; -----  
----- Ana Marta de Almeida Girão - Prata . Técnico Superior; -----  
----- Sandra Veríssimo Ferreira da Costa - Prata - Encarregado Geral Operacional; -----  
----- Ivone Raquel Mouta Afonso - Prata - Chefe de Divisão; -----  
----- Isabel Alexandra Marques Sousa Soeiro - Prata - Técnico Superior; -----  
----- Teresa da Conceição Duarte Rica Correia Mota - Ouro - Assistente Técnico; -----  
----- Susana Maria Lopes Silva - Ouro - Assistente Operacional; -----  
----- António Pereira José - Ouro - Encarregado Geral Operacional; -----  
----- Filipa Andreia Melo Custódio - Ouro - Técnico Superior; -----  
----- Marta de Almeida Ferreira de Castro - Ouro - Assistente Técnico; -----  
----- Américo Augusto Carvalho Areias - Ouro - Encarregado Operacional; -----  
----- Juliana Maria Dias Sequeira Rosalino Morgado - Ouro - ...; -----  
----- Manuel Carlos Plácido Timóteo Miranda - Ouro - Assistente Técnico; -----

-----Luís Filipe Prates Valadas Silva - Ouro - Assistente Técnico;-----

-----Almerinda Tita Afonso - Ouro - Coordenador Técnico;-----

-----Henrique António Vieira Vilela - Ouro - Fiscal de Obras; -----

-----Teresa de Fátima de Jesus Lourenço Apolinário - Ouro - Encarregado Operacional;--

-----Maria Alexandra Carvalho Escada Cardoso Baptista Fernandes - Ouro - Técnico Superior.--- -----

-----De todas as Medalhas serão passados diplomas individuais, assinados pelo signatário e autenticados com o selo branco deste Município.-----

-----Nos termos do Regulamento de Atribuição de Medalhas Municipais alíneas c) e e), do artigo primeiro e artigo sétimo. -----

**82 - PROPOSTA Nº. 1089/22 - DPS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS EDUCACIONAIS ANO LETIVO 2022-2023 - 3ª. TRANCHE (SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2022): -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Armando Soares**, aprovar a atribuição de um subsídio ao Centro de Cultura e Desporto, no montante de cento e setenta e nove mil e catorze euros e onze cêntimos, no âmbito dos subsídios educacionais. -----

-----Nos termos da alínea p), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, com Declarações de Retificação números cinquenta-A, de dois mil e treze, de onze de novembro, e quarenta e seis-C, de dois mil e treze, de um de novembro, conjugada com os artigos quarto e quinto, do Decreto-Lei número treze, de dois mil e onze, de vinte e cinco de janeiro. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março,



Câmara Municipal  
de Oeiras

regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

**83 - PROPOSTA Nº. 1090/22 - DCA - FIXAÇÃO DO PREÇO DOS BILHETES RELATIVOS À PROGRAMAÇÃO CULTURAL REGULAR NO AUDITÓRIO MUNICIPAL RUY DE CARVALHO PARA DEZEMBRO DE 2022 E DEFINIÇÃO DA ENTIDADE PARA QUEM REVERTE A RECEITA PRODUZIDA COM A SUA VENDA: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a fixação do preço dos bilhetes, nos seguintes termos: -----

----- Bilhete Individual (plateia) - Concerto de Emilio Moret: sete euros e cinquenta cêntimos; - -----

----- Bilhete Individual (plateia) - Espetáculo “Tomo suas mãos nas minhas”: sete euros e cinquenta cêntimos; -----

----- Bilhete Individual (balcão) - Concerto de Emilio Moret: seis euros; -----

----- Bilhete Individual (balcão) - Espetáculo “Tomo suas mãos nas minhas”: seis euros. --

----- Que a receita produzida pela venda de bilhetes para os dois espetáculos que integram a programação regular em dezembro, no Auditório Municipal Ruy de Carvalho, reverta na totalidade para o Município de Oeiras. -----

----- Que a venda dos ingressos para os espetáculos decorra na totalidade dos postos municipais de bilhética - Posto de Turismo de Oeiras (Palácio Marquês de Pombal); Auditório Municipal Eunice Muñoz, Auditório Municipal Ruy de Carvalho; Palácio Anjos; Centro Cultural Palácio do Egipto e Museu da Pólvora Negra, bem como em todos os postos de venda da rede “Ticketline”. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e), e trigésimo terceiro, número um, alínea e), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.---

-----Artigos décimo quarto, alínea f), e vigésimo primeiro, número um, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro.-----

-----Artigo quinto, número um, alínea b), do Decreto-Lei número vinte e dois, de dois mil e dezanove, de trinta de janeiro. -----

-----Decreto-Lei número vinte e três, de dois mil e catorze, de catorze de fevereiro. -----

#### **84 - MOÇÃO DE AGRADECIMENTO AOS HERÓIS DO 25 DE NOVEMBRO:-----**

-----I - O **Senhor Presidente** apresentou a seguinte Moção:-----

-----“O dia Vinte e Cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro representa, pela sua importância fundadora, e por marcar a rutura com a ditadura opressora do regime do Estado Novo, a data fundamental para construção da democracia em Portugal. Por isso mesmo, o celebramos, em Oeiras, com uma sessão solene, homenageando, com a dignidade merecida, os heróis que fizeram da madrugada esperada, o dia inicial inteiro e limpo. -----

-----Todavia, o golpe do dia Vinte e Cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro iniciou, também, um período revolucionário, particularmente a partir de onze de março de mil novecentos e setenta e cinco, quando o designado PREC - Processo Revolucionário Em Curso, colocou Portugal em risco de passar de uma ditadura conservadora de direita, para poder cair numa ditadura de esquerda.-----

-----Se o Estado Novo era um regime anacrónico fora do seu tempo, que provocou um atraso de décadas ao País, o risco de Portugal continuar a ser governado contra o Povo, ou ignorando-o, foi, então real. Portugal, naqueles meses, esteve à beira de cair numa guerra-civil. --

-----Esse processo revolucionário, teve fim quando, alguns dos que estiveram na génese do Vinte e Cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, muitos deles moradores no Concelho de Oeiras, com a liderança do Grupo dos Nove, soube travar, no dia Vinte e Cinco de



Câmara Municipal  
de Oeiras

Novembro de mil novecentos e setenta e cinco, uma tentativa de golpe da esquerda radical, que levaria Portugal de regresso às trevas de outra ditadura. -----

----- Portugal seguiu, desde então, um caminho de normalização do regime, e de integração num sistema internacional ditado sobretudo por regras. Integrámos, uma década depois a CEE/UE e, apesar de um atraso que ainda conhecemos, não mais voltamos a correr os riscos que, naquele período, conhecemos.-----

Esta moção visa, assim, celebrar o processo democratizador português, na sua extensão e nas suas datas fundamentais, que primeiro libertou o nosso Povo da ditadura e que estabeleceu um Estado de Direito Democrático assente no respeito pela vontade popular e no princípio fundamental do respeito pela Dignidade da Pessoa Humana. -----

----- Fica agradecimento da Câmara Municipal de Oeiras aos heróis desse dia Vinte e Cinco de Novembro. A data que representa a pedra de fecho, do arco do processo democratizador de Portugal.”-----

----- **II - O Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Vamos então à Moção, à espinha cravada na garganta do Partido Socialista. -----

----- Está em discussão.”-----

----- **O Senhor Vereador Armando Soares** disse o seguinte: -----

----- “Eu queria tentar dar aqui algum auxílio ao Partido Socialista dando nota de que, nestas matérias não podemos ter sensibilidade ideológica que nos possa toldar a nossa própria visão.-----

----- Recordo-me, na altura, que não estava sentado deste lado, mas estava daquele lado e, portanto, mudei de lugar apenas onde me sento, mas não mudei de convicções, essas são exatamente as mesmas, e aprovámos uma Moção sobre o Oteló Saraiva de Carvalho e foi uma moção que deu alguma discussão e na altura eu vestia as cores do Partido Social Democrata e vesti algumas das dores que naturalmente, sinto, da forma como foi processado o Vinte e Cinco

de Abril nalguns aspetos, não serei só eu a senti-las, mas depois acabei por votar até a favor essa Moção, mas com uma argumentação que era expurgando aquilo que foi a posição menos pacificada, por assim dizer, de Otelo Saraiva de Carvalho. -----

-----À época dizia eu o seguinte transcrevendo aqui a ata do dia vinte e oito de julho de dois mil e vinte e um: -----

-----“...Relativamente à política nacional e aquilo que foi a posição de Otelo Saraiva de Carvalho, que aqui falaram alguns dos meus colegas Vereadores, naturalmente que não podemos estar de acordo e a verdade é que não basta lutar pela liberdade, é preciso não querer capturá-la. -

-----Quando eu penso em liberdade e a mesma liberdade que me dá o privilégio de poder estar aqui a dizer aquilo que me ia prover, com a devida elegância, é um facto, comparar como muitos fizeram Salgueiro Maia, Jaime Neves, no papel que tiveram naquilo que é hoje a liberdade que vivemos, acho que é manifestamente excessivo e, de facto, não podemos comparar posturas de uns e de outros, nomeadamente a postura que o Otelo acabou por ter uns anos depois, que é por todos conhecida. -----

-----Por respeito aos mortos, porque quando morremos todos somos bons, não irei perder mais tempo sobre isso...”-----

-----Expurgando algumas posições menos dignas que, naturalmente, Otelo Saraiva de Carvalho possa ter tido, nesse momento, acabámos depois por em unísono, votar essa moção.---

-----Ora, o que é que eu digo hoje? -----

-----Hoje, acho que o Partido Socialista e quem mais porventura possa pensar em não estar a favor desta posição do Vinte e Cinco de Novembro. Não vale a pena termos uma linha ideológica fechada, porque verdadeiramente, Vinte e Cinco de Abril se não houvesse depois o Vinte e Cinco de Novembro, o País não estaria minimamente no estado em que está, porque é exatamente as palavras que disse, não basta só implementar a liberdade, é preciso implementá-la verdadeiramente e não querer capturá-la. -----





Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Ora, foi isso que o Vinte e Cinco de Novembro nos conseguiu fazer e a propósito disso, não sei se o Senhor Presidente se lembra depois até me encomendou que fosse realizado um trabalho sobre Vinte e Cinco de Novembro.-----

----- Esse trabalho ainda não está completo, mas para o ano irá estar e foram entrevistados vários generais sobre essa matéria, o General Rocha Vieira, Tomé Pinto, Almendra, José Pimentel, o General Vasques, o General Pina Monteiro, o General Pezarat Correia, o Coronel Vasco Lourenço, o Coronel Barroco e o Coronel Sousa e Castro.-----

----- E a maioria se não todos falaram com bastante carinho daquilo que foi o Vinte e Cinco de Novembro.-----

----- Por isso, Senhor Presidente dizer-lhe que, com grande alegria vejo hoje passado todo este tempo e porque conheço também a posição do Senhor Presidente, que é um social-democrata, tal como eu, acho perfeitamente justo que hoje possamos aqui aprovar esta moção de agradecimento e fazer uma justiça, que lamentavelmente os Governos não têm tido coragem de o fazer já há muito tempo a esta parte com a dignidade que deveria ser é uma questão que tem sido demasiado e excessivamente politizada quase como se houvesse um confronto entre esquerda e direita, que é uma estupidez, naturalmente, até porque partir-se-ia do princípio que o PSD nasceu na génese como partido de direita, que também seria falso, mas acho perfeitamente justo a Câmara Municipal de Oeiras tomar esta posição pública, divulgá-la, fazer justiça a todos estes heróis do Vinte e Cinco de Novembro que foram em grande parte votados ao esquecimento ou quase saindo pela porta de trás, quando foram, sem dúvida, um dos grandes heróis, não só da revolução, naturalmente, mas da implementação da democracia e da liberdade no nosso País, por isso exorto o Partido Socialista e qualquer outro Vereador, que porventura possa ter dúvidas em votar esta moção, que tenho a certeza que podemos encontrar um texto que seja aceitável para todos, o que importa aqui é aprovarmos esta moção e fazemos esta justiça que o País não tem sabido fazer.”-----

-----O **Senhor Presidente** observou o seguinte: -----

-----“Aliás, sabem que aqui em Oeiras, há pelo menos quatro ou cinco ruas com o nome de Vinte e Cinco de Abril e Avenida Vinte e Cinco de Abril, já temos essa, mas também já temos uma Rua Vinte e Cinco de Novembro, em Miraflores, é uma rua pequena, porque as avenidas grandes estão para o Vinte e Cinco de Abril, as vicissitudes democráticas e revolucionárias, têm travessas, têm rotundas, mas não deixam de ser simbólicas também.-----

-----Agora a Senhora Vereadora Susana Duarte terá saído estrategicamente.?”-----

-----A **Coordenadora do NAOM-CM** explicou: -----

-----“A Senhora Vereadora teve que sair.”-----

-----Volveu o **Senhor Presidente**: -----

-----“Teve que sair, uma saída estratégia, é engraçado ver o Bloco Central a fugir ao Vinte e Cinco de Novembro, é curioso.”-----

-----A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** disse o seguinte: -----

-----“Lemos, a proposta e não é uma proposta que nós tradicionalmente acompanhemos, apesar de congratularmos o Grupo dos Nove e não iremos fazer uma proposta de alteração.”-----

-----Retorquiu o **Senhor Presidente**:-----

-----“Eu sabia que não.”-----

-----O **Senhor Vereador João Neves** salientou o seguinte: -----

-----“Já agora só para destoar, usando as palavras de um grande e patriota democrata deste País, obviamente, votamos contra e faremos declaração de voto em devido tempo também.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente, se me permite, desculpe a pretensão para perceber o Vinte e Cinco de Novembro, é preciso ler um livro de Lenine chamado “O Estado e a Revolução”, que é neste livro que ele explica como é que se faz a revolução nos países para construir o socialismo científico e para ser construir a ditadura do proletariado.-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- De acordo com a teoria leninista o Vinte e Cinco de Abril é uma revolução burguesa, no qual se constrói ou se tenta construir uma sociedade nova. -----

----- Atenção que o mesmo esquema foi usado na Rússia com os bolcheviques. -----

----- Depois da revolução burguesa há um segundo momento revolucionário, que é a revolução socialista e a revolução socialista para quem acompanhou a história do processo revolucionário português faz-se com o Onze de Março de mil novecentos e setenta e cinco. Com o Onze de Março de mil novecentos e setenta e cinco é que entra o período revolucionário em curso.-----

----- Tentando fazer história contra factual, eu diria que se fosse em mil novecentos e setenta e três, Portugal tinha caído numa ditadura socialista.-----

----- O Vinte e Cinco de Abril, o processo revolucionário português é olhado, normalmente, de forma atomística e isolada do contexto internacional e em mil novecentos e setenta e quatro há a Conferência de Helsínquia em que se delimitam esferas de influência e é a delimitação de esferas de influência, já vou dizer onde é que quero chegar, que permite perceber o que aconteceu no dia Vinte e Cinco de Novembro.-----

----- No dia Vinte e Cinco de Novembro quando Portugal estava à beira de uma guerra civil, hoje, nós não temos coragem e para mim é particularmente triste que o Partido Socialista tome esta posição, por uma razão simples, o Vinte e Cinco de Novembro é uma data que é vencida pelo Partido Socialista.-----

----- O Verão Quente de mil novecentos e setenta e cinco tem no Doutor Mário Soares o exemplo máximo de coragem política em Portugal, e de coragem física. Foi o Doutor Mário Soares que deu o peito às balas em mil novecentos e setenta e cinco. -----

----- Quando, no dia Vinte e Cinco de Novembro, Portugal estava à beira de uma guerra civil e Portugal não caiu em guerra civil, porque quem podia fazer as forças da esquerda revolucionária tomar o poder deu indicações que esferas de influência na Europa eram para ser

mantidas. -- -----

-----Há uma história para contar destes tempos que nós temos dificuldades em assumir. --

-----O Vinte e Cinco de Novembro foi o fim de um processo revolucionário para fazer Portugal cair numa ditadura socialista. -----

-----Nós não devemos ter complexos sobre isto.-----

-----Portugal esteve em riscos de passar de uma ditadura conservadora de direita tenebrosa, castradora de liberdades, para cair de seguida numa ditadura socialista de esquerda tenebrosa, castradora de liberdades, que trata os cidadãos de igual modo.-----

-----Como eu sou democrata, recordo hoje, apesar da posição do Partido Socialista, um homem como Mário Soares a quem este País deve, provavelmente, mais do que a quase todos os outros e com Mário Soares, os heróis do Vinte e Cinco de Novembro, em grande medida, muitos deles heróis, nem sempre conceptuais do Vinte e Cinco de Abril, porque, o Brigadeiro Pedro Pezarat Correia não está no Vinte e Cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, mas está na génese do Movimento de Capitães nas reuniões em Angola, por exemplo, e está no Vinte e Cinco de Novembro, Alípio Tomé Pinto está no Vinte e Cinco de Novembro, Loureiro dos Santos está no Vinte e Cinco de Novembro.-----

-----O Grupo dos Nove, que são os militares moderados do Conselho da Revolução. É dos militares moderados e do Partido Socialista que sai o Vinte e Cinco de Novembro e sem Vinte e Cinco de Novembro nós não estaríamos aqui. -----

-----Esta moção, creio eu, não é contra ninguém. É apenas o devido reconhecimento a quem nos deu oportunidade de viver em liberdade e de falar em liberdade.”-----

-----O **Senhor Presidente** argumentou:-----

-----“Este é um assunto sério. Não vou fazer aqui uma resenha histórica relativamente à ideologia das revoluções burguesas ou socialistas e por aí fora, até porque, presta-se muito a adjetivações e o contexto que estamos a viver é um contexto democrático de uma democracia,



Câmara Municipal  
de Oeiras

em princípio consolidada, em que, naturalmente, há uma adaptação de todos os partidos políticos ao regime democrático, sejam da extrema-esquerda sejam de extrema direita, todos eles dizem respeitar a Constituição e, portanto, não é possível num ambiente democrático, como aquele que nós vivemos dizer que o partido A ou o partido B, no caso de tomar o poder, por exemplo, ter mais votos, fazer aquilo que, historicamente, os seus congéneres fizeram por toda essa Europa fora, pelo mundo fora, portanto, eu não vou por aí.-----

----- Dá-se a circunstância que por acaso eu sou uma testemunha ainda viva do Vinte e Cinco de Abril, do Onze de Março e do Vinte e Cinco de Novembro e é discutível que me causa alguma confusão, os partidos democráticos terem este preconceito, este complexo em relação ao Vinte e Cinco de Novembro. -----

----- A seguir ao Onze de Março não foi só o problema do PREC em curso, instalou-se o sistema de brufaria mais tenebroso de todos os tempos, pior do que no Salazar. Era tudo bufo a seguir ao Onze de Março, tudo bufava e as pessoas todas tinham medo umas das outras, era dentro da família, era na mesma repartição pública, era uma coisa extraordinária, as pessoas viviam atormentadas, era este o ambiente entre o Onze de Março e o Vinte e Cinco de Novembro. -----

----- O Vinte e Cinco de Novembro, veio como muitos dizem, restaurar a pureza do Vinte e Cinco de Abril, digam o que disserem, uns dizem que foi uma revolução logo no mesmo dia, outros que foi um golpe de Estado que evoluiu no sentido de ir para além daquilo que eram as reivindicações dos militares, o cansaço da guerra colonial, mas a verdade é que na proclamação do Movimento das Forças Armadas ficaram logo proclamados valores e isso, só não vê quem não quer, que o promotores do Onze de Março e aqueles que imperaram do Onze de Março ao Vinte e Cinco de Novembro defendiam valores absolutamente contrários àqueles que os militares do Vinte e Cinco de Abril defendiam. -----

----- Portanto, esta é a realidade, estavam plasmados no Programa do Movimento das

Forças Armadas valores democráticos, defesa dos direitos fundamentais, liberdade de imprensa, liberdade religiosa, direito de privados, tudo aquilo que veio a ser considerado como direitos fundamentais na Constituição da República já estavam no Programa do Movimento das Forças Armadas, mas que, entre o Onze de Março e o Vinte e Cinco de Novembro foram radicalmente postos em causa. -----

-----Ora no Vinte e Cinco de Novembro, de facto, houve uma reacção que foi preparada antes do Vinte e Cinco pelo chamado Grupo dos Nove, este Grupo reuniu alguns militares moderados, uns depois do Vinte e Cinco de Novembro, passados uns anos, até perderam a moderação que tinham, mas eu recordo-me dessa moderação. -----

-----Pensem pessoas verdadeiramente democráticas, tiveram tolerância e a capacidade de poupar aqueles que não os poupariam se tivessem vingado e, portanto, recordo-me, por exemplo, na noite do Vinte e Cinco de Novembro, numa mesa, o Jaime Neves, sentado à frente do Ramalho Eanes e a dizer meu General, eu não estou satisfeito e o Ramalho Eanes disse que tínhamos que ficar por ali e, nessa mesma noite, o Melo Antunes dizer que o Partido Comunista era fundamental para a democracia portuguesa, sem Partido Comunista não havia democracia em Portugal, ou seja sem Partido Comunista os do Vinte e Cinco de Novembro estariam a ser iguais aos do Onze de Março.-----

-----Portanto, houve ali valores fundamentais. O Vinte e Cinco de Novembro, realmente foi a reposição daquilo que era o espírito dos Militares de Abril e, portanto, os bolcheviques não conseguiram vingar, já não estávamos em mil novecentos e dezassete, nem os militares eram o Kerensky e, portanto ingenuidade, mas não tanta, até porque eles conheciam-se todos muito bem e, portanto, esse Grupo dos Nove foi realmente um conjunto de pessoas moderadas que sabiam o que queriam e defenderam o modelo democrático que nós temos hoje, aliás, foi aí que se estabeleceu o pacto MFA/Partidos que deu azo depois à elaboração da Constituição da República.- -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Portanto, fico surpreendido quando realmente os partidos, o PS e o PSD que eram partidos que geralmente sempre estiveram do lado certo.-----

----- O Doutor Mário Soares quem não se lembra da Alameda Dom Afonso Henriques, quem tem idade para isso e os dos bloqueios que começaram antes do Vinte e Oito de Setembro, antes do Onze de Março, houve o Vinte e Oito de Setembro, a maioria silenciosa. -----

----- Eu, por acaso, recebi uma carta de um munícipe a fazer grandes elogios a uma funcionária da Câmara e dizendo que fazia parte da maioria silenciosa, mas queria deixar de ser e, por isso é que escrevia aquela carta, porque normalmente as pessoas só diziam mal e ele queria dizer bem e normalmente quem diz bem faz parte da maioria silenciosa. -----

----- Mas o Vinte e Oito de Setembro foi isso. -----

----- Eu sinceramente fico um bocado desiludido com a Vereadora do PSD que se foi embora, e com a Vereadora do PS. -----

----- Provavelmente, politicamente, é a proposta mais importante que temos neste ano. É possível que para o próximo ano o tenhamos outra vez, como sabem, nós aqui não há grandes fissuras politicamente, quer dizer, no Poder Local, nós sabemos que noventa e nove por cento das propostas são votadas por todos.-----

----- Não discutimos a Lei do Aborto, não discutimos a Lei Eleitoral, não discutimos os casamentos gay, essas coisas que dividem a sociedade não são discutidas aqui. -----

----- Discutimos se se faz a escola, ou não se faz a escola, se damos o subsídio à associação, faz-se a estrada, o quartel dos Bombeiros, o campo de futebol, o jardim, a creche, os carros para a Polícia de Segurança Pública, aliás, a Comandante Ana Cristina Neri, ainda há bocado me disse que está a precisar de mais sete carros, porque a Polícia está desfalcada, portanto, vamos votar.” -----

----- III - A Câmara deliberou por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando

Soares, Nuno Neto, Carla Rocha e voto contra dos Senhores Vereadores Ana Filipa Laborinho e João Neves, aprovar a Moção de agradecimento aos Heróis do Vinte e Cinco de Novembro.-----

**85 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** -----

-----Às vinte horas e dez minutos, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Chefe da Divisão de Gestão Organizacional.-----

**O Presidente,**



---

(Isaltino Morais)

**A Chefe de Divisão,**



Vera Lúcia da Rocha  
Ferreira de Carvalho  
de Ascensão /  
500745943  
2022.12.13 18:02:10 Z

---

(Vera Carvalho)